

Vol. 6, Nº 1, 2025

ISSN: 2764-9741

CONEXÕES INTERNACIONAIS

Revista de Relações Internacionais



Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, as posições da Conexões Internacionais, da Universidade Católica de Brasília ou do curso de Relações Internacionais da instituição.

ISSN: 2764-9741

Volume 6, Número 1, 2025

Periodicidade: Semestral

Publicação do Curso de Relações
Internacionais
da Universidade Católica de Brasília

Contato: conexoesinternacionais@ucb.br

Website: portalrevistas.ucb.br/index.php/ci



**CONEXÕES
INTERNACIONAIS**
Revista de Relações Internacionais



CONSELHO EDITORIAL

Sênior

Danilo Borges Dias
Gustavo Menon
José Romero Pereira Júnior
Giulliano R. Molinero Jr
Jacy Araújo
Laura Vendruscolo
Licério André P. Coelho
Marcelo Júnio Alves de Almeida
Yasmin Araújo Rodrigues

Júnior

Bruna Viana Nascimento de Oliveira Silva
Caroline Bavaresco Zancan

EQUIPE TÉCNICA

Design

Emmanuel da Silva Cruz

Diagramação

Davi Leite de Lima
Eva Caroline Gomes Ferreira Leão
Gabriela Tanigute Osorio

Editores Juniores

Kira Popov Custódio Castro Souza
Luís Guilherme Rodrigues Pinheiro

Editoras Associadas

Anna Karolline Bastos
Giovanna Castro Gonçalves

Editor-Geral

Jean Santos Lima

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2025, a Revista Conexões Internacionais apresenta uma nova edição que reflete o vigor analítico e a diversidade de olhares que caracterizam o campo das Relações Internacionais contemporâneas. Em um cenário global marcado por tensões econômicas, transformações tecnológicas e mudanças na configuração do poder mundial, os artigos reunidos neste volume reafirmam o compromisso da revista com o pensamento crítico e interdisciplinar.

A edição foi concebida como uma narrativa que conduz o leitor das estruturas sistêmicas às dimensões institucionais e nacionais, encerrando com abordagens críticas e culturais que ampliam o olhar sobre o poder, a modernidade e as formas de representação nas Relações Internacionais.

O primeiro artigo, “A supremacia do dólar e o movimento de desdolarização dos BRICS: impactos globais e alternativas para um sistema financeiro multipolar”, de Maria Eduarda Américo Cordeiro, analisa a consolidação da hegemonia do dólar e as respostas articuladas pelo BRICS diante das assimetrias do sistema monetário internacional, apontando as possibilidades e limites de uma transição rumo a uma arquitetura financeira multipolar.

Na sequência, “A Influência das Instituições Financeiras do BRICS+ para a Ascensão do Bloco”, de Olavo Leonardo Oliveira Gonçalves, examina as iniciativas do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) como pilares da expansão institucional e geoeconômica do BRICS+, ressaltando o protagonismo do Sul Global na redefinição da governança financeira internacional.

O artigo “A formação de clusters tecnológicos em países emergentes: análise da Zona Econômica Especial de Shenzhen (1980–2025)”, de Licério André Pereira Coelho, introduz

a dimensão produtiva e tecnológica da edição. A partir do caso de Shenzhen, moderna metrópole chinesa, o autor discute o papel do Estado e das políticas de inovação na promoção do crescimento endógeno, destacando como o desenvolvimento tecnológico pode consolidar trajetórias autônomas de industrialização.

O quarto texto, “Ausência Seletiva do Estado: a ascensão do PCC como reflexo da colonialidade do poder”, de Danilo Abreu Luz Fernandes e Giovana Dias de Paula, desloca o olhar para o contexto doméstico, examinando as rebeliões carcerárias de 2016 como expressão da colonialidade e da seletividade estatal. O artigo articula teoria pós-colonial e análise sociopolítica, revelando a persistência de estruturas de exclusão racial e a emergência de novas formas de poder paralelo.

Após discutir as formas domésticas da colonialidade, a edição amplia novamente sua escala analítica com “Uma Crítica Pós-Colonial da Astropolitik de Everett Dolman”, de Gabrielly Pereira Fonseca, que propõe uma leitura pós-colonial da geopolítica do espaço sideral. Ao analisar a militarização e a competição por recursos espaciais, a autora questiona a reprodução de assimetrias globais, apontando a necessidade de uma governança internacional mais cooperativa e inclusiva.

Encerrando a edição, “Arte, História e Relações Internacionais: possíveis e breves diálogos entre Cândido Portinari, Eric Hobsbawm e Norberto Bobbio na análise de guerra e paz nos séculos XX e XXI”, de Danilo Borges Dias, convida à reflexão interdisciplinar entre arte, história e teoria política. A partir do mural “Guerra e Paz”, de Cândido Portinari, o autor propõe uma leitura sensível das representações de conflito e reconciliação, ampliando as fronteiras interpretativas das Relações Internacionais.

Com essa diversidade de temas e abordagens, a Conexões Internacionais reafirma seu papel como espaço de debate e crítica, promovendo o diálogo entre diferentes dimensões do pensamento e da prática internacional.

A editoria da Conexões Internacionais agradece aos autores, aos pareceristas ad hoc, à

equipe técnica e ao conselho editorial pelo empenho e compromisso contínuo com a qualidade da publicação. Convidamos os leitores a explorarem esta edição com o mesmo espírito crítico, aberto e interdisciplinar que orienta a própria trajetória da revista.

Jean Lima

Editor-Chefe da Revista Conexões Internacionais

SUMÁRIO

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E GOVERNANÇA FINANCEIRA GLOBAL

A SUPREMACIA DO DÓLAR E O MOVIMENTO DE DESDOLARIZAÇÃO DOS BRICS: IMPACTOS GLOBAIS E ALTERNATIVAS PARA UM SISTEMA FINANCEIRO MULTIPOLAR

THE SUPREMACY OF THE DOLLAR AND THE DE-DOLLARIZATION MOVEMENT OF THE BRICS: GLOBAL IMPACTS AND ALTERNATIVES FOR A MULTIPOLAR FINANCIAL SYSTEM

Maria Eduarda Américo Cordeiro

8

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRICS+ NA ASCENSÃO DO BLOCO

THE INFLUENCE OF BRICS+ FINANCIAL INSTITUTIONS ON THE RISE OF THE BLOC

Olavo Leonardo Oliveira Gonçalves

23

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E ESTUDOS SOBRE CHINA

A FORMAÇÃO DE CLUSTERS TECNOLÓGICOS EM PAÍSES EMERGENTES: ANÁLISE DA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE SHENZHEN (1980-2025)

THE FORMATION OF TECH CLUSTERS IN EMERGING COUNTRIES: ANALYSIS OF THE SHENZHEN SPECIAL ECONOMIC ZONE (1980-2025)

Licério André Pereira Coelho

37

ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA E TEORIA PÓS-COLONIAL

AUSÊNCIA SELETIVA DO ESTADO: A ASCENSÃO DO PCC COMO REFLEXO DA COLONIALIDADE DO PODER

SELECTIVE ABSENCE OF THE STATE: THE RISE OF PCC AS A REFLECTION OF THE COLONIALITY OF POWER

Danilo Abreu Luz Fernandes e Giovana Dias de Paula

48

TEORIA PÓS-COLONIAL E PODER ESPACIAL

UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL DA ASTROPOLITIK DE EVERETT DOLMAN

A POSTCOLONIAL CRITIQUE OF EVERETT DOLMAN'S ASTROPOLITIK

Gabrielly Pereira Fonceca

59

SUMÁRIO

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ARTE E PENSAMENTO	
ARTE, HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: POSSÍVEIS E BREVES DIÁLOGOS ENTRE CÂNDIDO PORTINARI, ERIC HOBSBAWM E NORBERTO BOBBIO NA ANÁLISE DE GUERRA E PAZ NOS SÉCULOS XX E XXI ART, HISTORY AND INTERNATIONAL RELATIONS: POSSIBLE AND BRIEF DIALOGUES BETWEEN CÂNDIDO PORTINARI, ERIC HOBSBAWM AND NORBERTO BOBBIO IN THE ANALYSIS OF WAR AND PEACE IN THE 20TH AND 21ST CENTURIES Danilo Borges Dias	71

A SUPREMACIA DO DÓLAR E O MOVIMENTO DE DESDOLARIZAÇÃO DOS BRICS: IMPACTOS GLOBAIS E ALTERNATIVAS PARA UM SISTEMA FINANCEIRO MULTIPOLAR

Maria Eduarda Américo Cordeiro¹

RESUMO

Este artigo investiga a consolidação da hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional e analisa, a partir das ações do bloco BRICS, os movimentos contemporâneos de desdolarização como resposta às assimetrias estruturais dessa ordem monetária. O objetivo central é compreender de que forma as iniciativas dos BRICS buscam reconfigurar o sistema financeiro global em direção a um modelo multipolar menos dependente da moeda norte-americana. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando artigos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Os resultados evidenciam que a supremacia do dólar, consolidada desde Bretton Woods e reforçada pelo regime dos petrodólares, garante aos Estados Unidos o “privilégio exorbitante” de financiar déficits em sua própria moeda e exercer influência geopolítica global. Em contrapartida, as economias emergentes enfrentam vulnerabilidades cambiais e dependência de liquidez externa. Nesse cenário, os esforços de desdolarização dos BRICS, embora incipientes, indicam um movimento político relevante rumo à construção de uma ordem financeira internacional mais equilibrada e plural.

Palavras-chave: desdolarização; BRICS; privilégio exorbitante; multipolaridade; sistema monetário internacional.

ABSTRACT

This article investigates the consolidation of the U.S. dollar's hegemony in the international financial system and analyzes, through the actions of the BRICS bloc, contemporary de-dollarization movements as a response to the structural asymmetries of this monetary order. The main objective is to understand how BRICS initiatives aim to reconfigure the global financial system toward a multipolar model less dependent on the U.S. currency. The research is based on a bibliographical and documentary review, drawing on academic articles, institutional reports, and official documents from the New Development Bank (NDB). The findings reveal that the dollar's supremacy, consolidated since Bretton Woods and reinforced by the petrodollar regime, grants the United States the “exorbitant privilege” of financing its deficits in its own currency while exerting global geopolitical influence. Conversely, emerging economies face exchange rate volatility and dependence on external liquidity. In this context, the BRICS' de-dollarization efforts, although still incipient, represent a politically significant movement toward building a more balanced and plural international financial order.

Keywords: de-dollarization; BRICS; exorbitant privilege; multipolarity; international monetary system.

INTRODUÇÃO

A moeda, ao longo da história, nunca foi um simples instrumento técnico de troca, mas um vetor de poder, expressão material das relações de dominação no espaço internacional. No século XX, esse papel foi personificado pelo dólar estadunidense, cuja ascensão à condição de principal divisa global decorreu não apenas da força econômica dos Estados Unidos da América (EUA), mas de uma complexa articulação entre arquitetura institucional, poder geopolítico e engenharia financeira. A centralidade do dólar, longe de ser um fenômeno espontâneo ou meramente funcional, foi o resultado de decisões

estratégicas, como os Acordos de Bretton Woods (1944) e o pacto dos petrodólares (1974), que sedimentaram sua supremacia nas transações internacionais, nos fluxos de capitais e nas reservas cambiais das nações.

Essa hegemonia monetária, descrita por Barry Eichengreen (2011) como “privilegio exorbitante”, confere aos EUA vantagens inatingíveis por outras economias: a prerrogativa de emitir a principal moeda de reserva do sistema internacional, a capacidade de financiar déficits em sua própria divisa, a imunidade relativa a choques cambiais, a redução estrutural de custos de transação e o uso do dólar como instrumento de coerção geoeconômica. Tais assimetrias transformam a moeda americana em uma âncora funcional da ordem financeira global, ao mesmo tempo em que aprofundam as vulnerabilidades de economias emergentes, frequentemente submetidas a volatilidades externas, juros elevados e restrições de soberania monetária.

Nesse cenário, a desdolarização surge como expressão de uma insatisfação sistêmica e como esforço concreto de reconfiguração da ordem monetária vigente. Embora não se trate de um processo abrupto ou linear, observa-se, sobretudo a partir da crise de 2008 e da intensificação do uso político do dólar, uma série de iniciativas lideradas por países e blocos que buscam romper, parcial ou progressivamente, a dependência dessa moeda. Os BRICS, em especial, têm protagonizado alternativas institucionais relevantes, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Arranjo Contingente de Reservas (CRA) e o incentivo ao uso de moedas locais, configurando um movimento articulado em direção a uma arquitetura financeira mais multipolar.

Destarte, a relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os efeitos estruturais da hegemonia do dólar sobre a estabilidade e a soberania econômica das nações, bem como as possibilidades de construção de um sistema financeiro mais equilibrado e plural. O objetivo central consiste em compreender como as estratégias articuladas pelos BRICS buscam reconfigurar a estrutura sistêmica das finanças globais, impulsionando a consolidação de uma ordem monetária multipo-

lar progressivamente emancipada da primazia do dólar estadunidense. Para tanto, este artigo² adota uma metodologia de revisão bibliográfica e documental, abrangendo artigos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais de organismos como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Essa abordagem permite analisar criticamente os mecanismos que sustentam o “privilegio exorbitante” e as iniciativas que buscam mitigar suas assimetrias, oferecendo subsídios teóricos para a reflexão sobre a transição em curso rumo a um sistema monetário internacional mais diversificado.

HISTÓRIA DO DÓLAR E SUA CONSOLIDAÇÃO NO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

O dólar americano desempenha um papel central no sistema financeiro e monetário internacional, sendo amplamente reconhecido como a moeda de referência para o comércio global e reservas internacionais. Assim, sua aceitação universal e relevância estratégica o posiciona como moeda hegemônica no tabuleiro internacional. Essa supremacia, no entanto, não é fruto de um fenômeno espontâneo, mas de um longo processo histórico que envolveu a reconfiguração das dinâmicas econômicas e políticas ao longo do século XX.

A Primeira Guerra Mundial foi o ponto de inflexão. Até 1914, a libra esterlina, lastreada pelo padrão-ouro, ocupava a posição central no comércio e nas finanças globais, garantindo estabilidade e previsibilidade às transações. O conflito, contudo, minou as bases da economia britânica, drenando suas reservas de ouro e limitando sua capacidade de sustentar a moeda como eixo da ordem monetária. Conforme observa Eichengreen (2000), nesse contexto, os Estados Unidos emergiram como credores internacionais, acumulando reservas auríferas, ampliando sua capacidade de crédito e transferindo gradualmente o centro financeiro mundial de Londres para Nova York.

Esse processo foi catalisado pelo protagonismo norte-americano no financiamento da guerra europeia. Bancos privados, como o J.P. Morgan, organizaram volumosos empréstimos à

Grã-Bretanha e à França, enquanto o governo federal mobilizou a sociedade por meio dos Liberty Loans, títulos adquiridos pela população para sustentar o esforço bélico aliado (Ahamed, 2010). A combinação entre capital privado e Estado não apenas fortaleceu a posição dos EUA como potência econômica, mas também inaugurou um novo ciclo em que o dólar se afirmava como alternativa à libra esterlina, consolidando sua relevância no sistema monetário internacional.

Essa centralidade, por sua vez, foi institucionalizada com os Acordos de Bretton Woods, firmados em 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Reunindo 44 países, a conferência revelou o embate entre duas propostas antagônicas: de um lado, John Maynard Keynes defendia a criação do bancor, uma moeda escritural internacional capaz de atenuar a dependência de divisas nacionais; de outro, Harry Dexter White, respaldado pela preeminência econômica e pelo poder político dos Estados Unidos, advogava a centralidade do dólar. A prevalência do modelo norte-americano resultou na consagração do padrão ouro-dólar, pelo qual a moeda estadunidense tornou-se conversível em ouro a uma taxa fixa de US\$ 35 por onça-troy, enquanto as demais moedas passaram a ser atreladas ao dólar. Essa engenharia monetária erigiu o dólar como principal ativo de reserva internacional, ao mesmo tempo em que outorgou aos Estados Unidos o denominado “privilégio exorbitante”, permitindo-lhes sustentar déficits externos sem os constrangimentos cambiais impostos aos demais países (Eichengreen, 2011).

Em paralelo, a arquitetura institucional de Bretton Woods consagrou a criação de organismos multilaterais que moldaram a governança econômica global nas décadas subsequentes: o Fundo Monetário Internacional (FMI), encarregado da estabilidade cambial e da assistência de curto prazo; e o Banco Mundial, destinado ao financiamento da reconstrução e do desenvolvimento. Mais do que instrumentos técnicos, essas instituições consolidaram a capacidade norte-americana de definir os contornos do sistema financeiro internacional, articulando seus interesses estratégicos sob o manto de uma governança multilateral dirigida.

A partir dos anos 1960, o arranjo de Bretton Woods começou a revelar suas contradições estruturais. A expansão da economia mundial ampliava a demanda por liquidez em dólares, obrigando os Estados Unidos a emitir moeda em volumes crescentes. Nesse contexto emergiu o Paradoxo de Triffin, segundo o qual a necessidade de emitir dólares para sustentar a liquidez global minava a confiança na paridade dólar-ouro, já que as reservas de ouro norte-americanas tornavam-se insuficientes para respaldar a crescente circulação monetária. Assim, ainda na década de 1960, o sistema mostrava sinais de esgotamento, colocando em xeque a própria credibilidade de Bretton Woods (Carvalho, 2004; Serrano, 2002; Eichengreen, 2000).

O impasse culminou em 1971, quando Richard Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, no episódio conhecido como Nixon Shock. Esse ato representou a ruptura definitiva de Bretton Woods e inaugurou a era dos câmbios flutuantes, eliminando o lastro material que sustentava a paridade monetária. Para preservar sua centralidade, Washington estabeleceu em 1974 um acordo estratégico com a Arábia Saudita, que deu origem ao sistema dos petrodólares. Desde então, o petróleo, principal commodity do comércio internacional, passou a ser comercializado exclusivamente em dólares, em troca de garantias militares e apoio político dos EUA à monarquia saudita.

Esse mecanismo assegurou uma demanda estrutural e permanente pela moeda norte-americana e transformou os excedentes da renda petrolífera em capital reinvestido nos mercados financeiros dos EUA, retroalimentando sua capacidade de financiar déficits. Dessa forma, o petróleo substituiu o ouro como pilar da hegemonia monetária, estreitando a articulação entre poder econômico, geopolítica energética e supremacia do dólar. Nas décadas seguintes, mesmo diante de crises como a de 2007-2008, a moeda reafirmou sua resiliência: investidores recorreram ao dólar e aos títulos do Tesouro como porto seguro, enquanto o Federal Reserve forneceu liquidez internacional por meio de swap lines, consolidando-o como pilar indispensável do equilíbrio monetário global. Consoante Joseph Stiglitz (2010), o colapso de outros sistemas financeiros, como o europeu, durante a crise, de-

monstrou que o dólar continuava a ser o pilar central da estabilidade global, mesmo diante de choques originados nos próprios Estados Unidos. Essa dinâmica reflete o que Stiglitz (2010) descreve como o "paradoxo da crise": enquanto o epicentro do problema estava na economia americana, a confiança no dólar permaneceu intacta, graças à sua função histórica como reserva de valor global.

IMPACTOS GLOBAIS DA SUPREMACIA DO DÓLAR

Consoante Metri (2019), a internacionalização de uma moeda está intrinsecamente vinculada à capacidade do Estado emissor de projetar seu poder para além de suas fronteiras nacionais. Dessa forma, a moeda que se torna referência no sistema internacional tende a ser aquela emitida pela autoridade estatal mais bem-sucedida nas disputas geopolíticas globais. Nessa perspectiva, assim como o poderio político, econômico e militar dos Estados Unidos consolidou a supremacia do dólar no sistema monetário internacional, a hegemonia dessa moeda, por sua vez, confere aos EUA um conjunto de vantagens estruturais que reforçam a perpetuação de seu status quo global. Nesse viés, emerge um questionamento fundamental: até que ponto a hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional constitui uma fonte de poder para os Estados Unidos?

Barry Eichengreen (2011) denomina esse conjunto de vantagens estruturais de "privilégio exorbitante", expressão que sintetiza as assimetrias sistêmicas que favorecem a economia norte-americana em relação às demais nações. Tal privilégio manifesta-se em três dimensões centrais: a capacidade de endividar-se indefinidamente e exercer senhoriação; a redução estrutural dos custos associados às transações comerciais e financeiras internacionais; e, por fim, o uso da moeda como instrumento de coerção e projeção de poder geopolítico.

O primeiro fator constitutivo do chamado privilégio exorbitante encontra-se no binômio senhoriação e endividamento ilimitado, que sintetiza a prerrogativa singular dos Estados Uni-

dos de emitir a principal moeda de reserva e de liquidação do sistema internacional. Como destacaram Charles de Gaulle (1960) e, posteriormente, Barry Eichengreen (2011), trata-se de uma anomalia estrutural que permite aos EUA prescindir da acumulação de divisas estrangeiras, ao contrário das demais economias, submetidas a constrangimentos cambiais. Em vez de enfrentarem pressões sobre sua balança de pagamentos ou fuga de capitais, os Estados Unidos sustentam um nível excepcional de confiança por parte de investidores e bancos centrais, o que lhes confere ampla margem de manobra em matéria de política econômica.

Nesse quadro, avulta o mecanismo da senhoriação: o custo ínfimo de emissão do papel-moeda contrasta com o ônus real, suportado por terceiros, de obtenção dos mesmos dólares via bens e serviços. A assimetria é eloquente e, como sublinha Eichengreen (2011), traduz a herança moderna de uma prática antiga: quem cunha a moeda retém parcela do valor. Não surpreende, portanto, que centenas de bilhões de dólares circulem fora dos EUA e que o estoque global de ativos denominados em dólar alcance dimensões colossais, fenômeno que, em termos líquidos, representa uma transferência de recursos reais para a economia norte-americana.

Essa arquitetura monetária reconfigura o significado dos déficits em transações correntes. Em circunstâncias ordinárias, desequilíbrios persistentes tenderiam a deflagrar depreciações cambiais e correções abruptas. No caso norte-americano, porém, a condição do dólar como reserva mundial transforma o déficit em polo de atração de capitais: a liquidez, a profundidade dos mercados e a confiança institucional convertem-se em ímãs de poupança externa. Como observa Metri (2019), o que seria vulnerabilidade para outros países converte-se, nos EUA, em mecanismo de financiamento contínuo, ancorado na centralidade da moeda.

A demanda estrutural por dólares decorre, ainda, da necessidade, muitas vezes coercitiva em termos sistêmicos, de acumular reservas nessa divisa. Para gerir riscos cambiais e blindar balanços de pagamentos, bancos centrais e instituições financeiras mantêm posições relevantes em ativos denominados em dólar. Nessa engrenagem, ganham relevo os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, escolhidos por sua

segurança jurídica, elevada liquidez e ampla disponibilidade. Ao adquiri-los, as autoridades monetárias convertem reservas em um ativo estável, protegendo-se contra choques externos e, simultaneamente, financiando diretamente a dívida pública americana.

O resultado é um circuito auto-reforçado: a procura global pelos títulos do Tesouro dos EUA assegura ao governo norte-americano a colocação rotineira de volumes elevados de dívida, sem abalar expectativas de solvência ou credibilidade. A leitura de Tavares (1984) é precisa: o Federal Reserve opera como se houvesse, a priori, uma base cativa de compradores, de bancos e rentistas, em países centrais e periféricos, capaz de absorver a emissão. Assim, os passivos públicos dos EUA tornam-se o ativo seguro do resto do mundo, num arranjo que solda finanças internacionais e política doméstica americana. Em síntese, os títulos em dólar desempenham um papel de dupla face: são, para os detentores estrangeiros, instrumentos de segurança e liquidez, e, para os EUA, como meio constante de financiamento. A emissão de dívida em moeda própria e a demanda global por Treasuries sustentam a hegemonia do dólar. Assim, o “privilégio exorbitante” é reforçado, perpetuando as assimetrias do sistema monetário internacional.

O segundo pilar que compõe o denominado privilégio exorbitante do dólar está na assimetria dos custos de transação. Enquanto empresas estrangeiras, para participar do comércio internacional, precisam converter suas moedas em dólares, assumindo despesas cambiais e riscos de flutuação, as companhias norte-americanas operam diretamente em sua própria moeda, garantindo liquidez, previsibilidade e competitividade ampliada. Como assinala Eichengreen (2011), essa vantagem estrutural evidencia-se na disparidade entre exportadores que devem reconverter receitas em moedas locais e os norte-americanos, que liquidam transações sem custos adicionais. Os efeitos são sistêmicos: a dependência global do dólar obriga países a acumular reservas nessa divisa como mecanismo de proteção contra volatilidades externas, internalizando ônus que os EUA não enfrentam. Nesse arranjo, sintetiza Metri (2019), a obtenção do dólar por outras economias

demanda exportações constantes ou endividamento externo, ao passo que os Estados Unidos preservam estabilidade e resiliência ao operar em sua própria moeda, transferindo ao restante do sistema internacional os custos de sustentação dessa hegemonia.

O terceiro fator diz respeito ao poder geopolítico advindo da centralidade do dólar. À luz da teoria do poder estrutural de Susan Strange (1998), os Estados Unidos detêm o controle sobre variáveis cruciais (segurança, finanças, produção e conhecimento) e, por consequência, podem ditar as “regras do jogo” na economia política internacional. Após o colapso de Bretton Woods, consolidou-se um arranjo em que a moeda norte-americana, mesmo desprovida de lastro material, permaneceu sustentada pela confiança na hegemonia estadunidense. Tal arranjo permitiu a emergência de instrumentos como a chamada “bomba-dólar”, expressão cunhada por Torres Filho (2019), que simboliza a capacidade dos EUA de monitorar e restringir transações financeiras globais por meio do sistema bancário internacional e do acesso ao Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT)³.

Essa “arma financeira” reforça o uso do dólar como instrumento de coerção, permitindo a imposição de sanções econômicas capazes de desconectar países inteiros do sistema financeiro global. Exemplos emblemáticos incluem o bloqueio de Cuba desde a década de 1990, as severas restrições contra a Venezuela a partir de 2017, e a exclusão do Irã do SWIFT em 2012. Nessas situações, a supremacia do dólar transformou-se em instrumento de guerra não convencional, impondo custos devastadores às economias-alvo sem o dispêndio de recursos militares. Como ressaltam Farrell e Newman (2019), trata-se da “interdependência armada”: a capacidade de explorar redes financeiras globais para exercer poder assimétrico sobre adversários estratégicos.

Em última instância, a conjugação entre a redução de custos cambiais e o poder geopolítico revela a dupla face do privilégio exorbitante: no plano econômico, garante aos EUA competitividade estrutural e imunidade frente a riscos que oneram os demais; no plano político, converte a moeda em ferramenta de dominação

global, capaz de impor sanções, moldar comportamentos e condicionar políticas externas de terceiros países. Desse modo, a supremacia do dólar transcende a esfera estritamente econômica, consolidando-se como instrumento de governança e coerção internacional, em torno do qual gravitam tanto a ordem financeira quanto a ordem geopolítica contemporânea.

Nessa perspectiva, os maiores custos da hegemonia do dólar recaem sobre as economias emergentes, cuja inserção no sistema financeiro internacional é marcada por uma profunda assimetria monetária. Segundo Prates (2005), a moeda exerce três funções básicas para a economia: meio de troca, unidade de conta e de denominação dos contratos, e reserva de valor. Para uma moeda operar em um determinado país ela deve atender, necessariamente, a esses três critérios a nível nacional. Nesse sentido, transpondo esse cenário do âmbito doméstico para o âmbito internacional, nota-se que nem todas as moedas conseguem desempenhar integralmente as três funções supracitadas, o que lança as bases para a instauração de uma clara hierarquia entre moedas.

Dessa forma o que irá determinar o nível de cada moeda nesse sistema de hierarquia é o conceito de conversibilidade. A conversibilidade de uma moeda refere-se a sua capacidade de desempenhar essas três funções (meio de pagamento, unidade de conta e de denominação dos contratos, e ativo de reserva) no panorama internacional. Existem diferentes graus de conversibilidade, e isso irá ditar a importância de cada moeda no sistema monetário internacional. Assim, Prates (2005) explica que “uma moeda nacional é totalmente conversível se é capaz de desempenhar no âmbito internacional as três funções da moeda”. (Prates, 2005, p. 274).

Sob essa ótica, apenas o dólar consegue realizar integralmente essas três funções, apresentando, por sua vez, o maior grau de conversibilidade dentre as demais moedas. Isso reforça a posição dominante da moeda norte-americana no sistema de hierarquia monetária internacional. Existem, no entanto, outras categorias de moedas: as secundárias, como o euro e o iene, que, embora amplamente utilizadas em transações internacionais, ainda operam sob a sombra do dólar; e as não conversíveis, emitidas majoritariamente por

países emergentes, situadas nas camadas inferiores dessa estrutura hierárquica (Prates, 2005; Carneiro, 1999). Essa condição de não conversibilidade as condena a uma dependência estrutural do dólar, obrigando-as a acumular reservas na moeda hegemônica para viabilizar importações, amortizar dívidas e se proteger de choques cambiais.

À luz das teorias centro-periferia, desenvolvidas por autores como Raúl Prebisch (1981) e Celso Furtado (1974), essa assimetria monetária reflete a lógica de dependência estrutural que historicamente marcou as relações econômicas internacionais. O “centro”, representado pelas economias avançadas, concentra o poder de emissão das moedas conversíveis e o controle das instituições financeiras globais, enquanto a “periferia” permanece subordinada a fluxos externos de capitais e às oscilações de liquidez internacional. Essa estrutura perpetua um modelo de subordinação monetária, no qual os países periféricos financiam, por meio da acumulação de reservas e do pagamento de juros elevados, a estabilidade do sistema dominado pelo centro. Assim, a hierarquia monetária global é, em essência, uma reprodução financeira da divisão internacional do trabalho, em que os ganhos de senhoria e de estabilidade se concentram no núcleo desenvolvido, ao passo que os custos de vulnerabilidade e ajuste recaem sobre as economias dependentes.

Um dos aspectos mais onerosos dessa lógica manifesta-se na formação das taxas de juros. Economias emissoras de moedas conversíveis, como os Estados Unidos, podem manter juros em patamares baixos, sustentados pela confiança global em seus ativos. Já os países emergentes, desprovidos desse privilégio, enfrentam o chamado “risco-país”, isto é, a necessidade de adicionar ao custo básico do capital uma sobretaxa destinada a compensar a menor credibilidade de suas moedas. Essa diferenciação institucionaliza o que Furtado (1974) denominou de mecanismo de transferência de excedente, pelo qual os fluxos financeiros globais canalizam riqueza da periferia para o centro, sob a forma de juros e valorização de ativos denominados em dólar. Assim, o crédito doméstico encarece, o investimento produtivo é restringido e o crescimento econômico, limitado,

consolidando uma trajetória de dependência e subdesenvolvimento.

Esse quadro revela um dilema estrutural de difícil superação: a elevação das taxas de juros, necessária para atrair capitais e conter a fuga de recursos, provoca simultaneamente contração econômica e aumento do custo do crédito interno. A redução das taxas, por sua vez, embora estimule o crescimento, gera desvalorização cambial e fuga de capitais em direção às economias centrais, encarecendo ainda mais o serviço da dívida externa, geralmente denominada em dólares. Forma-se, assim, um ciclo de vulnerabilidade em que a moeda dominante dita as “regras do jogo”, subordinando os emergentes a decisões que não emanam de sua própria soberania (Carneiro, 1999).

Ademais, essa dependência é agravada pelo peso desproporcional da política monetária estadunidense. As decisões do Federal Reserve, sobretudo os aumentos das taxas de juros, reverberam com intensidade nas economias emergentes, precipitando desvalorizações cambiais, fuga de capitais e elevação do custo de financiamento externo. Episódios como a chamada “Guerra dos Juros” da década de 1980 ilustram de forma paradigmática essa dinâmica, quando a estratégia de Paul Volcker para conter a inflação nos EUA, com juros superiores a 20%, desencadeou uma crise generalizada da dívida latino-americana (Frieden, 2007). Dessa maneira, a hegemonia do dólar consolida-se não apenas como instrumento de liquidez internacional, mas como mecanismo de disciplina e de poder estrutural, reproduzindo o padrão centro-periferia no campo monetário e cristalizando as assimetrias que limitam o desenvolvimento autônomo das economias emergentes.

DESDOLARIZAÇÃO: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E INICIATIVAS

Conforme supracitado, muitos países emergentes e em desenvolvimento são afetados pelas políticas dominantes do dólar, o que lança as bases para a insurgência de discussões sobre a redução da dependência mundial dessa moeda e a necessidade de uma reforma estrutural do

sistema financeiro internacional. O termo desdolarização designa o processo de substituição gradual do dólar americano por outras moedas nas transações comerciais, reservas internacionais e fluxos de investimento. Embora o fenômeno tenha sido observado desde os anos 1990, quando autores como Eichengreen (1992) e Cohen (2003) começaram a discutir a hierarquia monetária internacional, sua consolidação teórica ocorre no contexto pós- crise de 2008, quando as fragilidades do dólar enquanto ativo de reserva global tornaram-se evidentes (Metri, 2017). Na literatura recente, pesquisadores como Bandeira (2024), Li (2023) e Liu e Papa (2022) analisam a desdolarização como parte de um movimento sistêmico de reconfiguração do poder monetário global, impulsionado sobretudo pelos BRICS e por economias que buscam maior soberania financeira. Assim, a desdolarização se apresenta não apenas como uma resposta às assimetrias do sistema financeiro internacional, mas como uma estratégia de construção de uma ordem monetária multipolar, menos dependente da hegemonia estadunidense e mais alinhada à diversificação econômica global.

Nos últimos anos, observa-se um declínio gradual da centralidade do dólar no sistema monetário internacional, revelado tanto pela ascensão de novos polos de poder econômico quanto pela diversificação das reservas cambiais globais (Gouvea; Gutierrez, 2023). A China, por exemplo, já superou os Estados Unidos em setores estratégicos de comércio e investimento em regiões como América Latina, África e Ásia, evidenciando uma redistribuição do protagonismo geoeconômico. Esse processo se reflete na diminuição relativa da participação da economia norte-americana no PIB mundial e, sobretudo, na queda expressiva da fatia das reservas internacionais denominadas em dólares, que recuaram de 73% em 2001 para 57% em 2023 (Bandeira, 2024). Tal movimento, embora não represente o colapso de uma moeda que consolidou sua hegemonia por décadas, sinaliza a erosão gradual de um sistema que há muito tempo confere privilégios econômicos e geopolíticos aos Estados Unidos, sendo a desdolarização compreendida mais como um processo lento e estrutural do que como uma ruptura imediata, conforme observa Yuefen Li

(2023).

Esse cenário tem alimentado o debate em torno da emergência de uma “multipolaridade monetária”, em que o dólar, embora mantenha influência global, passaria a coexistir com outras moedas de relevância regional e internacional. Os BRICS, em especial, têm desempenhado papel central nesse processo ao promover o uso de moedas locais, o fortalecimento de mecanismos financeiros alternativos e a diversificação cambial em suas transações. Conforme indicam Gouvea e Gutierrez (2023), a economia global tende a fragmentar-se ao longo de eixos monetários regionais, com o euro, o renminbi (RMB) e o rublo assumindo funções de referência em seus respectivos espaços geoeconômicos. Nesse contexto, o dólar já não opera mais como o pilar exclusivo do sistema financeiro internacional, mas como parte de um arranjo em transformação que, ainda que incipiente, revela a gradual mitigação de sua estatura hegemônica diante da ascensão de uma ordem monetária mais distribuída e multipolar.

O BRICS é um bloco que tem se destacado na comunidade internacional devido aos seus avanços no que tange à desdolarização. A cimeira inaugural de 2009, realizada ainda sob a denominação BRIC, uma vez que a África do Sul somente se incorporaria ao grupo em 2010, foi concluída com uma declaração clara de seus líderes:

Nós estamos empenhados em promover a reforma das relações internacionais instituições financeiras, de modo a refletir as mudanças na economia global. Também acreditamos que há uma forte necessidade de um sistema monetário internacional estável, previsível e mais diversificado (BRIC, 2009, p.1)

Os BRICS, desde sua consolidação como bloco, têm reiterado em sua agenda a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional, buscando reduzir a dependência estrutural de seus membros em relação ao dólar norte-americano. Esse objetivo tornou-se particularmente evidente diante da utilização recorrente da moeda estadunidense como instrumento de coerção geopolítica, sobretudo por meio de sanções unilaterais impostas a países como a Rússia e a China. Nesse cenário, iniciativas como os contratos futuros de petróleo em renminbi (RMB), a proposta de uma “Moeda BRICS” e, sobretudo, a criação do Novo Banco de

desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA), formalizados em 2014, despontam como os principais alicerces institucionais de uma estratégia de desdolarização que visa não apenas mitigar vulnerabilidades conjunturais, mas também reconfigurar, em bases multipolares, a governança financeira global (Bandeira, 2024; Li, 2023).

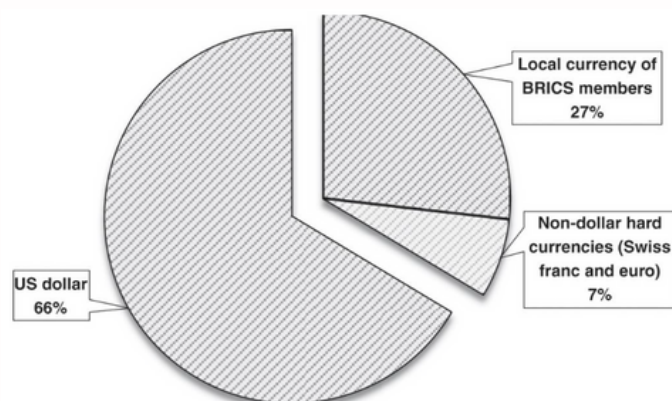
O NDB apresenta-se como uma alternativa ao Banco Mundial, mas com características que o distinguem pela flexibilidade e pela centralidade conferida às moedas locais. Ao privilegiar financiamentos e emissões de títulos denominados nas próprias divisas nacionais, o banco busca atenuar os riscos cambiais, reduzir a exposição à dívida externa em dólar e fortalecer os mercados financeiros regionais. Essa orientação estratégica, prevista em seu Acordo de Criação, reflete-se na meta de emitir ao menos 30% de seus empréstimos em moedas locais, promovendo não apenas maior estabilidade financeira, mas também aprofundando a cooperação intrabloco e sedimentando as bases de uma arquitetura monetária menos dependente da moeda estadunidense (Norton; Hudson, 2023; Bandeira, 2024).

Em paralelo, o CRA constitui um mecanismo de liquidez preventiva concebido para reduzir a necessidade de os países membros recorrerem ao FMI, instância frequentemente associada a condicionalidades onerosas e à imposição de políticas de ajuste estrutural. Dotado de um fundo inicial de USD 100 bilhões, o CRA atua como complemento às reservas internacionais nacionais, fornecendo recursos de forma coordenada e tempestiva diante de pressões cambiais ou instabilidades financeiras. Embora as reservas mobilizadas ainda sejam majoritariamente denominadas em dólares, o arranjo representa um passo decisivo rumo à autonomia monetária coletiva do bloco, ao oferecer um contrapeso concreto à ordem financeira de Bretton Woods e à preeminência do FMI (Liu; Papa, 2022).

paradKundapur Vaman Kamath, que presidiu o NBD até maio de 2020, relatou que aproximadamente um quarto da assistência financeira total concedida pelo Novo Banco de Desenvolvimento se deu em moedas locais até o

final de 2019, valor equivalente a cerca de 15 bilhões de dólares. Adicionalmente, Kamath informou também que o planejamento era que 50% dos projetos deveriam ser financiados em moedas locais. Tudo isso visando que o NDB se distanciasse cada vez mais da emissão de empréstimos expressos em dólar (Liu; Papa, 2022).

Gráfico 1 - Aprovações de empréstimos cumulativos do NDB por tipo de moeda



Fonte: Liu; Papa, 2022.

Conforme evidencia o gráfico 1 acima, de 2014 até 2019, 27% do total de empréstimos aprovados pelo NDB foram concedidos em moedas locais dos países dos BRICS. Mesmo ainda sendo relativamente distante do valor dos empréstimos denominados em dólar (66% do total), esse número é expressivo pois supera as percentagens de empréstimos em moeda local de outros bancos e instituições multilaterais de desenvolvimento. Isso porque, desde sua criação em 2014 o NDB já fornecia empréstimos em renminbi, diversificando, posteriormente, seus empréstimos para outras moedas locais (Liu; Papa, 2022).

Com essa redução progressiva da dependência do dólar americano o Comércio em Moedas Locais (CML) tem se fortalecido cada vez mais, sobretudo entre os países dos BRICS. Alguns exemplos de iniciativas do CML que estão sendo implementadas:

1. Desde 2008, Brasil e Argentina operam o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), permitindo liquidações em reais e pesos sem conversão ao dólar, reduzindo custos cambiais no comércio bilateral (Banco Central, 2023);
2. Em 2023, o Brasil registrou um volume de ex-

portações ao Paraguai de R\$ 894,05 milhões e importações de R\$ 130,80 milhões, reflexo direto do uso do SML nas transações entre os dois países (Banco Central, 2023);

3. A Arábia Saudita, desde 2023, começou a aceitar o renminbi no comércio de petróleo com a China, dessa forma, outros países do Conselho de Cooperação do Golfo também estão considerando essa possibilidade (Bandeira 2024; Malhotra, 2023);

4. Em março de 2023, Brasil e China formalizaram um acordo para liquidações em reais e yuans, culminando na primeira operação em outubro, com a exportação de celulose pela Eldorado Brasil, sem intermediação do dólar (Sá, 2023);

5. A Índia ampliou o uso da rupia no comércio internacional após autorização de seu banco central em 2022, firmando acordos bilaterais com Emirados Árabes Unidos, Malásia, Rússia, Irã e outros países sancionados (Bandeira, 2024; Huleppa, 2023).

Essas iniciativas evidenciam o crescente protagonismo das moedas dos BRICS no comércio global. Segundo o Banco de Compensações Internacionais (2019), o renminbi já ocupa a oitava posição entre as moedas mais negociadas, seguido pela rupia indiana (16^a), o rublo russo (17^a) e o real brasileiro (20^a), consolidando um movimento gradual de diversificação monetária (Liu; Papa, 2022).

No entanto, é imperioso salientar que apesar dos avanços das moedas dos BRICS, ainda persiste significativa resistência à adoção de acordos de swap cambial, em virtude da forte influência do dólar no comércio global. A China, mesmo liderando tais iniciativas ao lado de parceiros como Rússia, Brasil e Arábia Saudita, depara-se com a limitação de que mais de 30% de suas exportações em 2022 ainda se destinavam a Estados Unidos, União Europeia e Japão, o que a mantém estruturalmente dependente do dólar e do euro em parte expressiva de seu comércio internacional (Gouvea; Gutierrez, 2023).

Não obstante, Pequim busca contornar esse quadro por meio da diversificação de suas alianças, investindo em projetos como o Corredor China-Ásia Ocidental e a Nova Rota da Seda, ao mesmo tempo em que avança na digitalização monetária com o Renminbi Digital. Essa estraté-

gia visa tanto ampliar sua influência financeira regional quanto consolidar uma alternativa tecnológica que, no futuro, poderá reduzir a centralidade do dólar no sistema internacional (Gouvea; Gutierrez, 2023; Bandeira, 2024).

Ademais, a China tem investido em infraestrutura financeira robusta para fortalecer a internacionalização do renminbi e reduzir sua dependência de sistemas financeiros dominados pelos EUA. Dessa forma, em 2015 o país lançou o Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (CIPS), mecanismo que permite a compensação direta de transações em RMB onshore, eliminando a necessidade de intermediários offshore. Isso não apenas promove o uso do renminbi no comércio internacional, mas também serve como alternativa ao sistema SWIFT, mitigando os riscos de exposição a sanções econômicas dos EUA. Com padrões de mensagens de pagamentos como ISO 20022, o CIPS busca interoperabilidade global. Dessa forma, apesar de não ter se desvinculado totalmente do sistema SWIFT, o CIPS o utiliza como uma forma de se popularizar e ampliar seu contato com instituições financeiras globais. Dessa forma, Liu e Papa (2022, p. 39) afirmam que:

Mais de 3.000 bancos e outras instituições financeiras conduziram negócios reais por meio do CIPS. No final de 2020, o CIPS estava processando RMB135,7 bilhões (USD19,4 bilhões) diariamente. O volume anual de negócios atingiu RMB 45,3 trilhões em 2020. [...] Quanto mais participantes globais houver no CIPS, mais ampla será sua comunicação direta com instituições financeiras estrangeiras – e, portanto, maior será seu potencial de operar de forma independente. Além disso, a adoção mais ampla do CIPS também acelerará o uso mais amplo do renminbi no mercado financeiro internacional.

Outra iniciativa central é a expansão da rede de cartões bancários UnionPay, lançada em 2002. Com mais de 7,5 bilhões de cartões emitidos globalmente, a UnionPay superou Visa e Mastercard em volume de emissões, consolidando sua posição como a maior provedora de cartões de pagamento do mundo (Liu; Papa, 2022). Até 2021, a UnionPay tinha presença em 180 países, promovendo o fortalecimento do renminbi por meio de sua rede de pagamentos (UnionPay Media Reports, 2019). Dessa forma, a globalização dessa infraestrutura e sua aceitação maciça nos BRICS, estimula o uso do renminbi em transações transfronteiriças, refletindo a estratégia chinesa em criar um arca-

bouço financeiro paralelo que desafia a hegemonia do dólar.

A Rússia, por sua vez, também tem voltado seus esforços em prol da desdolarização. Vários líderes russos ao longo da história já manifestaram expressamente sua preocupação com a supremacia do dólar americano. Em 2012, Sergei Ryabkov, vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia na época, expressou-se publicamente sobre o assunto, afirmando que “é necessário tornar-se menos dependente do dólar”. O presidente Putin, inaugurou seu quarto mandato em 2018 tendo como uma das prioridades de sua agenda desdolarizar ainda mais a economia russa. Em seu discurso no parlamento russo, em 2018, Putin declarou que a Rússia precisava “se livrar do fardo do dólar”, já que a hegemonia do dólar americano no sistema financeiro internacional era, segundo ele, “não confiável e perigosa” (Liu; Papa, 2022).

Contudo, as iniciativas de desdolarização da Rússia iniciaram-se de fato em 2014, quando o presidente Barack Obama formalizou a Ordem Executiva nº 13661, que visava atingir cartões bancários emitidos por algumas instituições financeiras russas. Em virtude disso, tanto a Visa quanto a Mastercard encerraram o processamento de transações para os clientes na Rússia, resultando no bloqueio das funções de pagamento de aproximadamente 500.000 cartões de crédito e débito desses bancos (Xu, 2020). Esse cenário impactou de forma significativa a economia da Rússia, que enfrentava também ameaças recorrentes dos Estados Unidos de exclusão do sistema SWIFT, uma medida que poderia isolar o país do sistema financeiro global. Nessa perspectiva, a Rússia teve que buscar alternativas para contornar as sanções e ameaças estadunidenses.

Assim, desde 2014, a Federação Russa tem aprofundado esforços para se desvincular da infraestrutura financeira dominada pelo Ocidente, notadamente por meio da criação do Sistema para Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS), concebido como alternativa ao SWIFT. Estruturado para integrar bancos e instituições estrangeiras, o mecanismo já contava, até 2019, com a adesão de 8 bancos internacionais e 34 entidades jurídicas, consolidando uma rede transnacional de pagamentos independente.

Paralelamente, em resposta direta às sanções que culminaram na suspensão dos serviços da VISA e da Mastercard em 2022, Moscou impulsionou o desenvolvimento do sistema de pagamentos MIR (criado originalmente em 2014 pelo Banco Central da Rússia com o propósito de garantir a soberania das transações domésticas e reduzir a dependência de redes ocidentais), intensificando articulações com os países do BRICS, em especial a China, para ampliar sua aceitação extraterritorial e fortalecer a arquitetura do SPFS. Tais iniciativas traduzem não apenas uma busca por autonomia estratégica, mas inscrevem-se no escopo mais amplo da desdolarização, que avança como vetor de contestação à hegemonia monetária estadunidense e prenuncia uma reconfiguração gradual, porém disruptiva, da ordem financeira internacional (Fukutomi, 2023; Liu; Papa, 2022).

Em síntese, o processo de desdolarização configura-se como mais do que uma mera reação econômica: trata-se de uma reconfiguração estrutural da arquitetura financeira internacional. À medida que China, Rússia e outros atores emergentes expandem suas zonas de influência monetária, o sistema global tende a deslocar-se de um paradigma unipolar, ancorado na primazia estadunidense, para uma dinâmica multipolar em que o poder financeiro assume contornos mais difusos, contestados e interdependentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu descortinar os fundamentos históricos, institucionais e geopolíticos que alicerçaram a supremacia do dólar no sistema financeiro internacional. Desde sua consolidação como moeda de reserva global até sua instrumentalização como ferramenta de poder, o dólar ocupou posição central na ordem monetária internacional, conferindo aos Estados Unidos vantagens únicas, como senhoriação, endividamento em moeda própria e capacidade de coerção financeira. Tais privilégios, entretanto, revelam as assimetrias estruturais de um sistema que beneficia desproporcionalmente o centro em detrimento da periferia.

As economias emergentes, ao operarem em um arcabouço moldado pela moeda norte-americana, enfrentam restrições severas: juros elevados, instabilidade cambial e dependência de fluxos externos. Nesse contexto, a desdolarização não se apresenta apenas como resposta técnica, mas como projeto político de reequilíbrio sistêmico. Iniciativas dos BRICS, como o uso de moedas locais, a criação de instituições financeiras próprias e a busca por maior autonomia monetária, evidenciam que há alternativas viáveis à atual configuração, ainda que permeadas por desafios de escala, coordenação e resistência internacional.

Perspectivas futuras indicam que, embora a hegemonia do dólar permaneça resiliente, ela já não é incontestável. O avanço de moedas como o renminbi, a diversificação das reservas cambiais e o fortalecimento de mecanismos financeiros paralelos sinalizam o esboço de uma ordem monetária mais distribuída. A desdolarização, nesse sentido, configura-se como processo em curso, lento, mas consistente, rumo a uma arquitetura global mais multipolar, na qual diferentes polos de poder monetário possam coexistir, mitigar desequilíbrios e refletir com maior fidelidade a nova geoeconomia mundial.

NOTAS

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: dudacordeiro_17@icloud.com

² O presente trabalho consiste em uma versão reduzida da monografia, de mesmo título, apresentada em 2024. A versão integral do estudo está disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/14466>.

³ O SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication) é uma rede global de mensagens financeiras, criada em 1973, que conecta bancos e instituições financeiras em todo o mundo. Ele padroniza e facilita transações internacionais, sendo central no sistema financeiro global. Entretanto, seu domínio também é usado como ferramenta

geopolítica, já que sanções econômicas frequentemente restringem o acesso de países ao sistema, como no caso do Irã e da Rússia (Cipriani; Goldberg; Spada, 2023).

REFERÊNCIAS

AHAMED, L. **Lords of Finance: 1929, the Great Depression and the Bankers Who Broke the World**. London: Windmill Books, 2010.

ALIKHANI, H. **Sanctioning Iran: Anatomy of a Failed Policy**. I.B. Tauris, 2000. BAER, Werner. **The Brazilian Economy: Growth and Development**. 5. ed. Nova York: Praeger, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sml>. Acesso em: 16 out. 2025

BANDEIRA, P. **Fatores Impulsionadores da Desdolarização: Uma Análise Econométrica**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, 2024.

BELLUZZO, L. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados**. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, p. 11-20, jun. 1995.

BORDO, M. **The Bretton Woods international monetary system: a historical overview**. In: BORDO, M. D.; EICHENGREEN, B. (ed.). **A retrospective on the Bretton Woods System: lessons for international monetary reform**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1993. p. 3-108.

BRIC. **Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders**. Yekaterinburg, Russia, 16 June 2009. Disponível em: <https://www.brics.utoronto.ca/docs/090616-leaders.html>. Acesso em: 16 out. 2025

CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, p. 57-92, dez. 1999.

CARVALHO, F. De Bretton woods aos 60 anos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 70, p. 51-63, nov. 2004.

CATÃO, L. A. V.; TERRONES, M. E. Financial De-Dollarization: A Global Perspective and the Peruvian Experience. **International Monetary Fund**, n. 097, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5089/9781484341377.001>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CHAMBERS, James. **Neither a Borrower nor a Lender Be: America Attempts to Collect its War Debts 1922-1934**. Dissertação (Mestrado) – East Tennessee State University, Johnson City, 2011. Disponível em: <https://dc.etsu.edu/etd/1363>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CIPRIANI, M; GOLDBERG, L; LA SPADA, G. Financial Sanctions, SWIFT, and the Architecture of the International Payment System. **Journal of Economic Perspectives**, v. 37, n. 1, p. 31–52, Winter 2023.

COHEN, B. **The Future of Money**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

COHEN, B. **The Future of Global Currency: The Euro versus the Dollar**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do SMI**. São Paulo: Editora 34, 2000.

EICHENGREEN, B. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EICHENGREEN, B. **Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919-1939**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

ESTEVIÃO, M.; EVERAERT, G. **Enhancing Monetary Policy Flexibility Through De-dollarization**. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2016/09/21/enhancing-monetary-policy-flexibility-through-de-dollarization>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FARIAS, H.; GÓIS, C.; LOURES, D. A moeda como fonte de poder: as sanções financeiras e a “bomba-dólar” em Cuba e na Venezuela. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 13, 2022.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. Interdependência armada: como as redes econômicas globais moldam a coerção estatal. **Segurança Internacional**, vol. 44, n. 1, 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **China e Brasil fecham primeira operação completa em moedas locais**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/china-e-brasil-fecham-primeira-operacao-completa-em-moedas-locais.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FRIEDEN, J. **Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century**. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

FUKUTOMI, S. **Russia and Iran eye trade route with India to bypass sanctions**. Nikkei Asia, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Russia-and-Iran-eye-trade-route-with-India-to-bypass-sanctions>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOUVEA, R.; GUTIERREZ, M. De-Dollarization: The Harbinger of a New Globalization Architecture? **Theoretical Economics Letters**, v. 13, n. 4, p. 791–807, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/tel.2023.134046>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HASS, R.; DENMARK, A. **More pain than gain: How the US-China trade war hurt America**. Brookings, 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/more-pain-than-gain-how-the-us-china-trade-war-hurt-america/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HELLEINER, E. **The Making of National Money: Territorial Currencies in Historical Perspective**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

KEYNES, J. **A Tract on Monetary Reform**. London: Macmillan, 1923.

LI, Y. **Trends, reasons and prospects of de-dollarization**. 2023.

Liu, Z. Z., & Papa, M. **Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?** Em Can BRICS De-dollarize the Global Financial System? Cambridge University Press, 2023.

METRI, M. A diplomacia monetária dos Estados Unidos nos anos setenta. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, 2017.

METRI, M. **EUA não será indiferente às iniciativas de desdolarização e defenderá sua moeda.**

Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU), 7 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.opecu.org.br/2023/07/07/metri-eua-nao-sera-indiferente-as-iniciativas-de-desdolarizacao-e-defendera-sua-moeda/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

METRI, M. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp. IE, v. 31, 2022.

OLIVEIRA, G.; MAIA, G.; MARIANO, J. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2008.

PEREZ, L. A. **Cuba and the United States: Ties of Singular Intimacy**. Athens: University of Georgia Press. 2003

PRATES, D. M. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 263-288, maio/ago. 2005.

PREBISCH, R. **Capitalismo Periférico: crisis y transformación**. 1 ed. México: Fondo da Cultura Económica, 1981.

RAJAN, R **Fault Lines: How Hidden Fractures Still Threaten the World Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

SHEN, G.; LIU, W. **RMB internationalization a long-term process**. China Daily, 2023. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202304/24/WS6445c71ba310b6054facf4ec.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

STIGLITZ, J. **Freefall: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2010.

STRANGE, S. **States and Markets**. London: Continuum, 1998.

UNIONPAY MEDIA REPORTS. UnionPay banks em sua inovação para aumentar a influência global. **UnionPay International**, 27 set. 2019. Disponível em: www.unionpayintl.com/en/mediaCenter/newsCenter/mediaReports/5752.shtml. Acesso em: 14 nov. 2024.

XU, W. **O Sistema SWIFT: Um Foco no Sistema Financeiro EUA-Rússia Confronto**. Conselho Russo de Assuntos Internacionais, 2020.

A INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRICS+ NA ASCENSÃO DO BLOCO

Olavo Leonardo Oliveira Gonçalves¹

RESUMO

O presente texto debruça-se sobre as ações e impactos das instituições financeiras do BRICS+ (aliança de cooperação internacional entre Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã e Emirados Árabes Unidos), o Novo Banco do Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, utilizando de lentes de bibliográficas qualitativas para aprofundar e interpretar os dados internacionais. Evidenciados como cruciais para o crescimento da influência e poder bruto dos países integrantes dentro do cenário internacional. Apresentando a trajetória de criação e estabelecimento do bloco e de suas instituições e como eles agem, reagem e interferem na análise global contemporânea.

Palavras-chave: BRICS+; NBD; ACR; China; Brasil; Rússia; Sul Global.

ABSTRACT

This paper focuses on the actions and impacts of the financial institutions of BRICS+ (an international cooperation alliance between Brazil, Russia, India, China, South Africa, Egypt, Ethiopia, Indonesia, Iran, and the United Arab Emirates), namely the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement. These institutions are highlighted as crucial to the growth of influence and hard power of the member countries within the international arena. The study presents the trajectory of the bloc's creation and institutional establishment, as well as how these institutions act, react, and influence contemporary global analysis.

Keywords: BRICS+; NDB; CRA; China; Brazil; Russia; Global South.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2010, passou a ser evidente ao olhar público mundial a ascensão de países protagonistas do cenário anteriormente conhecido como terceiro mundo, na forma de elites regionais ocupando o papel de liderança, países como China e Índia vêm ocupando espaços no topo da pirâmide de poder do cenário internacional, Rússia ocupa um papel de liderança mundial desde o fim da Segunda Guerra Mundial, devido seu intenso protagonismo no tópico de segurança internacional, e Brasil e África do Sul mantém uma postura de liderança regional em seus respectivos continentes. A união de países que detêm influência local com elites de produção mundial deu origem a um novo ator do cenário internacional que vem atraindo investimentos, e criando o vislumbre do futuro da comunidade global, multirregional, multipolar e com promessas de livre mercado.

A adesão de novos membros evidenciou a nova postura do BRICS perante o cenário internacional na década de 20, as movimentações de expansão causaram preocupações aos detentores do status-quo do cenário internacional. Para Oliver Stuenkel, o verdadeiro significado dos BRICS não reside na sua atual força institucional, mas no seu potencial para normalizar alternativas à governação global dominada pelo Ocidente. Pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, vemos grandes potências emergentes a construir conscientemente instituições paralelas, não por acreditarem necessariamente que estas novas estruturas irão substituir imediatamente as existentes, mas porque compreendem que ter opções reduz a sua vulnerabilidade à pressão ocidental. Isto explica por que é que mesmo realizações relativamente modestas como o Novo Banco de Desenvolvimento têm um peso simbólico desproporcionado: provam que são possíveis alternativas (Stuenkel, 2023, p. 28-29).

Em prol de sustentar um protagonismo

nessa nova realidade multipolar, o BRICS vem tomando medidas estratégicas ao longo dos 10 últimos anos, medidas essas que buscam institucionalizar o suporte ao desenvolvimento mundial em prol de criar uma rede de apoio mais estável entre os países aliados. Com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 padronizados como molde de ação, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (New Development Bank) foi idealizado em Nova Delhi (2012), sendo oficialmente instaurado em Ufa (2015) juntamente do Arranjo Contingente de Reservas (Contingent Reserve Agreement). O Banco passou a ser visto como alternativa de empréstimo para o desenvolvimento para países em processo de industrialização, e uma forte fonte de suporte às nações do norte global no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A partir desse panorama, delineia-se o seguinte problema de pesquisa: como se definem as ações do NDB na última década e em que medida elas têm contribuído para o avanço da agenda política e econômica do BRICS no cenário internacional? Como hipótese, considera-se que o Novo Banco de Desenvolvimento tem atuado como agente estratégico de recalibração da governança econômica global, conforme argumenta Rewizorski (2018, p. 281), ao promover novos padrões de tomada de decisão ancorados em princípios de sustentabilidade e inclusão.

A justificativa deste trabalho reside na necessidade de compreender os impactos das instituições financeiras emergentes na dinâmica de poder global, especialmente diante do enfraquecimento relativo de organismos tradicionais de Bretton Woods. Assim, a análise das ações do BRICS e de sua agenda institucional revela-se fundamental para se pensar a construção de uma nova ordem internacional.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar o papel do Novo Banco de Desenvolvimento na consolidação do protagonismo do BRICS na governança global, através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa. Para isso, o texto será estruturado em três momentos: inicialmente, será feita uma exposição do processo histórico de formação e

desenvolvimento do bloco e de suas instituições; em seguida, serão analisadas as ações recentes do BRICS e do NDB na contemporaneidade; por fim, será apresentada uma reflexão crítica sobre os impactos dessas iniciativas na reconfiguração da ordem internacional, com base nas projeções e tendências delineadas ao longo da última década.

1. ATRAJETÓRIADOBRICS+

1.1A ORIGEM ORGANIZACIONAL E O ESTABELECIMENTO DAS FUNDAÇÕES DO BLOCO

No início do milênio, analistas internacionais presumiam e estipulavam os possíveis movimentos dos agentes internacionais em prol de estabelecer métricas acadêmicas, utilizavam de análises históricas e padrões econômicos para modelar projeções e estabelecer marcos que ajudassem a orientar novas redes de pensamento. Em 2001, Jim O'Neill, chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs, lança um relatório analisando a realidade de 4 países, Brasil, Rússia, Índia e China, posteriormente referindo-se a eles de forma unificada sob a sigla BRIC, os quais ele identifica elementos de oportunidade para ascensão exponencial, indo contra a rede ortodoxa de análise internacional e usando de pragmatismos técnicos naturais da área econômica em prol de alcançar uma interpretação e projeção inovadora. Nesse relatório, ele abordava individualmente os elementos chave de desenvolvimento desses países, bem como suas desvantagens e obstáculos a serem superados. Ao longo de sua pesquisa apontou o Brasil como a principal economia da América Latina e uma potência rica em recursos naturais, identificou a Rússia como uma autoridade energética que ainda detém os legados estruturais soviéticos a seu dispor, indicou o altíssimo capital humano e o potencial para se tornar polo de desenvolvimento tecnológico como as maiores vantagens da Índia, e por fim, O'Neill argumenta que a China era a economia com maior potencial de impacto na economia global.

O início do século XXI foi marcado por altas

expectativas para o novo milênio e intensas crises globais generalizadas que geram debates de contestação da ordem mundial, Stuenkel (2023, p. 20-21) argumenta que a crise financeira do começo da década atingiu de forma desigual o mundo, sendo mais intensa nas elites globais, enquanto países em desenvolvimento tinham uma relativa “estabilidade” nesse período, gerando a oportunidade de contestação da legitimidade da tomada de decisões no cenário global, sendo evidenciado pelo descontentamento do Sul Global quanto ao protagonismo quase isolado do G8 (Grupo dos 8, fórum político intergovernamental) na tomada de decisões globais.

Nesse período, a cooperação entre três dos quatro membros do BRIC já era uma realidade, reuniões anuais trilaterais das grandes elites asiáticas, China, Índia e Rússia, chamavam atenção por gerar progresso e protagonizar o debate de segurança da Ásia, que tal como o resto do mundo, enfrentava as ameaças terroristas postas em foco com o atentado ao World Trade Center, em 2001. As janelas de oportunidade de interação para além do plano de segurança foram evidenciadas pela iniciativa da Federação Russa, em formar um novo grupo com os membros das reuniões trilaterais, com o convite formal do Brasil, nesse momento, as concepções teóricas e especulativas de O'Neill foram materializadas, para então, em 2006, ocorrer a primeira reunião oficial com as quatro partes.

1.2 AS CÚPULAS DO BRICS: DE NOVA DELHI 2012 A UFÁ 2015

Após a crise de 2008, representantes do Sul Global demonstraram sua insatisfação com as posturas e esforços das instituições financeiras internacionais, alegando uma seletividade em suas ações de suporte e uma concessão de privilégios irregulares que favoreciam nações específicas que tradicionalmente detém mais espaço e fala dentro do palco internacional. Analogamente, as nações subdesenvolvidas identificavam a falta de tato das instituições financeiras com a realidade do Sul-Global, emitindo medidas e demandas que se distanciam do exequível ou

aceitável para as realidades individuais, as lentes coloniais utilizadas sobre as temáticas combatidas pelos países em desenvolvimento sempre serão pouco efetivas em uma análise profunda, Keohane argumentou que, mesmo sem uma hegemonia clara, sistemas multilaterais exigem instituições robustas e mecanismos duradouros de cooperação, destacando que sua fragilidade se agrava em tempos de crise (Keohane, 1984, 1990).

Essas insatisfações tomaram forma na proposta Indiana durante a quarta reunião sazonal dos países membros do BRICS, em Nova Deli, em 2012. A proposta partia do desejo da criação de uma instituição financeira de apoio ao desenvolvimento com posturas e moldes multilaterais que concedesse suporte mais igualitário e efetivo aos solicitantes, divergindo-se assim das instituições da época que ainda seguiam agendas de prioridade aos países desenvolvidos, motivadas por resquícios ideológicos de Bretton Woods, legados coloniais e mecanizações imperialistas de mantimento de Status-Quo.

No ano seguinte, durante a cúpula de Ufá, Rússia, o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação com o Novo Banco de Desenvolvimento foi assinado, marcando o início de suas atividades, juntamente as primeiras reuniões da liderança, definida pela modalidade presidencial rotativa entre os países membros, o primeiro ciclo presidencial, acordado internamente, concedeu a cadeira de liderança à Índia, idealizadora inicial do projeto.

1.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRICS+

Como previamente exposto, nos anos entre a adesão da África do Sul e a expansão de membros de 2023, houve a abertura de instituições financeiras pelos membros originais do BRICS, abordadas com mais precisão no capítulo dois, instituições essas que podem ser vistas como manobras de pavimentação de uma futura agenda de ação atrevida, que foi igualmente apresentada e debatida. Ainda assim, o contexto histórico do período de instalação dessas novas fundações foi rico em debates, a favor e contrários, à interação e integração de relações profundas dos países

membros originais do BRICS. Acompanhado de memórias recentes das ações ineficientes das Instituições financeiras internacionais na contenção de crises generalizadas, o BRICS via a necessidade de promover mudanças que efetivamente protegessem a si próprios e que instigasse o cumprimento de agendas internacionais sustentáveis, tópicos altamente debatidos e reforçados internamente.

Da etapa de idealização até a inauguração oficial do NDB, o ocidente deteve um olhar cético e receoso perante as ações do bloco e todas suas medidas de integração. A efetiva instalação de uma instituição atrelada ao bloco deu início a mudança de visão quanto a essa dúvida, alterando-a para “até quando essa colaboração perpetuaria”, tornou-se evidente que o BRICS detinha maiores interesses do que anteriormente presumido pelos analistas globais, evidenciado pela declaração dos membros durante a quinta reunião sazonal do bloco, em Durban, em 2013.

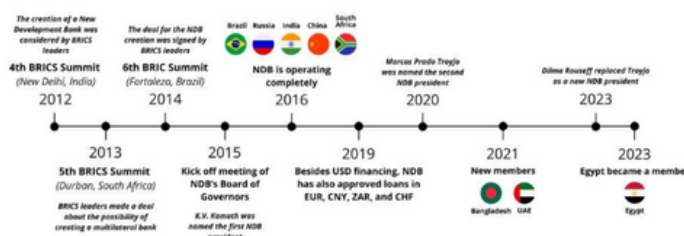
Fazemos um chamamento pela reforma das instituições financeiras internacionais para torná-las mais representativas e para refletir o peso crescente dos BRICS e outros países em desenvolvimento. Continuamos preocupados com o ritmo lento da reforma do FMI. Vislumbramos a necessidade urgente de implementar, conforme acordado, a reforma de 2010 da Governança e das Quotas do Fundo Monetário Internacional (BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de eThekweni, 2013, p. 6).

A criação de uma instituição de atuação similar a uma das maiores fundações do cenário econômico internacional, o Fundo Monetário Internacional, foi interpretada como um desafio à ordem mundial e aos seus principais atores. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) foi criado como resposta à insatisfação dos países do BRICS com a distribuição de poder nas instituições de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial (Acioly, 2019, p. 9). O nascimento de uma nova alternativa financeira acompanhou o começo de uma destituição de um monopólio de influências no cenário global.

Previamente, em 2021, Bangladesh e os Emirados Árabes Unidos passaram a integrar o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, podendo ser visualizada como uma estratégia de aproximação cautelosa ao bloco, uma postura que perpetuou apenas no caso de Bangladesh, uma vez que os Emirados Árabes Unidos se uniram formalmente ao bloco dois anos depois de se tornar membro do NDB. Abaixo, uma linha

do tempo geral que ilustra os movimentos de expansão e inclusão feitos pelo bloco econômico e por suas instituições financeiras, produzido pelo Centro de Estudos e Pesquisa BRICS:

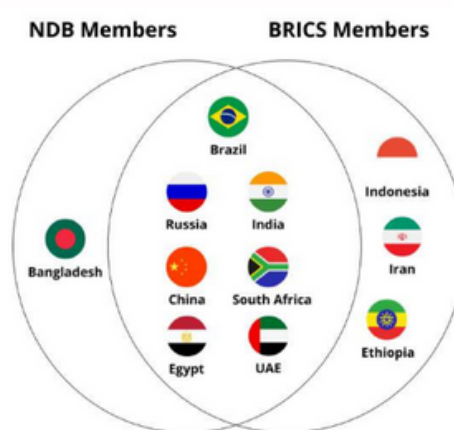
Figura 1 - Linha do Tempo do NDB



Fonte: Centro de Estudos e Pesquisa BRICS (2024, p. 26).

Até junho de 2025, o Novo Banco de Desenvolvimento abriga os membros originais do bloco, juntamente aos Emirados Árabes Unidos e Bangladesh, como previamente citado, Egito e, a partir de maio de 2025, Argélia. Dentre os novos integrantes do BRICS+, Indonésia, Irã e Etiópia não são membros do NDB. Abaixo, uma ilustração visual (previa a inclusão da Argélia) da organização dos membros do bloco e do banco e as condições de admissão de novos membros ao Novo Banco de Desenvolvimento:

Figura 2 - Membros do NDB e BRICS+



Fonte: Centro de Estudos e Pesquisa BRICS (2024, p. 27).

Para Silva (2019), a definição de quem pode participar do banco foi considerada delicada, não podendo basear-se apenas em requisitos técnicos, demandando consenso político entre os fundadores o grupo, buscou-se equilibrar a agilidade (para não aparentar exclusividade) com a necessidade de decisões bem fundamentadas, reconhecendo que se tratavam de negociações internas demoradas.

2.10 ANOS DENBD

2.1 EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO

Nos anos subsequentes à adesão da África do Sul ao bloco, o BRICS se empenhou em estabelecer fundações técnicas que auxiliassem na agenda de cooperação e integração profunda intra-BRICS, a criação de instituições financeiras, firmamentos de acordo bilaterais e multilaterais entre os parceiros e as reuniões com agentes-chave do cenário internacional foram intensas entre 2012 e 2019, proporcionando ao bloco uma base sólida de ação internacional atrativa.

Ainda assim, o bloco enfrentava adversidades em suas ações internacionais, o início das relações entre os membros era marcada por pouca sinergia que gerava debates longos com tomadas de decisão menos intensas que o esperado, representantes acadêmicos exploram as fraquezas conceituais da base do BRICS, como Pant (2013), que argumenta que as disparidades políticas e econômicas seriam a grande queda do bloco, Índia e China se encontram em um patamar de desenvolvimento tecnológico completamente diferente de Brasil e África do Sul. Nessa vertente, juntamente a realidade econômico-política distinta intra-BRICS, as diferenças opinativas perseveraram com um argumento válido para análises contrárias à ascensão do BRICS, a dificuldade em unificar intenções para além do plano econômico se mostra como um dos maiores desafios do bloco em alcançar a substância necessária para engatar uma eficaz reforma na ordem mundial, como afirmam Apolinário Júnior & Rinaldi (2020, p. 8 a 27).

No ano de 2023, durante a décima quinta cúpula do BRICS, em Joanesburgo, os países membros, em sua declaração oficial, convidaram

convidaram 6 novos países para integrar o bloco: “91. Decidimos convidar a República Argentina, a República Árabe do Egito, a República Democrática Federal da Etiópia, a República Islâmica do Irã, o Reino da Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos a se tornarem membros plenos do BRICS a partir de 1º de janeiro de 2024” (BRICS, 2023, p. 26).

A efetiva expansão do BRICS pode ser associada ao estabelecimento bem sucedido de fundações institucionais financeiras, o Novo Banco do Desenvolvimento, que buscou expandir a acessibilidade a concessão de créditos destinados a desenvolvimento de infraestrutura e cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e o Acordo de Contingência de Reservas, que serve como uma rede de segurança dos países membros diante de crises internacionais generalizadas, como a Crise do Crédito Hipotecário de alto risco de 2008, como previamente citado. O estabelecimento de uma instituição concessora de crédito, somado com a presença de um órgão de proteção interna, projeta uma imagem convidativa aos países do Sul global, países esses tão acostumados à inacessibilidade às instituições financeiras globais, e à tradição de lidar de forma individual com as crises econômicas originadas fora do seu próprio território. Esse desejo de participação por parte dos países em desenvolvimento foi feito evidente com o nonagésimo ponto da declaração da cúpula de Joanesburgo:

90. Apreciamos o considerável interesse demonstrado pelos países do Sul global em fazer parte do BRICS. Fiéis ao espírito do BRICS e ao compromisso com o multilateralismo inclusivo, os países do BRICS chegaram a um consenso sobre os princípios orientadores, as normas, os critérios e os procedimentos do processo de expansão do BRICS (BRICS, 2023, p. 26).

Em suma, a inclusão de novos membros em pontos estratégicos do globo, juntamente a líderes em um mercado tão importante quanto o energético que se bem operacionalizada traria grandes benefícios econômicos e vantagens técnicas ao pretexto de reforma multilateral do cenário global.

2.2 ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS DO BRICS

Diante da fluidez e incerteza da realidade financeira global, os países do BRICS detinham a

a insegurança de agir ativamente em prol da realização das intenções do bloco estipuladas em sua fundação e reiteradas em todas as declarações das cúpulas anuais. De acordo com Reinhart e Rogoff (2009), a alta interdependência global gera o problema de contágio de crises financeiras regionais, aquelas originadas em pontos regionais de alta relevância econômica tendem a se alastrar de forma mais rápida, seguindo a lógica dos laços de interdependência complexa profunda. Com isso em mente, juntamente com a memória recente dos impactos dessas crises generalizadas, os países membros do BRICS passaram a buscar formas eficientes de se proteger de crises globais.

Durante a V Cúpula do BRICS em Durban, 2013, analogamente ao planejamento do Novo Banco de Desenvolvimento, o BRICS elaborou uma segunda instituição financeira ligada ao bloco, o Arranjo de Contingente de Reservas do BRICS (ACR), uma reserva financeira interligada que suaviza impactos de crises globais gerais. No décimo ponto da declaração da cúpula daquele ano, os membros redigiram seus interesses com o ACR:

10. Em junho de 2012, em nossa reunião em Los Cabos, encarregamos nossos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais de explorar a construção de uma rede de segurança financeira por meio da criação de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR) entre os países do BRICS. Concluíram que o estabelecimento de um arranjo contingente de reservas autogerido teria um efeito de precaução positivo, ajudaria os países do BRICS a evitar pressões de liquidez de curto prazo, forneceria apoio mútuo e reforçaria adicionalmente a estabilidade financeira. (BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de eThekweni, 2013, s.p.)

O banco central do país requisitante deve realizar uma operação de venda à vista de sua moeda em troca de dólares, comprometendo-se a reverter a transação na data de vencimento, utilizando a mesma taxa de câmbio para ambas as etapas. Por fim, no vencimento, os dólares são devolvidos acrescidos de juros, enquanto a moeda local não sofre incidência de juros (BRASIL, 2016). O montante inicial, definido no artigo 2 do Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, conta com 100 bilhões de dólares, e a configuração de acesso das Partes consiste na concessão de limites máximos correlatos ao múltiplo do compromisso individual de cada Parte, estabelecidos da seguinte forma:

Tabela 1 - Repartição do Montante inicial do ACR e Multiplicador individual dos países membros

País	Repartição do montante inicial	Multiplicador máximo individual do compromisso
China	US\$ 41 bilhões	i. China terá um multiplicador de 0,5
Brasil	US\$ 18 bilhões	ii. Brasil terá um multiplicador de 1
Rússia	US\$ 18 bilhões	ii. Rússia terá um multiplicador de 1
Índia	US\$ 18 bilhões	iii. Índia terá um multiplicador de 1
África do Sul	US\$ 5 bilhões	v. África do Sul terá um multiplicador de 2.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS (2016).

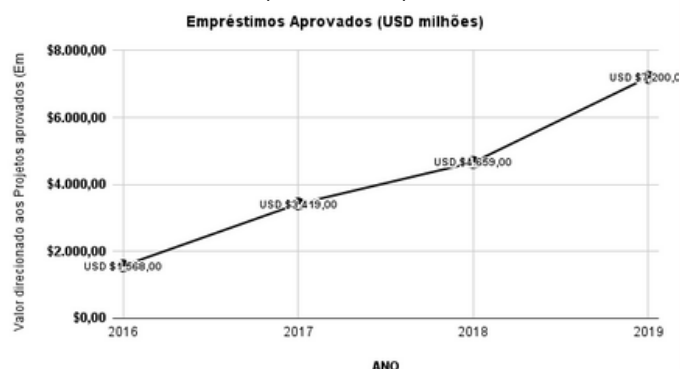
A criação de instituições financeiras evidenciou o pragmatismo da gestão interna do bloco, e o objetivo de distanciamento da dependência global a fundações únicas e de claro viés ocidental. A modelação de políticas atrativas ao Sul-Global se estende para além de efetivos financiamentos de projetos de infraestrutura internacional, alcançando pontos de proliferação de imagem de estabilidade. A cultura e propaganda do BRICS na última década consistiu em influenciar indiretamente a visão dos países em desenvolvimento, inicialmente se posicionando como uma opção acessível e estável, algo altamente eficaz em meio a um cenário internacional de alta volatilidade e alinhado com a ideologia de agentes imperialistas enriquecidos por legados coloniais que efetivamente construíram as fundações da desigualdade contemporânea.

2.3 AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES: O PROCESSO DE OBTENÇÃO DE INFLUÊNCIA

Nos anos subsequentes, de 2017 a 2019, o banco obteve gradual crescimento de reconhecimento internacional, ainda atuando exclusivamente com países intra-BRICS, porém os resultados pertinentes e valiosos expostos nos relatórios anuais foram suficientes para promover a atração de interesses externos, argumentada como um objetivo no parágrafo anterior. Abaixo, uma representação gráfica dos

valores direcionados a projetos aprovados pelo NBD no período de 2016 a 2019:

Gráfico 1 - Valor anual total dos empréstimos do NBD (2016-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em New Development Bank Annual Report (2016; 2017; 2018; 2019).

Nos anos representados no gráfico, os projetos aprovados contemplavam as áreas de infraestrutura sustentável; como previamente citado, energia limpa, gerenciamento de água, infraestrutura de transporte, entre outros, evidenciando o mantimento do tópico original promulgado pelo banco. Ainda assim, a falta de dados referentes a ações do NBD em países fora do bloco original revela a aproximação lenta perante o cenário internacional e vice-versa, ainda que a integração de países em desenvolvimento nas ações do banco está contemplada no acordo original, como pode ser visto abaixo:

O Banco deverá mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento, em complementação aos esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento (Brasil, 2015, s.p.)

Se faz compreensível o receio geral dos países do Sul Global em cooperar com uma instituição nova originada por um agente vilanizado pelas lideranças ocidentais mais conservadoras, ainda assim, como apresentado na subseção 2.1, nos anos subsequentes, a segunda expansão do BRICS foi iniciada a partir da aproximação externa ao NBD. Visto isso, se mostra evidente a importância do papel do banco para os movimentos de expansão de influência que acarretaram o processo de adesão

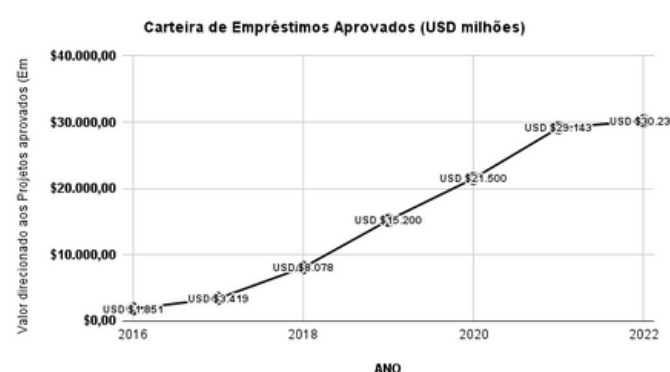
de novos membros em 2023.

No ano de 2020, com a epidemia mundial de Coronavírus, os atores internacionais, países e organizações, empenharam-se em conter os efeitos negativos da pandemia em todas as áreas que compõem o cenário global.

O Novo Banco de Desenvolvimento foi uma das organizações que agiram em prol de uma recuperação global igualitária, por consequência, a ação do banco se mostrou como um diferencial no controle de danos no Sul global. De acordo com o relatório anual do NBD de 2020, o Brasil e a Índia receberam, aproximadamente, 2 bilhões de dólares direcionados a políticas de combate a COVID-19 e à assistência para a recuperação econômica, a África do Sul recebeu 1 bilhão para o mesmo objetivo. A resposta do NBD à pandemia evidenciou sua capacidade de adaptação e flexibilidade institucional, permitindo a ampliação do escopo de investimentos para atender às necessidades emergenciais dos países membros (Sá, 2021).

Abaixo, uma representação gráfica da carteira de empréstimos do banco desde o início de suas ações até o fim da pandemia do Coronavírus:

Gráfico 2 - Carteira de empréstimos aprovados (2016-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em New Development Bank Annual Report (2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

A partir da análise dos dados fornecidos pelos relatórios anuais, percebemos que a ação do banco tem sido ascendente durante toda sua existência, os anos de pandemia, mesmo que expressem um crescimento menor que dos anos anteriores, evidenciam sua ação em períodos de crise como eficiente.

3. O BRICS+ NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 ACORDOS MULTILATERAIS DO FUTURO: A DÉCADA DE 20

No período entre 2020 e 2025, vimos uma onda protecionista e conservadora se espalhando pelo cenário político global, nada mais que um ciclo muitas vezes presenciado por analistas internacionais que vem em consequência das grandes e intensas ondas de abertura econômica, como já observado por autores como Rodrik (2012), que argumenta que a globalização econômica frequentemente entra em choque com a soberania nacional e a coesão social, gerando reações nacionalistas. Dessa forma, podemos esperar atitudes mais centralizadas no bilateralismo entre os países do BRICS, uma medida que não perde eficácia, porém diminui a espetacularização das ações individuais dos membros do bloco, o NBD segue como uma ferramenta útil para a realização de investimento direto e estabelecimento de ações eficazes de desenvolvimento.

Focando nas instituições financeiras do bloco, é de se esperar uma mudança de postura do NBD diante a maior volatilidade do mercado e das atitudes chinesas diante das situações ocorridas no ano de 2025. Na reunião entre Xi Jinping e a presidente do banco, Dilma Rousseff, ocorrida em 29 de abril de 2025, o presidente chinês enfatizou a necessidade do banco em melhorar seu gerenciamento e operações, que diante de uma ascensão estável nos últimos anos, como ilustrado no gráfico 3, desperta curiosidade perante a escolha de palavras. Nesse viés, a necessidade de melhora de operações pode traduzir-se como chamado para intensificação de projetos, simultaneamente, Xi Jinping dá destaque às ações de aumento de tecnologia e financiamento verde para países do sul global.

Considerando que o movimento expansionista do bloco não foi definitivamente marcado como concluído até o momento da elaboração deste artigo (julho de 2025), visto a recente adesão da Indonésia, podemos presumir, no mínimo, a maior aproximação do bloco com novos agentes internacionais, e através da análise das recentes ações do NBD, Bangladesh (membro efetivo do Banco) pode ser a aposta

mais segura de membros considerados dentro da agenda de expansão, ao lado do Uruguai, país com longo histórico de interações profundas com o BRICS e membro potencial do Novo Banco, aprovado pelo conselho de governadores do NDB. Líderes de ambas as nações tiveram encontros de negociação com a presidente do banco ainda em 2025, dessa forma, se o BRICS planeja utilizar o NDB como ferramenta central de expansão, assim como foi em 2021, com os Emirados Árabes Unidos (página 12) esses podem ser seus maiores alvos.

3.2 A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA NO BRICS+ E NBD

Sob a Presidência brasileira do BRICS em 2025, o lema oficial adotado foi “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”. Esse lema enfatiza a busca por uma ordem mundial multipolar, inclusiva e alinhada à agenda do desenvolvimento sustentável, a estratégia brasileira enfatizou a importância do BRICS como plataforma de construção de uma ordem mundial multipolar e menos dependente de polos tradicionais de poder (CEBRI, 2025, p. 2).

Os pontos abordados evidenciam a postura original alinhada com os padrões de desenvolvimento sustentável e com a agenda diplomática tradicional do Brasil, ainda assim, deixa aberturas para questões ligadas aos objetivos centrais. Mesmo com fundamentações bem estabelecidas, o Brasil apresenta uma perda de protagonismo dentro do bloco, a expansão, mesmo que adicionando novos membros com realidades político-econômicas mais próximas à brasileira, dilui a relevância das pautas apresentadas e dos objetivos próprios que possuíam maior espaço anteriormente.

A predominante presença asiática no bloco pode ser associada a razão da gradual desimportância dada à agenda individual brasileira, justificando assim a necessidade de elevar o membro a uma postura de liderança que providencie equilíbrio institucional na parceria. Dessa mesma forma, uma nova solução encontra-se na expansão ocidental do BRICS, representantes Sul-americanos, especialmente de participantes do Mercosul, podem render em

uma elevação conceitual das pautas brasileiras postas em debate no ambiente do bloco.

Já a ocupação da liderança do NBD pelo Brasil se mostra como uma extensão dessa necessidade de nivelar participação, a agenda brasileira não se distancia da do banco em sua natureza, dessa forma, o espaço preenchido não diminui as possibilidades de interação já recorrentes, porém facilita o início de novas relações geograficamente distantes da zona de ação mais intensa do Banco. O início de aproximação com o Sul-Global americano é uma amostra de expansão que vem sendo intensa nos últimos anos, relativamente tardia em comparação ao resto do mundo, não por negligência e seletividade por parte do BRICS+, mas por dificuldades de diálogo político entre os membros do bloco e os países latino-americanos, como revelado pela recusa formal Argentina de entrada no BRICS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o exposto, se mostrou evidente que as ações do BRICS na última década seguiram o pretexto inicial, incentivar a cooperação, instigar reformas internacionais e acentuar o crescimento do Sul Global. As instituições Financeiras do bloco seguiram essa agenda, ao projetar e garantir uma segurança econômica para os membros (com o Arranjo Contingente de Reservas) e instigando a cooperação internacional para o desenvolvimento, com ênfase na infraestrutura verde, fortemente defendida pelo banco.

As ações do Novo Banco de Desenvolvimento se mostraram igualmente eficazes para a atração de cooperação e parceria com nações do Sul Global, acentuado pela participação prévia dos Emirados Árabes Unidos e Bangladesh ao bloco, que eventualmente auxiliou no processo de expansão do bloco no caso dos EAU.

Por fim, a proximidade das ações do NBD com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável eleva tanto o banco quanto o bloco para um maior patamar de protagonismo nos debates ambientais internacionais, tópico esse inegavelmente recorrente e relevante nas pautas

globais. Evidenciando a relevância e participação da instituição financeira para a ascensão do bloco no cenário internacional.

NOTAS

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: oleonardogoncalves@outlook.com

REFERÊNCIAS

Acioly, L. **Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2019.

AL JAZEERA CENTRE FOR STUDIES. **The BRICS Expansion: Challenges for Consensus, Promises of Influence**. 2023. Disponível em: <https://studies.aljazeera.net/en/policy-briefs/brics-expansion-challenges-consensus-promises-influence>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ALDEN, Christopher; LE PERE, Garth. **South Africa in Africa: the post-apartheid era**. London: Zed Books, 2008.

AMORIM, Celso. Os BRICS e a reorganização do mundo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200807.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

APOLINÁRIO JÚNIOR, L.; RINALDI, A. L. (2020). Uma análise comparativa dos países do BRICS no campo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. **Conjuntura Austral**, 11(53), 8–27. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.97507>.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Desenvolvimento Mundial 2022: Finanças para uma recuperação equitativa**. Washington, DC: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022>. Acesso em: 03 maio. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.702, de 11 de abril de 2016**. Promulga o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas, firmado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014, pelos Chefes de Estado dos países integrantes do BRICS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8702.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Ministério das Comunicações**. Na China, Ministério das Comunicações participa de preparação do setor tecnológico para o BRICS. Brasília: MCom, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2024/novembro/na-china-ministerio-das-comunicacoes-participa-de-preparacao-do-setor-tecnologico-para-o-brics>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. V Cúpula do BRICS – Durban, 27 de março de 2013: BRICS e África – Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização – Declaração de eThekweni. Notas à Imprensa, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza – 15 de julho de 2014. Brasília, DF: MRE, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Presidência Brasileira do BRICS. Brasília, 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/presidencia-brasileira>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRICS RESEARCH AND STUDY CENTER. **Guide to understanding the BRICS (2024)**. Rio de Janeiro: BRICS Research and Study Center, 2024.

BRICS. Johannesburg II Declaration. **XV BRICS Summit**, 2023. Disponível em: [jhb-ii-declaration-24-august-2023.pdf](#). Acesso em: 15 abr. 2025.

CANUTO, Otaviano; SARAIVA, Bruno. BRICS em tempos de acomodação tectônica: Agenda do grupo no atual contexto geopolítico desafiador. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1–X, jan.–mar. 2025.

Cebri. **CEBRI lança série de conteúdos informativos no ano que Brasil assume a presidência rotativa do BRICS+**. Brasília: CEBRI, 15 jan. 2025.

CEPAL. **Pandemia provoca aumento nos níveis de endividamento dos países da região e coloca em perigo a reconstrução com igualdade na América Latina e no Caribe**. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-endividamento-paises-regiao-coloca-perigo-reconstrucao>. Acesso em: 03 maio 2025.

CORNELL, Svante E. The influence of Russia in the post-Soviet space: energy, politics and identity. **Europe–Asia Studies**, v. 60, n. 2, p. 241–262, 2008. Acesso em: 12 maio 2025.

DALDEGAN, W.; CARVALHO, C. E. F. (2024). **BRICS Plus: Perspectivas da Proposta de Expansão**. Anais do IV Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO). Recuperado de <https://www.even3.com.br/anais/ivcongeo/669884-brics-plus--perspectivas-da-proposta-de-expansao/>.

DARWIN, John. **Ascensão e queda dos impérios globais: 1400–2000**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GUEDES, Pedro A. B. **Financiamento multilateral em moeda local para o desenvolvimento: experiências do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/7842/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Pedro%20A%20B%20Guedes.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

IMF. Real GDP growth Annual percent change. **International Monetary Fund**, 2023. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEOWORLD. Acesso em: 06 abr. 2025.

IMF. Real GDP growth Annual percent change. **International Monetary Fund**, 2023. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEOWORLD. Acesso em: 06 abr. 2025.

KARAKIR, İrem Aşkar. Environmental foreign policy as a soft power instrument: cases of China and India. **Journal of Contemporary Eastern Asia**, v. 17, n. 1, p. 5–26, 2018.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Power and Interdependence*. Nova York: Longman, 1977.

KEOHANE, Robert O. **Após a hegemonia**: cooperação e discórdia na economia política mundial. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O. O multilateralismo: uma agenda para pesquisa. *International Journal*, v. 45, n. 4, p. 731–764, 1990.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Boston: Little, Brown, 1973.

LOCASTRE, Aline Vanessa. **Seduções impressas**: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de Segunda Guerra Mundial. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46358>. Acesso em: 12 maio 2025.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. **Rediscovering Institutions**: The Organizational Basis of Politics. New York: Free Press, 1989.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2016**. Shanghai: NDB, 2017. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/10/NDB-ANNUAL-REPORT-2016.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2017**: Building a Sustainable Future. Shanghai: NDB, 2018. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2018/07/NDB_AR2017.pdf . Acesso em: 2 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2018**: Towards Greater Resilience and Sustainable Growth. Shanghai: NDB, 2019. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2019/07/NDB-AR2018.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2019**. 2019. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2020/07/NDB_2019_ARA_1.pdf Acesso em: 3 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2020**. 2020. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2021/07/NDB-AR-2020_complete_v3.pdf Acesso em: 3 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2021**. 2021. Disponível em: https://www.ndb.int/annual-report-2021/pdf/NDB_AR_2021_complete.pdf Acesso em: 3 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2022**. 2022. Disponível em: https://www.ndb.int/annual-report-2022/pdf/NDB_AR_2022_complete.pdf . Acesso em: 3 maio. 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **New Development Bank President Dilma Rousseff met Chinese President Xi Jinping in Shanghai**. Shanghai: NDB, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/new-development-bank-president-dilma-rousseff-met-chinese-president-xi-jinping-in-shanghai/>. Acesso em: 13 maio 2025.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Terms, conditions and procedures for the preparation and implementation of projects with the new development bank**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/06/Terms-Conditions-and-Procedures1-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. London: Goldman Sachs, [2001]. Disponível em: [build-better-brics.pdf](#). Acesso em: 21 abr. 2025.

PRINCE, Todd. **A common BRICS currency to challenge the U.S. dollar?** 'A very far-fetched notion,' expert says. Radio Free Europe/Radio Liberty, Praga, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/brics-common-currency-challenge-russia-brazil/32571316.html> . Acesso em: 14 maio 2025.

REWIZORSKI, Marek. **Brics and New Multilateral Development Banks: Towards Recalibration of Global Economic Governance**¹. Przegląd Strategiczny , [S. l.], p. 281-297, 20 jan. 2018.

RIBEIRO, Jackson; MARINGONI, Gilberto. The Bank and the BRICS Reserve Arrangement in Perspective. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, n. 2, p. 406–423, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8738>. Acesso em: 1 maio 2025.

RODRIK, Dani. **O paradoxo da globalização**: democracia e o futuro da economia mundial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROTHFUSS, Rainer; KOFNER, Yuri. Will we witness a BRICS currency “R+” evolution? **InfoBRICS – Russian International Affairs Council**, Moscou, 14 maio 2025. Disponível em: <https://infobrics.org/post/43200/news/issues/> . Acesso em: 14 maio 2025.

SÁ, Rafaela Mello Rodrigues de. A atuação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS no enfrentamento da pandemia de Covid-19. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, v. 10, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/58900/39961>. Acesso em: 04 maio 2025.

SANTOS, Guilherme F. **Carnaval do Rio de Janeiro: um soft power de fantasia e folia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/repositorio/dissertacoes/Mestrado/2019/gfsantos.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

SARAN, Samir; SHARAN, Vivan. **Giving BRICS a non-western vision**. The Hindu, [S.l.], 14 fev. 2012. Disponível em: <http://www.thehindu.com/opinion/op-ed/article2889838.ece>. Acesso em: 15 maio 2025.

SILVA, Luciana Acioly da. **Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento**. Texto para Discussão, n. 2463, Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2019.

STENT, Angela E. **The limits of partnership: U.S.–Russian relations in theory and practice**. Princeton: Princeton University Press, 2014. Acesso em: 12 maio 2025.

STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the Future of Global Order**. 2. ed. Lexington: Lexington Books, 2023.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's foreign policy: change and continuity in national identity**. 3. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2013.

WILSON CENTER. **Ecological civilization goes global:** China's green soft power and South-South environmental initiatives. Washington, D.C.: Wilson Center, 2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/ecological-civilization-goes-global-chinas-green-soft-power-and-south-south>. Acesso em: 12 maio 2025.

A FORMAÇÃO DE CLUSTERS TECNOLÓGICOS EM PAÍSES EMERGENTES: ANÁLISE DA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE SHENZHEN (1980-2025)

Licério André Pereira Coelho¹

RESUMO

Este artigo analisa o caso da Zona Econômica Especial (ZEE) de Shenzhen, na China, entre 1980 e 2025, com o objetivo de compreender os fatores institucionais, econômicos e tecnológicos que possibilitaram a transformação da cidade em um dos principais clusters tecnológicos do mundo. Utilizando o método de estudo de caso, aliado a revisão bibliográfica e análise histórica, investigam-se os impactos das políticas de reforma e abertura iniciadas por Deng Xiaoping, especialmente a criação das ZEEs, no fomento à inovação. A hipótese central considera que o sucesso de Shenzhen resulta da combinação entre liberalização econômica, investimento em capital humano e estímulo à produção e difusão de conhecimento, conforme preconiza a teoria do crescimento endógeno. A pesquisa conclui que o ambiente institucional favorável, o papel do Estado como facilitador e o fortalecimento de capacidades tecnológicas locais foram determinantes para a consolidação do cluster tecnológico da cidade.

Palavras-chave: Clusters Industriais; Crescimento Endógeno; Zona Econômica Especial; Shenzhen; China.

ABSTRACT

This article analyzes the case of the Shenzhen Special Economic Zone (SEZ) in China between 1980 and 2025, with the aim of understanding the institutional, economic and technological factors that enabled the city to become one of the world's leading technology clusters. Using the case study method, combined with a literature re-

view and historical analysis, the article investigates the impacts of the reform and opening-up policies initiated by Deng Xiaoping, especially the creation of SEZs, on fostering innovation. The central hypothesis considers that Shenzhen's success results from the combination of economic liberalization, investment in human capital and stimulation of the production and dissemination of knowledge, as advocated by the endogenous growth theory. The research concludes that the favorable institutional environment, the role of the State as a facilitator and the strengthening of local technological capabilities were decisive for the consolidation of the city's technology cluster.

Keywords: Industrial Clusters; Endogenous Growth; Special Economic Zone; Shenzhen; China.

INTRODUÇÃO

A formação de clusters tecnológicos tem se consolidado como um importante vetor de desenvolvimento econômico, especialmente em contextos marcados pela inovação, avanço científico e articulação entre setor produtivo e políticas públicas. Tradicionalmente associados a economias desenvolvidas, esses arranjos também vêm se manifestando em países emergentes, promovendo transformações estruturais significativas. Um dos exemplos mais emblemáticos é o da cidade de Shenzhen, na China, que, a partir das reformas econômicas iniciadas no final da década de 1970, transformou-se de uma vila pesqueira em um dos principais centros tecnológicos do mundo.

O presente artigo, originalmente desenvolvido como monografia em 2021², busca analisar os fatores que possibilitaram o surgimento e a consolidação de um cluster tecnológico em Shenzhen, com ênfase na atuação das Zonas Econômicas Especiais e na aplicação de princípios do crescimento endógeno. A metodologia adotada combina abordagens qualitativa e quantitativa, com uso de estudo de caso e análise de dados secundários, e a pesquisa pode ser classificada como exploratória e explicativa, dado seu objeti-

vo de compreender causas e relações estruturantes do fenômeno analisado.

O referencial teórico articula contribuições de autores como Paul Romer, Amartya Sen, Joseph Schumpeter e Michael Porter, permitindo uma compreensão crítica do papel da tecnologia, do capital humano, da liberdade econômica e da inovação no desenvolvimento. Nesse contexto, o presente artigo é dividido em quatro principais seções: 1. Clusters Industriais como Impulsionadores do Desenvolvimento Econômico; 2. O Contexto Histórico da Construção de uma Potência Tecnológica; 3. A Zona Econômica Especial de Shenzhen e 4. Liberdade Econômica e Crescimento Endógeno: Fundamentos do Sucesso de Shenzhen.

A escolha do caso de Shenzhen se justifica pela rapidez e singularidade de sua transformação econômica e tecnológica, em um contexto de transição para uma economia de mercado socialista. O estudo é relevante por oferecer subsídios teóricos e práticos: de um lado, ao aprofundar a compreensão do crescimento endógeno em um exemplo concreto e seus efeitos na prosperidade socioeconômica; de outro, ao indicar caminhos para políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em países emergentes.

CLUSTERS INDUSTRIAIS COMO IMPULSIONADORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A liberdade, aliada ao conhecimento, favorece um ambiente inovador. Amartya Sen (2010) destaca que a liberdade potencializa a capacidade dos indivíduos de serem independentes e influenciarem o mundo, sendo essencial para o desenvolvimento e a iniciativa individual (Sen, 2010). Essa condição amplia a criatividade e o empreendedorismo, que são fundamentais para a inovação. Por sua vez, o conhecimento, especialmente por meio da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), é o agente que realiza esse potencial. O crescimento dos países está ligado ao avanço científico e tecnológico, com as atividades de P&D sendo o principal mecanismo para gerar conhecimento tecnológico (Silva; Avellar, 2015).

Há uma relação clara entre a complexidade produtiva de uma nação e seu investimento em inovação, especialmente nos setores de média e alta tecnologia, que alcançam a fronteira tecnológica, maior geradora de riqueza e desenvolvimento. Em contraste, regiões com sistemas produtivos mais primários demandam menos P&D devido à uniformidade dos produtos (OCDE, 2023). Portanto, países com maior capacidade tecnológica mantêm vantagem competitiva, exigindo investimentos contínuos em inovação.

Nesse contexto, Joseph Schumpeter apresenta a “destruição criativa”, processo que transforma a economia ao eliminar o antigo para criar o novo (Schumpeter, 1961, p. 110). Para ele, esse é o motor do capitalismo, e o empreendedor é o agente transformador, introduzindo inovações e tecnologias que melhoram o sistema, mesmo que envolvam riscos consideráveis. A Revolução Industrial do século XVIII exemplifica esse fenômeno: Mokyr (2016) explica que o progresso foi impulsionado pela crença no avanço científico e pela atuação de inventores. Embora inicialmente houvesse dúvidas, a tecnologia superou as expectativas, controlando a eletricidade, barateando o aço, aumentando a produção de alimentos e dobrando a expectativa de vida, enquanto reduzia as horas de trabalho. Assim, consolidou-se a visão da ciência e da tecnologia como motores do progresso econômico.

O aumento dos investimentos em P&D impacta positivamente a inovação e a produtividade (Silva; Avellar, 2015). Contudo, Sen (2010) enfatiza que a riqueza não é um fim em si mesma, mas um meio; o avanço tecnológico e a inovação devem melhorar a qualidade de vida e ampliar liberdades, pois “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (Sen, 2010, p. 29).

Michael Porter, em *Clusters and the New Economics of Competition* (1998), propõe que a formação e promoção de clusters industriais é essencial para a criação de prosperidade nacional. Ele define os clusters como concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um determinado campo, que podem ser mais eficientes na econo-

mia moderna devido a vários fatores. A proximidade entre empresas e instituições facilita a coordenação, a confiança e a inovação contínua, elementos essenciais para uma vantagem competitiva. Porter destaca que a competição moderna depende da produtividade, que é possível em setores que adotem métodos sofisticados, alta tecnologia e produtos exclusivos. No entanto, o ambiente local desempenha um papel fundamental, exigindo uma mão de obra qualificada, um sistema jurídico eficiente e uma burocracia reduzida. Em economias avançadas, o ambiente de negócios específico dos clusters é decisivo para a competitividade.

Porter lista sete vantagens dos clusters. A primeira é o acesso a funcionários e fornecedores especializados, o que reduz custos de recrutamento e atrai novos talentos. Além disso, a concentração geográfica fortalece os fornecedores locais, reduzindo custos, estoques e atrasos. A segunda vantagem é o acesso a informações especializadas, facilitado pela acumulação de conhecimento técnico e competitivo no cluster. A terceira vantagem são as complementaridades, que tornam o cluster um sistema interdependente, onde o sucesso de uma parte beneficia as demais. Em quarto lugar, Porter destaca o papel do setor público e das instituições no aumento da produtividade, com investimentos em infraestrutura e educação, além de iniciativas privadas coletivas. A quinta vantagem é a motivação gerada pela rivalidade local, que pressiona as empresas a competir e a manter sua reputação. A inovação contínua também é favorecida pelos clusters, já que a proximidade com compradores e fornecedores acelera o aprendizado e o acesso a tecnologias e componentes especializados. Por fim, a flexibilidade dos clusters permite que as empresas inovem rapidamente, reduzam custos e criem novos negócios com o apoio local.

Os clusters industriais podem assumir diversas categorias, desde manufaturas de baixo custo até serviços, mas o grande destaque hoje são os de alta tecnologia e inovação, como o famoso Vale do Silício, nos EUA. Esse cluster, especializado em hardwares, softwares, telecomunicações, TI e outros avanços tecnológi-

cos, têm uma contribuição imensa para a economia americana. Seu PIB supera o da África do Sul, e, em termos de renda per capita, está entre os mais altos, comparável a países como Qatar e Irlanda. Em termos de IDH, o Vale do Silício é considerado o local mais desenvolvido dos EUA (Pulkkinen, 2019).

Porter conclui que os clusters são uma nova forma de pensar sobre localização e uma solução inovadora para a configuração das empresas. Ele destaca a importância das instituições, como universidades e governos, na criação de prosperidade e no desenvolvimento econômico. Em *La ciudad de la nueva economía* (2001), Manuel Castells também enfatiza o papel fundamental das cidades na geração de riqueza e na correção de efeitos negativos. Castells afirma que as regiões urbanas são as mais importantes fontes de inovação tecnológica e empresarial, e que as cidades dinâmicas são os centros de riqueza em uma economia orientada pelas transformações tecnológicas.

Diante desse panorama teórico, o caso da China, em especial o de Shenzhen, revela-se exemplar para compreender como fatores institucionais, políticos e econômicos podem convergir na formação de um cluster de alta tecnologia. O país oferece um caso paradigmático para observar a interação entre políticas públicas, inovação e desenvolvimento urbano, demonstrando como a combinação de liberdade econômica controlada, investimento em capital humano e estímulo estatal direcionado resultou em um dos mais relevantes ecossistemas de inovação contemporâneos.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE UMA POTÊNCIA TECNOLÓGICA

A abertura econômica da China e as reformas iniciadas no fim dos anos 1970 foram decisivas para o avanço do país nas últimas décadas. Essas transformações surgiram como resposta ao período de estagnação e caos da era maoísta (1949–1976), marcada pela fundação da República Popular da China sob Mao Tsé-Tung, adoção do planejamento central e da propriedade estatal, com forte inspiração no

modelo soviético, ainda que com adaptações locais (Brandt; Rawski, 2008). Embora o país tenha registrado um crescimento médio anual de 4,2% no Produto Nacional Bruto per capita entre 1950 e 1975, esse desempenho foi marcado por profundas contradições. A industrialização forçada priorizou a produção de aço em detrimento da agricultura, contribuindo para a Grande Fome Chinesa (1959–1961), que resultou na morte de 30 a 40 milhões de pessoas.

O modelo centralizado de desenvolvimento também gerou ineficiências estruturais. O foco em grandes projetos industriais e em bens de investimento, somado à negligência do setor de consumo e serviços, levou à escassez de produtos básicos, baixa qualidade industrial, acúmulo de estoques e desperdício de recursos. A excessiva centralização de poder limitou a inovação, enquanto a má alocação de mão-de-obra e a escassez de terras cultiváveis agravaram o subemprego, sobretudo nas áreas rurais (Naughton, 2007). A ausência de incentivos de mercado e o controle estatal sobre os preços travavam o dinamismo econômico, tornando o ciclo produtivo lento e ineficiente (Brandt; Rawski, 2008).

A virada ocorreu após a morte de Mao, em 1976. Embora Hua Guofeng tenha assumido inicialmente o comando, foi Deng Xiaoping quem, a partir de 1978, conduziu reformas profundas com apoio do Partido Comunista Chinês (PCCh) e dos militares. Deng implementou uma reestruturação política e econômica que visava corrigir as falhas do planejamento central e permitir que o país explorasse seu potencial de desenvolvimento. Como destacam Fairbank e Goldman (2006), essa nova direção foi essencial para superar as limitações herdadas da era maoísta, abrindo caminho para a modernização econômica e a reinserção da China no sistema internacional.

Fairbank e Goldman (2006) destacam que a principal motivação de Deng Xiaoping por reformas foi a crise socioeconômica, instabilidade e perseguições da era maoísta, sendo ele mesmo uma vítima. Com o apoio da maioria do PCCh, a liderança passou a adotar uma postura pragmática, afastando-se da rigidez ideológica. Isso se expressa na famosa frase atribuída a

Deng: "Não importa se o gato é branco ou preto, desde que pegue ratos" (Fairbank; Goldman, 2006, p. 407). No final dos anos 1970, iniciou-se o período de Boluan Fanzheng, ou seja, "eliminar o caos e voltar à normalidade" (Wang, 2020, p. 135), marcando a substituição das campanhas ideológicas pelo foco no desenvolvimento econômico. Deng propôs um modelo que combinava abertura de mercado com a manutenção do controle político pelo PCCh, denominado "socialismo com características chinesas" (Fairbank; Goldman, 2006, p. 408).

Deng (1993) acreditava que o progresso chinês dependia da modernização das forças produtivas, com foco em quatro áreas: agricultura, indústria, defesa e ciência. As chamadas Quatro Modernizações foram implementadas com sucesso, sustentadas por uma base material sólida e mão de obra qualificada. Logo em 1978, a primeira reforma ocorreu no campo, com a dissolução das comunas agrícolas, incentivando a competição e elevando o consumo. Nos anos 1980, o setor rural se destacou como o mais dinâmico da economia, até que as reformas se expandiram para as cidades, com ênfase nas forças de mercado, impulsionando o crescimento urbano.

Deng também priorizou ciência e tecnologia, passando a valorizar intelectuais antes perseguidos. Houve investimentos no setor e adoção de práticas ocidentais, promovendo liberdade intelectual e avanços culturais. Fairbank e Goldman (2006) observam que a produção agrícola dobrou antes do fim dos anos 1980, favorecendo o crescimento da indústria de bens de consumo e diminuindo o foco na indústria pesada. A exportação de produtos baratos ampliou a inserção internacional da China, enquanto camponeses enriqueceram e ascenderam socialmente, refletindo o lema "enriquecer é glorioso" (Fairbank; Goldman, 2006, p. 412).

As Quatro Modernizações atuaram de forma integrada ao longo do tempo: a agricultura forneceu excedentes e mão de obra para a indústria; a indústria expandiu a produção e diversificou a economia urbana; a ciência e a tecnologia impulsionaram inovação e produtividade; e a defesa incorporou avanços

tecnológicos que apoiaram tanto a segurança quanto o desenvolvimento civil. Juntas, essas áreas criaram um ciclo contínuo de crescimento econômico e transformação social na China.

Deng (1993) defendia que uma economia de mercado poderia coexistir com o socialismo, através do que posteriormente foi chamado de “economia de mercado socialista” (IDCPC, 2023). Isso reduziu o controle estatal e promoveu maior autonomia e flexibilidade econômica. As reformas descentralizaram o controle do partido, especialmente no campo e nas cidades, e impulsionaram a abertura ao mercado global. Em 1979, foram criadas as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), voltadas à atração de investimentos estrangeiros e estímulo ao comércio. Entre elas, Shenzhen destacou-se como centro de inovação (Yeung; Lee; Kee, 2009).

A ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE SHENZHEN

O desenvolvimento de Shenzhen pode ser dividido em quatro fases, conforme o grau de inserção na cadeia de valor industrial global (UN-Habitat, 2019). A primeira fase marca a entrada na base da cadeia, com foco em atividades intensivas em mão de obra. A segunda avança para um estágio intensivo em capital, atingindo o nível médio-baixo. A terceira reflete uma transição forçada por custos crescentes, elevando a cidade ao nível médio-alto. Já a quarta fase consolida o estágio orientado à inovação, com Shenzhen situada no topo da cadeia.

A fase inicial (1979–1992) coincide com a criação da Zona Econômica Especial e uma urbanização acelerada, fenômeno apelidado de “Velocidade de Shenzhen”. Houve forte atração de migrantes e investimentos externos, principalmente de Hong Kong, e o modelo industrial era voltado à exportação e intensivo em trabalho. O governo local implementou políticas inovadoras para uso do solo, moradia e desenvolvimento urbano, e assim a base econômica foi construída com o comércio de processamento, com destaque para o setor de eletrônicos, que lançaria as bases para a futura transição tecnológica.

De 1992 a 2002, inicia-se a fase de capitalização, com infraestrutura aprimorada, maior sofisticação produtiva e estímulo a indústrias de alta tecnologia. Shenzhen consolidou um modelo próprio de economia de mercado socialista³ e promoveu parques tecnológicos. O número de trabalhadores cresceu rapidamente, com destaque para a qualificação da mão de obra, e junto disso houveram reformas institucionais que facilitaram a entrada de talentos e atraíram multinacionais, preparando a cidade para a transição a uma economia mais complexa.

Entre 2003 e 2012, a elevação dos custos urbanos e ambientais impulsionou a modernização industrial - o crescimento desacelerou, mas a inovação emergiu como novo motor econômico. O governo adotou políticas para atrair setores estratégicos, como biotecnologia, TI, energia limpa e novos materiais, e reformas administrativas tornaram o governo mais eficiente e aberto à experimentação, permitindo o surgimento de um ecossistema inovador em expansão.

A fase final (2013–2019) consolidou Shenzhen como polo global de inovação, com ambiente institucional, infraestrutura moderna e capital humano altamente qualificado. O número de empresas de alta tecnologia cresceu significativamente, acompanhado de forte expansão em pesquisa e desenvolvimento: empresas como Huawei, ZTE, BYD e DJI alcançaram escala internacional. A cidade se destacou em registros de patentes e investimentos em P&D, refletindo um ecossistema de inovação consolidado (UN-Habitat, 2019).

O PIB de Shenzhen passou de 196 milhões de yuans em 1979 para mais de 3,4 trilhões em 2023, com um PIB per capita que saltou de 606 para 195 mil yuans (NBS, 2024). O setor terciário superou 60% da economia, e o IDH da cidade chegou a 0,845 (2019), o mais alto entre as prefeituras chinesas (UN-Habitat, 2019). Em 2017, 37,1% dos cidadãos tinham formação universitária, superando outras grandes cidades como Pequim (28,6%) e Xangai (23,4%) (Chen; Ogan, 2017).

A cidade se destacou pela adoção de tecnologias avançadas, favorecendo setores co-

mo energia, TI, robótica e biotecnologia. Esse crescimento foi acompanhado pela ascensão do capital humano, refletido no elevado nível educacional da população. Em 2017, 37,1% dos cidadãos tinham formação universitária, superando outras grandes cidades como Pequim (28,6%) e Xangai (23,4%) (Chen; Ogan, 2017). O investimento em educação e na formação de talentos resultou em avanços significativos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Em 2014, Shenzhen registrou cerca de 82 mil patentes, e em 2015, as empresas da cidade representaram 46,9% dos pedidos no Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) da China, número que subiu para 51,8% até 2016 (Chen; Ogan, 2017).

Shenzhen representa um dos principais casos de sucesso da modernização chinesa, com papel relevante na superação da pobreza e ascensão à liderança tecnológica global. Em 2024, responde por cerca de 2,7% do PIB nacional (NBS, 2024) e abriga um dos clusters de inovação mais importantes do mundo, liderado por empresas como BYD, DJI, Huawei e Tencent.

A BYD, fundada em 1994, é líder global em baterias recarregáveis e carros elétricos. Com mais de 700 mil funcionários e receita superior a 100 bilhões de dólares, a empresa investe pesadamente em P&D, principalmente em transportes e energia renovável (BYD, 2025). A DJI, fundada em 2006, controla mais de 70% do mercado global de drones e é conhecida por sua forte capacidade de inovação tecnológica, com aplicações em cinema, agricultura e infraestrutura (DJI, 2025). A Huawei, gigante em telecomunicações, foi fundada em 1987 e se tornou a maior fabricante mundial de equipamentos de telecomunicações, além de liderar o desenvolvimento da tecnologia 5G, e mais recentemente o 10G (em cooperação com a China Unicom). Com mais de 200 mil funcionários e mais de 100 mil patentes, a empresa investe intensamente em P&D (Huawei, 2025). A Tencent, fundada em 1998, é a maior empresa de serviços de internet da China e a maior desenvolvedora de jogos online em receita. Com uma capitalização de mercado superior a 600 bilhões de dólares, a empresa também tem participação significativa em investimentos na área de infraestrutura digital e inteligência artificial, por exemplo (Tencent, 2025).

Essas empresas refletem o impacto do cluster de inovação de Shenzhen, que se expandiu com mais de 5.000 empresas de alta tecnologia até 2020, sendo 823 com produção anual superior a 100 milhões de yuans, e muitas delas no setor de TI e eletrônicos (CNBayArea, 2022). O desenvolvimento desse cluster é impulsionado por diversos fatores, como a cultura empreendedora, o ambiente educacional focado em inovação tecnológica e o apoio do governo local. Com uma estrutura enxuta, o governo apoia o desenvolvimento de empresas com políticas voltadas para inovação, competitividade e sustentabilidade (Chen; Ogan, 2017).

A localização estratégica de Shenzhen, próxima de Hong Kong, facilita o fluxo de talentos, ideias e negócios, fortalecendo o ecossistema de inovação da cidade. A proximidade com Hong Kong, no passado, auxiliou Shenzhen a entrar na cadeia global de valor, e já em 2025, essa relação continua a promover o dinamismo e a competitividade da cidade (Chen; Ogan, 2017).

LIBERDADE ECONÔMICA E CRESCIMENTO ENDÓGENO: FUNDAMENTOS DO SUCESSO DE SHENZHEN

Teoricamente, o caso de Shenzhen pode ser analisado em dois âmbitos: um mais particular, levando em conta o papel da inovação, tecnologia e capital humano no desenvolvimento, explicitado pela teoria do crescimento endógeno que traz uma visão mais peculiar; e um com perspectiva macroeconômica, já analisada, em virtude das reformas e política de zona econômica especial estabelecida, que favorece o primeiro âmbito. Em suma, os dois campos se conectam, criando assim um modelo excepcional que foi posto em prática na China, e que acarretou, em parte, na sua expansão econômica.

Segundo Paul Romer, em *Endogenous Technological Change* (1990), o crescimento econômico é impulsionado por mudanças tecnológicas que resultam de investimentos intencionais feitos por agentes que buscam maximizar lucros. Nesse contexto, o estoque de capital humano é crucial para determinar a taxa

de crescimento, além da possibilidade de aumento por meio da integração aos mercados globais. Romer divide seu argumento em três premissas principais.

A primeira premissa destaca que a mudança tecnológica é fundamental para o crescimento econômico. Romer (1990) ressalta que a tecnologia, assim como no Modelo de Solow (1956)⁴, estimula a acumulação de capital, e juntos impulsionam grande parte do aumento da produção por hora trabalhada. Essa relação entre capital e inovação é uma das principais forças motrizes do crescimento econômico, conforme evidenciado nas seções anteriores.

A segunda premissa, ao contrário de Solow, vê a mudança tecnológica como endógena, resultado de ações intencionais guiadas por incentivos de mercado. Embora nem todos participem diretamente desse processo, Romer enfatiza que esses incentivos são essenciais para transformar novos conhecimentos em produtos úteis. Ele exemplifica: “Nossa compreensão inicial do eletromagnetismo veio da pesquisa acadêmica, mas gravadores de videocassete resultaram das tentativas de empresas privadas de lucrar” (Romer, 1990, p. 72), evidenciando o papel ativo de empresas na inovação.

Por fim, a terceira premissa aponta que as instruções para produzir tecnologia diferem de outros bens econômicos, pois implicam custos fixos iniciais, mas podem ser reutilizadas sem custos adicionais. Romer usa a metáfora culinária para ilustrar essa ideia: “Se o crescimento fosse apenas fazer mais da mesma culinária, acabaríamos sem matéria-prima e com poluição; o crescimento vem de melhores receitas, não de mais culinária” (Romer, 2016, n.p.). Essa metáfora mostra como inovações tecnológicas geram maior valor econômico com menos insumos, ao contrário da simples produção em massa.

Esse conceito destaca a importância de um ambiente institucional eficiente e de um governo competente, como o observado em Shenzhen, onde medidas mais liberais e um governo com foco no desenvolvimento econômico possibilitaram a formação de um próspero cluster tecnológico. A cidade de Shenzhen ilustra a criação de um ambiente favorável à inovação tecnológica, baseado na acumulação de capital

humano e no desenvolvimento de um ecossistema de empresas que geram novas tecnologias.

A princípio, pode-se argumentar que há uma contradição entre a liberalização econômica e o controle político exercido pelo Partido Comunista Chinês. Contudo, no caso chinês, a coexistência desses elementos revelou-se complementar: a abertura a investimentos estrangeiros, ao empreendedorismo privado e à inovação tecnológica ocorreu sob um arcabouço institucional fortemente conduzido pelo Estado. O governo atuou não apenas como regulador, mas também como facilitador estratégico, direcionando investimentos e criando condições para a acumulação de capital humano. Assim, o desenvolvimento de Shenzhen não deve ser entendido como resultado exclusivo da liberdade econômica, tampouco do intervencionismo estatal isolado, mas sim de uma combinação única de pragmatismo político e incentivos de mercado, que juntos configuraram um ecossistema propício à inovação.

Para Romer (1990), a tecnologia desenvolvida nas instituições é complementada por investimentos intencionais das empresas, como aquelas no cluster tecnológico de Shenzhen. A criação de tecnologia envolve altos custos fixos, o que torna o processo complexo e exige concorrência monopolística para garantir incentivos ao desenvolvimento de novas tecnologias, algo que a concorrência perfeita não proporciona. O autor argumenta que a concorrência monopolística, possibilitada por patentes, é essencial para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. O caso de Shenzhen, com sua alta intensidade em P&D e número significativo de patentes, é um exemplo claro disso.

Além disso, o estoque de capital humano da cidade, em constante crescimento, foi fundamental para sua ascensão na cadeia de valor industrial global, como discutido no capítulo anterior. Esse desenvolvimento também foi impulsionado pela forte presença no comércio internacional, inicialmente facilitado por Hong Kong e, mais recentemente, globalmente, como Romer sugere ao falar sobre o aumento da taxa de crescimento por meio da integração aos mercados globais. A relação estreita com Hong

Kong permitiu que Shenzhen se conectasse rapidamente aos fluxos globais de comércio e inovação.

Figura 1: Modelo da experiência chinesa em Shenzhen



Fonte: Elaboração própria.

A criação da Zona Econômica Especial em Shenzhen, acompanhada de reformas econômicas na China no final dos anos 70, foi crucial para o sucesso da cidade. Essas reformas garantiram liberdade econômica, maior foco em educação, infraestrutura e avanços em ciência e tecnologia. Embora não seja uma panaceia, essa abordagem oferece um modelo positivo para países em desenvolvimento, ao promover infraestrutura, desburocratização e, conseqüentemente, um ambiente propício ao crescimento endógeno.

Por fim, a intensificação do capital humano e a liberdade econômica foram fatores que impulsionaram Shenzhen a estabelecer um ecossistema de empresas, instituições e clusters, resultando em um avanço significativo na cadeia de valor global, no desenvolvimento tecnológico e em uma maior competitividade. A integração aos mercados globais e a criação de um ambiente propício à inovação foram determinantes para o sucesso dessa cidade, que se tornou um modelo para outras regiões em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender os fatores que impulsionaram a ascensão de Shenzhen como polo de inovação, analisando a formação de um cluster tecnológico e seus impactos econômicos. A pesquisa atendeu

aos objetivos propostos, confirmando que a combinação entre Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e fundamentos do crescimento endógeno foi decisiva para o sucesso regional.

Demonstrou-se a relevância dos clusters para o desenvolvimento econômico, com destaque para a inovação, o capital humano, a P&D e o desempenho industrial. Inicialmente concentrados em países desenvolvidos, esses elementos passaram a compor também estratégias de países emergentes. No caso de Shenzhen, políticas reformistas e a criação da ZEE permitiram a constituição de um ambiente propício à inovação e à industrialização tecnológica.

A análise confirmou que o progresso da cidade se deu por meio da articulação entre incentivos de mercado, liberdade econômica e investimentos em conhecimento, em consonância com a teoria do crescimento endógeno. O sucesso do cluster não foi apenas resultado de reformas institucionais, mas também do fortalecimento do capital humano, mostrando que o valor de uma nação está em seus indivíduos. Dessa forma, a experiência chinesa evidencia a importância de ações coordenadas entre Estado e iniciativa privada, além da necessidade de reformas que liberem o potencial produtivo e promovam o desenvolvimento sustentado.

NOTAS

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Shandong University, China (2024), e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília (2021). E-mail: nottheradjohn@outlook.com.

² O texto integral pode ser acessado no Repositório Institucional da Universidade Católica de Brasília, disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/13915>.

³ Foi a primeira economia de mercado socialista desse tipo no país, dentre as mudanças há o estabelecimento de um sistema corporativo moderno, o aprofundamento da reforma do sis-

tema de circulação do comércio, a melhoria do mercado de trabalho, o estabelecimento de um mercado de comércio de propriedades e a inovação institucional no setor financeiro (UN-Habitat, 2019, p. 8).

⁴ O Modelo de Solow é um modelo exógeno de crescimento econômico que analisa mudanças no nível de produção de uma economia ao longo do tempo como resultado de mudanças na taxa de crescimento da população, na taxa de poupança e na taxa de progresso tecnológico (CFI, 2021).

⁵ Um mercado para um determinado produto ou serviço no qual existem muitos vendedores concorrentes que oferecem produtos semelhantes, mas não idênticos. Esse mercado se assemelha à concorrência perfeita, pois há uma multiplicidade de compradores e vendedores e poucas barreiras à entrada. No entanto, como cada bem específico só pode ser obtido de um vendedor, o produtor adquire um poder de influenciar os preços de mercado que não existiria sob concorrência perfeita: ele tem, com efeito, o monopólio de seu próprio produto (Law, 2016).

REFERÊNCIAS

BRANDT, Loren; RAWSKI, Thomas G. (ed.). **China's Great Economic Transformation**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 930 p. ISBN 9780521712903.

BYD. **About the company**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.byd.com/en/about-byd>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CASTELLS, Manuel. La ciudad de la nueva economía. **Papeles de Población**, Toluca, ano 7, n. 27, p. 207-221, jan./mar. 2001.

CFI. **Solow growth model: an exogenous model of economic growth that analyzes changes in economic output over time**. Vancouver, 2025. Disponível em: <https://corporatefinanceinstitute.com/resources/economics/solow-growth-model/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CHEN, Xiangming; OGAN, Taylor Lynch. China's Emerging Silicon Valley: How and Why Has Shenzhen Become a Global Innovation Centre. **The European Financial Review**, Londres, p. 55-62, dez./jan. 2017.

CNBAYAREA. **Shenzhen unveils plan for hi-tech zone development**. 23 fev. 2022. Disponível em: https://www.cnbayarea.org.cn/english/News/content/mpost_739722.html. Acesso em: 1 jul. 2025.

DENG, Xiaoping. **Selected works** (Vol. 3, 1982-1992). Pequim: People's Publishing House, 1993.

DJI. **Quem somos**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.dji.com/br/company?site=brandsite&from=footer>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China: A New History**. 2. ed. aum. Cambridge: Harvard University Press, 2006. 581 p. ISBN 978-0674018280.

HUAWEI. **Corporate information**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.huawei.com/en/corporate-information>. Acesso em: 1 jul. 2025.

IDCPC (INTERNATIONAL DEPARTMENT OF THE CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA). **The Fourteenth National Congress**. Beijing, 27 jul. 2023. Disponível em: https://www.idcpc.org.cn/english2023/tjzl/cpcjj/PartyCongresses/202307/t20230727_157826.html. Acesso em: 3 set. 2025.

LAW, Jonathan. **A Dictionary of Business and Management**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. 624 p. ISBN 9780199684984.

LEESE, D. Afterword: **The Chinese Communist Party's Politics of Historical Justice in Perspective**. In: LEESE, D.; SHUMAN, A. (Org.). *Justice after Mao: The politics of historical truth in the People's Republic of China*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. p. 274-288.

MOKYR, Joel. Progress Isn't Natural: Humans invented it—and not that long ago. **The Atlantic**, Washington, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/business/archive/2016/11/progress-isnt-natural-mokyr/507740/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Cambridge: MIT Press, 2007. 528 p. ISBN 978-0262640640.

NBS (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS); Shenzhen Municipal Bureau of Statistics. **Shenzhen Statistical Yearbook 2024 (深圳统计年鉴)**. Beijing: China Statistics Press, 2024. ISBN 978-7-5230-0650-4.

OCDE. **Gross domestic spending on R&D (indicator)**. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 1 jul. 2025. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/indicators/gross-domestic-spending-on-r-d.html?oecdcontrol-8027380c62-var3=2023>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PORTER, Michael E. Clusters and the New Economics of Competition. **Harvard Business Review**, Brighton, p. 77-90, nov./dez. 1998.

PULKKINEN, Levi. If Silicon Valley were a country, it would be among the richest on Earth. **The Guardian**, Londres, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2019/apr/30/silicon-valley-wealth-second-richest-country-world-earth>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ROMER, Paul M. Endogenous Technological Change. **The Journal of Political Economy: The Problem of Development: A Conference of the Institute for the Study of Free Enterprise Systems**, Chicago, v. 98, n. 5, parte 2, p. 71-102, out. 1990. DOI: <https://doi.org/10.1086/261725>.

ROMER, Paul M. **The Deep Structure of Economic Growth**. PaulRomer.net, 13 abr. 2016. Disponível em: <https://paulromer.net/economic-growth/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 464 p. ISBN 978-85-359-1646-1.

SILVA, Felipe Q.; AVELLAR, Ana Paula M. de. P&D, inovação e produtividade: evidências para empresas industriais brasileiras. **ANPEC**, 2015.

TENCENT. **About Us**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.tencent.com/en-us/about.html#about-con-1>. Acesso em: 1 jul. 2025.

UN-HABITAT. **The Story of Shenzhen: Its Economic, Social and Environmental Transformation**. Nairóbi: United Nations Human Settlements Programme, 2019. 140 p. ISBN 978-92-1-132840-0.

WANG, Xiaoxuan. **Maoism and Grassroots Religion: The Communist Revolution and the Reinvention of Religious Life in China**. Oxford: Oxford University Press, 2020. 240 p. ISBN 978-0190069384.

YEUNG, Yue-man; LEE, Joanna; KEE, Gordon. China's Special Economic Zones at 30. **Eurasian Geography and Economics**, Reino Unido, p. 222-240, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.2747/1539-7216.50.2.222>.

AUSÊNCIA SELETIVA DO ESTADO: A ASCENSÃO DO PCC COMO REFLEXO DA COLONIALIDADE DO PODER

Danilo Abreu Luz Fernandes¹
Giovana Dias de Paula²

RESUMO

O presente artigo analisa as rebeliões carcerárias ocorridas no Brasil em 2016 como expressões de uma lógica de governança criminal enraizada na colonialidade do poder e nas hierarquias raciais historicamente construídas. A partir de uma perspectiva pós-colonial, busca-se compreender como o sistema prisional brasileiro reproduz estruturas coloniais que perpetuam a exclusão e a marginalização de corpos não brancos. Metodologicamente, a pesquisa é de caráter qualitativo e explicativo, fundamentada no pensamento decolonial e desenvolvida por meio de análise documental e revisão bibliográfica, tendo como principal referência a obra *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime organizado no Brasil*, de Bruno Paes Manso e Camila Dias. Os resultados indicam que as rebeliões de 2016 evidenciam a seletividade e a negligência do Estado brasileiro, cuja ausência estratégica favorece a consolidação de estruturas paralelas de poder, como o PCC, e reafirma a continuidade histórica da exclusão social e racial.

Palavras-chave: PCC; Teoria Pós-Colonial de Relações Internacionais; rebeliões carcerárias; governança criminal; democracia racial; colonialidade do poder.

ABSTRACT

This article analyzes the prison riots that occurred in Brazil in 2016 as expressions of a logic of criminal governance rooted in the coloniality of power and historically constructed racial hierarchies. From a postcolonial perspective, it seeks to understand how the Bra-

zilian prison system reproduces colonial structures that perpetuate the exclusion and marginalization of nonwhite bodies. Methodologically, the research is qualitative and explanatory, grounded in decolonial thought and developed through documentary analysis and literature review, with the main reference being *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime organizado no Brasil* by Bruno Paes Manso and Camila Dias. The results indicate that the 2016 uprisings reveal the selectivity and negligence of the Brazilian state, whose strategic absence favors the consolidation of parallel power structures, such as the PCC, and reaffirms the historical continuity of social and racial exclusion.

Keywords: PCC; Post-Colonial Theory in International Relations; prison uprisings; criminal governance; racial democracy; coloniality of power.

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2016, o Brasil foi sacudido por uma série de rebeliões violentas que eclodiram em diversas unidades prisionais, tendo como estopim o massacre ocorrido na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima. Esses eventos, por vezes tratados como explosões pontuais de barbárie, são, na verdade, expressões de um fenômeno complexo, cujas raízes estão profundamente fincadas na estrutura histórica e social do país. Este artigo parte da premissa de que as rebeliões carcerárias de 2016 não constituem episódios isolados, mas revelam a atuação de uma lógica de governança criminal que emerge nas lacunas deixadas por um Estado seletivamente ausente, lógica essa que deve ser compreendida à luz da Colonialidade do Poder e das relações raciais construídas historicamente no Brasil. Portanto, se faz necessário solucionar: como a marginalização promovida pelo Estado criou as lacunas de poder que condicionaram a governança criminal no Brasil?

Para tanto, propõe-se aqui uma análise situada no campo das Relações Internacionais, mas que se afasta das correntes teóricas tradicionais ao adotar uma perspectiva pós-colonial, de modo que a pesquisa adota aborda-

gem qualitativa e caráter explicativo, fundamentando-se no pensamento decolonial para analisar as estruturas que sustentam as condições exploradas pelo PCC no contexto das rebeliões carcerárias de 2016. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica interpretativista, tendo como principal fonte o livro *A Guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime organizado no Brasil*, de Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias, complementado por produções acadêmicas e material jornalístico. A metodologia visa interpretar criticamente o fenômeno das rebeliões como expressão de dinâmicas históricas de exclusão e ausência estatal, e não como eventos isolados. No que tange às referências teóricas, o pós-colonialismo, conforme trabalhado por Sankaran Krishna (2018), permite compreender as estruturas herdadas da colonização que continuam a produzir uma hierarquia racial no presente. Tal abordagem permite descortinar a narrativa internacional dominante e evidenciar como o legado colonial se inscreve nas instituições, nas relações sociais e, neste caso específico, nas dinâmicas prisionais do Brasil.

A problemática dessa narrativa predominante, à qual os autores deste artigo se opõem criticamente, reside no fato de que, metateoricamente, os discursos teóricos dominantes em Relações Internacionais partem de cosmovisões eurocêntricas que silenciam vozes subalternas (Spivak, 2023) e suas próprias formulações de saber (Mignolo, 2005). Essa crítica se manifesta na prática ao analisarmos um objeto pouco comum à área, no caso da governança criminal, sob uma perspectiva histórica intimamente relacionada à marginalização promovida por dinâmicas internacionais geralmente negligenciadas pelas teorias clássicas explicativas, como o realismo, o liberalismo e até mesmo o construtivismo.

O principal conceito explorado no marco teórico deste estudo é a Colonialidade do Poder, versado por Aníbal Quijano. Segundo o autor, a Colonialidade do Poder constitui uma forma duradoura de dominação que estrutura as relações sociais por meio de uma divisão do trabalho que, entre as suas principais consequências, engendrou uma hierarquização das nações por critério racial (Quijano, 2005). No contexto brasileiro, essa lógica se expressa de

maneira contundente na seletividade racial do sistema penal e na ausência deliberada do Estado em espaços racializados. Complementarmente, o conceito de “linha global da cor”, formulado por W. E. B. Du Bois (1903), ajuda a compreender o sistema internacional não apenas como uma dinâmica de interação entre Estados-nação, mas sim, como uma estratificação que geograficamente determina a função dos Estados baseando-se em parâmetros de cor.

A partir desse marco teórico, este artigo se propõe a analisar as rebeliões carcerárias de 2016 como manifestação extrema de um processo histórico contínuo de exclusão e hierarquização social, marcado pelo legado da escravidão. A ascensão do Primeiro Comando da Capital (PCC) será investigada como resultado da falência do sistema prisional e como reflexo direto de uma estrutura colonialista, organizando quem pode ser incluído nas promessas da cidadania e quem é condenado à marginalidade, ao silêncio e ao cárcere. Ao longo do texto, serão mobilizados autores como Angela Davis (2018), Lélia Gonzalez (1984), Michel Misse (2010) e Bruno Paes Manso (2020), com o intuito de demonstrar como o crime organizado se consolida como ator de governança diante do abandono estatal.

LENTE TEÓRICA PÓS-COLONIAL E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

As rebeliões carcerárias de 2016 não constituem um fenômeno isolado. Esses acontecimentos estão historicamente e estruturalmente relacionados à formação do Estado brasileiro enquanto ex-colônia europeia, bem como à hierarquização racial que acompanhou esse processo. Para uma análise mais aprofundada do evento, é essencial compreender a estrutura que o sustenta e as condições às quais os atores envolvidos estão submetidos.

Com o objetivo de enquadrar este estudo no campo teórico crítico das Relações Internacionais, o artigo adota o pós-colonialismo como lente teórica. Essa abordagem permite incorporar uma perspectiva histórica ao contexto analisado e ressaltar a relevância estrutural da

questão para a compreensão da conjuntura atual. Assim, Sankaran Krishna (2018) define o pós-colonialismo como o conjunto de formulações teóricas que analisam as estruturas criadas a partir do processo de colonização e que continuam a influenciar o presente. Diferentemente das correntes tradicionais das Relações Internacionais, o pós-colonialismo ultrapassa o nacionalismo metodológico³ e dá visibilidade às narrativas dos sujeitos historicamente marginalizados pelas dinâmicas coloniais. Contudo, importa destacar que o pensamento pós-colonial não tem como objetivo rejeitar a existência das estruturas estabelecidas pelo Norte Global, mas sim denunciá-las e explicá-las, traçando, a partir dessa crítica, caminhos para um desmonte gradual das estruturas embasadas pelo colonialismo.

Entre os autores que se destacam dentro do “guarda-chuva pós-colonial” — que abrange diferentes correntes de pensamento — vale o destaque para Aníbal Quijano e sua teoria da Colonialidade do Poder. Quijano (2005) define a colonialidade como uma força estruturante do sistema internacional, que molda o papel dos Estados de acordo com sua posição nas relações coloniais. Sob essa ótica, é impossível compreender plenamente os fenômenos políticos, tanto internos quanto externos, de uma ex-colônia como o Brasil, sem considerar a estrutura de poder na qual o país está inserido e as forças que têm enfrentado ao longo do tempo.

A partir da teoria da Colonialidade do Poder, observa-se como a estrutura capitalista determina geograficamente as funções das nações dentro do sistema internacional, atribuindo aos países do Sul Global funções produtivas de baixo valor agregado, passividade e subordinação. Em diálogo com essa abordagem e em consonância com a análise proposta, destaca-se também o conceito de “linha global da cor”, formulado por W. E. B. Du Bois. Segundo essa perspectiva, a organização do sistema internacional não se dá a partir da centralidade do Estado, mas sim com base na ideia de raça, que estabelece uma hierarquia entre as nações. Nesse arranjo, o branco é percebido como superior às demais etnias e como detentor legítimo do poder sobre os não-brancos (Du Bois, 1903).

A partir dessas premissas, torna-se evidente que os autores aqui mobilizados possibilitam analisar o objeto em questão com base na compreensão de que as atuais condições do Estado brasileiro não decorrem apenas de fatores domésticos e contemporâneos, mas também são consequências diretas de uma estrutura de poder enraizada nas relações coloniais que perduraram por mais de três séculos. Tal dinâmica foi mantida e aprofundada por imposições do Norte Global que visam preservar a subordinação dos países do Sul. Ademais, destaca-se o papel central da questão racial na organização do Estado brasileiro, elemento essencial para compreender as presenças e ausências que foram determinantes no avanço do crime organizado no país. Para tanto, vale mencionar como se desenvolve a questão racial no Brasil, através do mantimento de uma hierarquização étnica mesmo após o fim da escravidão, como pode ser observado através do mito da “democracia racial”.

COLONIALIDADE NO BRASIL: O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

O racismo estrutural no Brasil é um dos principais reflexos daquilo que foi caracterizado como colonialidade. A organização colonial historicamente institucionalizou uma hierarquia na força de trabalho, em que a pessoa preta não era vista como um indivíduo, mas como uma ferramenta a serviço dos interesses produtivos dos brancos que exploravam o povo e a terra no Brasil (Prado, 2010). Por consequência, criou-se uma imagem dessas pessoas como desprovidas de identidade, história, cultura ou personalidade, sendo os corpos escravizados tratados como mero componente do processo produtivo nos diversos ciclos econômicos aos quais o Brasil foi submetido.

A abolição da escravidão, em 1888, ocorreu em um Brasil recém-independente, internamente difuso e instável, com grande dependência econômica em relação à Inglaterra e ainda pouco comprometido com a efetivação da igualdade racial. Muitos são os fatores que levaram ao fim da escravidão, entre eles, deve-se destacar, é claro, a própria luta dos escravizados. Contudo, não se pode inferir que a abolição tenha

sido fruto de uma tentativa deliberada do Estado brasileiro de corrigir injustiças raciais. Pelo contrário: é após o fim da escravidão, na primeira metade do século XX, que surge um pensamento que até hoje sustenta uma das mais marcantes características do racismo brasileiro: a tese da democracia racial (Portela; Lira, 2022).

Florestan Fernandes (2008), o principal autor a denunciar o mito da democracia racial, argumenta que esse pensamento possui origens ainda mais antigas. Isso pode ser observado, por exemplo, na forma como o romantismo brasileiro — vanguarda artística amplamente utilizada para a idealização do Brasil enquanto nação — passou a caracterizar o negro como dócil, defendendo a miscigenação como traço positivo da identidade nacional. Essa defesa do embranquecimento disfarçado exemplifica bem como funciona a lógica da democracia racial: ela constrói a falsa sensação de integração, ao mesmo tempo em que mantém uma clara e estrutural discriminação racial (Portela; Lira, 2022).

Lélia González é uma intelectual que expõe de forma brilhante a espúria ideia de democracia racial no Brasil. Mulher preta, Lélia denuncia como o racismo é tratado no país como algo inexistente, o que, por si só, já evidencia a sua presença. No trecho a seguir, a autora sintetiza como funciona esse fenômeno:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (González, 1984, p. 226).

Fica evidente como, logo após a escravidão, o Estado brasileiro — que historicamente representa os interesses das elites brancas — não se propôs a remediar as injustiças que cometeu, mas sim a construir um imaginário que mascara as consequências de um processo do qual tem culpa. Essa marginalização da população preta, privada da luz que poderia servir para denunciar as violências sofridas, tem consequências nos mais diversos âmbitos. Entre eles, destaca-se aquele que será explorado no próximo tópico deste artigo: a criminalidade.

De antemão, e já justificando a escolha por abordar a democracia racial neste texto, cita-se

novamente Lélia González, que evidencia como o imaginário brasileiro induz o negro à criminalidade:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente (González, 1984, p. 225-226).

ASCENSÃO DO PCC SOB A LÓGICA DA COLONIALIDADE

O racismo oriundo de estruturas coloniais tem impactos sociais e culturais, como discutido no tópico anterior. No entanto, destaca-se também seu poder estruturante na formação de instituições que preservam, se não mais às finalidades originais, ao menos o *modus operandi* da hierarquia racial vigente desde o período escravocrata. Ao evidenciar aqui o papel do colonialismo nessa estruturação social, busca-se contextualizar historicamente a inserção internacional do Brasil, ressaltando a necessidade de compreender as estruturas internas como consequências diretas das pressões externas exercidas sobre o Estado. É evidente que, também no âmbito doméstico, há uma dialética entre os grupos beneficiados e prejudicados pelas amarras da colonialidade do poder, dinâmica que Quijano (2014) enfatiza ao apontar que a manutenção da exploração do Norte sobre o Sul ocorre por meio de uma relação harmônica entre as elites de ambas as partes. Assim, ainda que existam estruturas internas que alimentam o racismo estrutural, considera-se falha qualquer análise que desconsidere as condições externas que historicamente o engendraram.

Destarte, esta seção pretende analisar a ascensão do PCC a partir da lente teórica trabalhada anteriormente, ou seja, a contribuição dos estudos pós-coloniais. Especificamente, esta seção busca apresentar a obra de Angela Davis, “Estarão as prisões obsoletas?”, na qual a autora propõe uma reflexão sobre a forma como o sistema carcerário dos Estados Unidos é atravessado por um racismo estrutural que, em diversos aspectos, se assemelha ao regime escravocrata vigente no sul do país antes da

abolição (Davis, 2018).

Davis (2018) parte do reconhecimento de que a prisão é vista como uma instituição inquestionável na sociedade contemporânea, sendo concebida como uma medida de segurança tão enraizada no imaginário social que torna quase impensável a formulação de alternativas a ele. A autora compara o cárcere a outros mecanismos históricos de segregação racial, como a escravidão e a segregação educacional, ressaltando que essas dinâmicas também foram, em seu tempo, consideradas inevitáveis antes de serem superadas. É a partir disso que ela passa a conceber a prisão como uma instituição passível de abolição.

Davis (2018, p.14) considera a prisão uma ferramenta racista ao analisar a composição étnica da população carcerária dos Estados Unidos, evidenciando que ela é majoritariamente formada por latino-americanos, pessoas negras e nativos americanos. Isso demonstra como o cárcere tem funcionado como uma espécie de “buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo”. Sobre esse tópico, Davis complementa:

Devido ao poder persistente do racismo, “criminosos” e “malfeitores” são, no imaginário coletivo, idealizados como pessoas de cor. A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza - ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (Davis, 2018, p. 14-15).

Além da composição da população carcerária, a própria organização da prisão nos convida à reflexão, uma vez que revela diversas semelhanças com a lógica do trabalho escravo. Podemos observar, por exemplo, a limitação a um espaço fixo, a sujeição a outros indivíduos que tiram a individualidade daquele que está submetido, e, em alguns casos, o próprio trabalho forçado (Davis, 2018). Tal reflexão mostra como a visão o esforço de Davis é oportuno, de modo que claramente podemos observar uma relação íntima entre as estruturas raciais impostas pela Colonialidade do Poder e a precarização do sistema carcerário, não apenas no contexto trabalhado pela autora, mas também no cerne da pesquisa aqui realizada, em meio à constru-

ção social brasileira.

O próximo tópico deslocará a análise para o contexto brasileiro, a fim de mostrar como o abandono do Estado em relação a esses grupos gerou uma lacuna de poder posteriormente ocupada por uma forma de governança criminal centrada no narcotráfico, como há de ser explicado no decorrer deste trabalho.

A ASCENSÃO DO PCC ENQUANTO REFLEXO DA COLONIALIDADE

O PCC foi oficialmente fundado em agosto de 1993, na Casa de Custódia de Taubaté, em São Paulo — à época considerada a prisão mais segura do estado de São Paulo. Sua expansão pelo sistema prisional brasileiro teve início em 1994, consolidando-se como um ator influente a partir de 1995 (Dias, 2009). A fundação da facção representou uma resposta direta à estrutura carcerária marcada por opressões, injustiças e violências institucionais. Em especial, os oito membros originais buscavam reagir ao então recente Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, que resultou na morte de 111 presos (Brasil, 2006), apesar de existirem controvérsias quanto ao número real de fatalidades.

Nesse contexto, o grupo, também conhecido como “o Partido”, passou a se apresentar como uma força justiceira (Cohen, 2021), empenhada em conter os abusos sistemáticos praticados pelo Estado contra a população encarcerada. Não por acaso, o PCC adotou como lema os ideais de “paz, justiça, liberdade, igualdade e união” (Dias, 2009), valores tradicionalmente associados ao Estado de direito, mas que, dentro dos muros das prisões, revelam-se ausentes. Assim, a facção busca organizar a sociedade prisional com base em princípios que foram historicamente negados àqueles considerados descartáveis⁴ pelo sistema.

Com o passar dos anos, o PCC se estabeleceu como uma entidade controladora, reguladora e consultiva dentro das prisões, assumindo funções que vão desde a mediação de conflitos até o estabelecimento de rotinas, distribuição de tarefas e imposição de normas de conduta. A megarrebelião de 2001, coordenada pela facção em dezenas de unidades prisionais simultaneamente, foi um marco nesse processo,

conferindo ao grupo uma grande visibilidade e prestígio perante os demais encarcerados, acelerando sua disseminação no sistema prisional nacional (Dias, 2009).

Dessa forma, é possível perceber que o PCC atua como uma forma de governança paralela nas prisões onde está presente — atualmente, em grande parte das unidades prisionais do país. A ausência seletiva do Estado nesses espaços, manifestada por meio de políticas repressivas, abandono institucional e violações sistemáticas de direitos, não apenas contribui para o descontrole sobre a população carcerária, como também permite a emergência de modos alternativos de organização e exercício de autoridade. Nesse vácuo de soberania estatal, o PCC consolida-se como instância de poder que assume, ainda que de forma violenta, funções de justiça, mediação e assistência interna aos presos, especialmente aos “irmãos”⁵ vinculados à facção.

A posição de destaque que a organização ocupa atualmente é resultado direto de um processo histórico de negligência e exclusão, no qual segmentos inteiros da sociedade — em especial os mais vulnerabilizados — foram relegados à margem da cidadania. Tal marginalização se expressa de maneira contundente no perfil racial da população encarcerada: segundo dados de 2023 do Governo Federal, aproximadamente 70% das pessoas privadas de liberdade no Brasil são pretas ou pardas. Isso evidencia a permanência de uma lógica de criminalização seletiva e de exclusão racial, herdeira direta do período colonial e do racismo estrutural que perpassa as instituições brasileiras. Retomando Angela Davis (2018), as prisões servem, portanto, para esvaziar o Estado e a sociedade civil da responsabilidade de lidar com os “criminosos”, especialmente os pretos e pardos.

Michel Misse (2010) contribui para essa análise ao propor que o crime seja compreendido não apenas como violação da ordem legal, mas como fenômeno social, atravessado por disputas de poder e por desigualdades estruturais. A partir dessa perspectiva, compreende-se a governança exercida pelo PCC como reflexo de uma construção histórica marcada por hierarquias raciais e exclusão social. A atuação do grupo dentro das prisões, portanto, é sintoma de um

Estado que historicamente negligenciou aqueles que não faziam parte de um projeto nacionalista que via o branco europeu como o ideal a ser perseguido. Sendo assim, conclui-se que a ascensão do PCC revela tanto a falência de um modelo penal repressivo quanto a reprodução de um padrão colonial de governo que persiste na contemporaneidade

AS REBELIÕES DE 2016 COMO EXPRESSÃO DA GOVERNANÇA CRIMINAL

Conforme exposto, o ano de 2016 foi marcado por uma série de rebeliões violentas no sistema prisional brasileiro, que revelaram de forma bastante visceral o avanço da governança criminal exercida pelo PCC. Em geral, as motivações para essa série de ataques advinham de uma quebra no acordo de paz entre o PCC e o Comando Vermelho (CV) — facção originária do Rio de Janeiro — trato estabelecido desde a criação do grupo paulista. O clima de tensão entre as facções, atrelado às terríveis condições de convivência no interior das prisões, resultou no que se entende como “a maior e mais mortal sequência de assassinatos em massa da história do sistema carcerário, do Brasil e do mundo” (Manso, 2020, p. 14). O estopim foi na penitenciária de Monte Cristo, em Roraima, no dia 16 de outubro:

A situação do presídio era precária, como em boa parte do país. Perto de 1,5 mil presos conviviam num espaço para 750 pessoas, o que abria brechas para a criatividade. [...] A aparente flexibilidade das autoridades revelava, na verdade, o descaso do Estado. Direitos básicos não eram atendidos, como os relacionados à saúde e à assistência jurídica. [...] Parte do esgoto do presídio era despejada no meio do pátio, produzindo mau cheiro permanente (Manso, 2020, p. 22).

O trecho acima foi retirado do livro “A Guerra: ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil”, de Bruno Paes Manso, e revela como a negligência do poder público para com a população carcerária abre espaço para que outros atores ocupem os espaços de poder, de modo que, nesse caso, o PCC foi quem emergiu como “suplente” do Estado. Cabe destacar que, ainda segundo o autor, essas rebeliões não foram explosões espontâneas, mas movimentos estratégicos articulados para consolidar a hegemonia da facção paulista sobre o sistema prisional nacional.

A barbárie do motim da penitenciária de Monte Cristo foi apenas a primeira de uma série de rebeliões que aconteceram dali para frente. A disputa por poder entre PCC e CV nas prisões do país ganhou um tempero extra no momento em que os celulares clandestinos, dentro das penitenciárias, anunciaram a decapitação de dez membros da facção carioca, em um claro sinal de que era “o Partido” quem ditava as regras no sistema carcerário. A entrada dos telefones celulares nas celas dos presídios é apenas um dos exemplos da corrupção e negligência dos agentes penitenciários que, somado à constante disputa entre governos e agências telefônicas para o corte do sinal nos presídios, faz com que o caminho para a coordenação de ações entre membros de facções em diferentes localidades seja facilitado.

Com esses facilitadores, que refletem um sistema prisional falido e corroboram a ideia de ausência seletiva do Estado, os pontos focais do PCC em diversas penitenciárias do país rapidamente se articularam e deflagraram seus respectivos motins de forma coordenada. O Comando Vermelho, em alguns casos, antecipou-se aos ataques dos paulistas, na tentativa de evitar a própria aniquilação. Um exemplo emblemático dessa dinâmica foi a rebelião ocorrida no Presídio Ênio Pinheiro, em Rondônia.

Mais do que uma resposta articulada ou planejada, as mortes em Porto Velho pareciam um espasmo, uma reação emocional da massa de presos que misturava sentimentos de medo e ódio. Ali, foi a vez de o Comando Vermelho partir para o ataque. Eles se juntaram no pátio da unidade para atacar um detento recém-transferido que dizia ser do PCC. Atearam fogo nos colchões, provocando a morte de oito presos. Alguns morreram carbonizados ao se esconder embaixo da caixa-d'água (Manso, 2020, p. 24).

É importante destacar que, mesmo diante da magnitude das atrocidades, as rebeliões de 2016 receberam pouca atenção da mídia a priori, e as autoridades responsáveis não tomaram as devidas atitudes na velocidade que deveriam. Enquanto os massacres avançavam como uma longa fileira de dominós em queda, coube aos próprios presos tentar conter os danos ou interromper a escalada da violência. Em uma tentativa de evitar novas mortes, o PCC adotou uma estratégia defensiva ainda em novembro daquele ano: em presídios onde estava em desvantagem numérica, orientou seus integran-

tes a solicitarem transferência imediata ou a “rasgarem a camisa” — isto é, a abandonarem voluntariamente a facção (Manso, 2020).

Mais uma vez, o crime organizado assumiu o lugar de autoridade, ocupando o vácuo deixado pelo Estado. Nesse contexto, o Primeiro Comando da Capital não atua apenas como um grupo criminoso, mas se configura como um ator de poder dentro do sistema prisional. Ao organizar a vida nos presídios, ditar regras de convivência e comandar ações coletivas, a facção passa a exercer uma espécie de governança onde o Estado se mostra ausente e/ou ineficaz. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da já citada Colonialidade do Poder, que permite entender como a atuação precária do Estado nesses espaços e a emergência de governanças criminais estão profundamente enraizadas em estruturas históricas de dominação racial e social.

Nesse sentido, Campello (2023) argumenta que as políticas de gestão prisional no Brasil vêm se estruturando em torno de estratégias tecnológicas de gerenciamento e de contenção de custos que, na prática, produzem formas de “terceirização” (Manso, 2020) do controle das prisões. Ao adotar medidas que reduzem a presença efetiva do Estado e transferem parte da governança cotidiana a agentes informais, o poder público acaba por consolidar um modelo de administração que depende da autogestão carcerária. Essa dinâmica revela, portanto, a forma como o Estado escolhe se fazer ausente nesses espaços, ainda que plenamente ciente das consequências, relegando a população prisional à marginalização, à precariedade e à violência estrutural.

Bruno Paes Manso acrescenta a esse debate a ideia de que tal “terceirização” faz com que, na realidade, os próprios líderes das facções criminais ditem as regras no interior das prisões:

O “convívio” de qualquer presídio no Brasil é um espaço regulado pelos próprios presos. No pátio de sol, celas, oficinas e qualquer outro local do muro para dentro, o controle é exercido pela facção que domina o local e detém informações sobre o pertencimento, as alianças e a trajetória dos que cumprem pena ali. Foi dessa forma – terceirizando o controle para os presos – que as autoridades estaduais passaram a gerir os presídios lotados sem gastar com funcionários (Manso, 2020, p. 28).

É importante destacar que a própria superlotação dos presídios brasileiros constitui um indicativo contundente de negligência estatal

e de um projeto de segurança pública marcado por ineficiência e exclusão. Ao adotar a lógica punitivista como principal resposta ao crime, o Estado reforça a ideia de que o encarceramento em massa é solução viável, quando na verdade contribui para a naturalização desses espaços como depósitos humanos. Dessa forma, os indivíduos privados de liberdade são relegados à condição de "não-cidadãos", afastados não apenas das garantias constitucionais, mas também do respeito e da empatia social.

A população prisional, portanto, majoritariamente composta por pessoas negras, pobres e periféricas (Brasil, 2024), ocupa um lugar de subalternidade herdado do passado colonial, sendo sistematicamente excluída das promessas universais de cidadania e proteção estatal. Assim, a ausência do Estado não é um mero descuido, mas a expressão de uma lógica de poder que reserva à periferia e ao cárcere um espaço de suspensão de direitos e de gestão violenta da vida. Sendo assim, a governança exercida pelo PCC emerge como resposta direta a esse vácuo seletivo, preenchendo funções básicas de controle e organização social que o Estado se recusa a garantir àqueles que são escanteados pela máquina estatal.

Por fim, é preciso reconhecer que as rebeliões carcerárias de 2016 representam apenas um entre tantos episódios que escancaram a seletividade do Estado brasileiro, orientada por uma lógica colonial que historicamente marginaliza corpos e espaços não-brancos. Essa seletividade se manifesta na negligência sistemática com a população carcerária, criando um terreno fértil para a ascensão e consolidação de estruturas paralelas de poder, conforme visto ao longo deste trabalho. Os motins ocorridos naquele ano tiveram desdobramentos prolongados, e quase uma década depois, organizações como o PCC e o Comando Vermelho continuam ocupando as lacunas deixadas por um Estado que, ao classificar certos corpos como menos dignos de cidadania, respeito e proteção, legitima sua própria ausência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar a ascensão do PCC como resultado das lacunas deixadas pelas dinâmicas coloniais internas ao Brasil, culminando em um breve estudo de caso que analisa as estruturas que embasaram o contexto das rebeliões carcerárias de 2016. A abordagem teórica adotada demonstrou como a lente pós-colonial permite uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos que contribuíram para a consolidação da governança criminal exercida pelo PCC.

A análise possibilita compreender de forma mais clara como as lacunas de poder deixadas pelo Estado não permanecem vazias, sendo preenchidas justamente pelos resultados da marginalização que ele mesmo promove. Nesse sentido, o pós-colonialismo e a Colonialidade do Poder mostram-se fundamentais para o esclarecimento da hierarquização racial que sustenta essa ausência seletiva. É, portanto, de grande relevância que o estudo do crime no Brasil esteja inserido no escopo das Relações Internacionais, uma vez que se trata de um caso exemplar em que estruturas de dominação globais moldam as configurações domésticas.

Este artigo se limitou à análise de um evento específico como exemplo empírico, dando, contudo, maior ênfase à construção teórica de um marco interpretativo e à explicação histórica do fenômeno. Reconhece-se, assim, a necessidade de aprofundar a investigação sobre as rebeliões de 2016 em estudos futuros, indo além dos objetivos aqui propostos. De todo modo, esta pesquisa evidencia que o campo das Relações Internacionais é suficientemente amplo para comportar diferentes abordagens analíticas, sendo que as teorias críticas cumprem papel essencial ao investir academicamente naquilo que é frequentemente renegado pelo *mainstream*.

NOTAS

¹Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Goiás (UFG), daniloluz@discente.ufg.br.

²Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Goiás (UFG), giovanadias@discente.ufg.br.

³O Nacionalismo Metodológico, como exposto por Krishna (2018), interpreta o sistema internacional como um sistema competitivo e anárquico centralizado nos Estados-nações.

⁴Aqui, entende-se a população carcerária como “descartável” para o Estado brasileiro porque ela não é percebida como digna de direitos ou de inclusão na vida cidadã. O cárcere funciona, portanto, como um instrumento de controle social e racial, que “administra” as consequências das desigualdades históricas em vez de enfrentá-las.

⁵“Irmãos” são os membros do PCC, ou seja, pessoas que foram aceitas formalmente na facção e que compartilham do mesmo juramento de fidelidade. A palavra “irmão” expressa não só pertencimento, mas também uma ideia de lealdade mútua, cumplicidade e igualdade dentro da organização, ao menos no plano simbólico e discursivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Especial Presídios – A história das facções criminosas brasileiras (05'50")**. Rádio Câmara, Brasília, 5 jun. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/271725-especial-presidios-a-historia-das-faccoes-criminosas-brasileiras-05-50/>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Bases de dados – SISDEPEN**. Brasília: SENAPPEN, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/bases-de-dados>. Acesso em: 1 jun. 2025.

COHEN, Corentin. The ‘debate’ and the politics of the PCC’s informal justice in São Paulo. **Contemporary Social Science**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 235–247, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21582041.2021.1998588>. Acesso em: 18 out. 2025.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018. ePub. Título original: Are Prisons Obsolete?

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. **Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura**, Maringá, ano 8, 2009. Disponível em: https://www.espen.pr.gov.br/sites/espen/arquivos_restritos/files/migrados/File/RevPercurso.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

Campello, R. U. (2023). Warfare Tactics and Techno-Managerial Solutions: The Brazilian “War on Gangs” and the Reinvention of Prison Governance. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/C8HLfzKV6JXFryGRs4tcnSx/?format=html&lang=en>. Acesso em 18 outubro 2025.

DU BOIS, W. E. B. **The souls of black folk**. Chicago: A. C. McClurg & Co., 1903.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1984. p. 223–244.

KRISHNA, Sankaran. **Postcolonialism and its relevance for International Relations in a globalized world**. In: SHILLAMO, Toni (ed.). Race, gender, and culture in International Relations. 1. ed. London: Routledge, 2018. p. 16. e-book. ISBN 9781315227542. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315227542-2/postcolonialism-relevance-international-relations-globalized-world-sankaran-krishna>. Acesso em: 20 maio 2025.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2020.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35–54.

MISSE, Miriam. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 79, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

OBSERVADH. **Pessoas privadas de liberdade: quem são as pessoas privadas de liberdade no Brasil?** ArcGIS Experience Builder. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/54febd2948d54d68a1a462581f89d920/page/PPL---Quem-s%C3%A3o-as-pessoas-privadas-de-liberdade-no-Brasil%3F>. Acesso em: 28 maio 2025.

PORTELA, Aristeu; LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. Améfrica Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 63, p. 105–131, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401971830004>. Acesso em: 25 maio 2025.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica**. In: QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506021025/eje1-1.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SPIVAK, G. C. **Can the subaltern speak?** In: Imperialism. Routledge, 2023. p. 171-219.

UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL DA ASTROPOLITIK DE EVERETT DOLMAN

Gabrielly Pereira Fonseca¹

RESUMO

No contexto atual de rápidas transformações no campo da exploração espacial, este artigo analisa criticamente a proposta de Everett C. Dolman em *Astropolitik: classical geopolitics in the space age*, destacando sua visão de dominação do espaço exterior pelos Estados Unidos como um imperativo estratégico. A pesquisa, fundamentada em uma abordagem pós-colonial, busca compreender como a militarização e a competição por recursos espaciais podem reproduzir assimetrias históricas entre países desenvolvidos e o Sul Global. Argumenta-se que, embora a *Astropolitik* proponha a supremacia norte-americana como forma de garantir segurança e projeção de poder, tal perspectiva levanta sérias implicações éticas, políticas e geopolíticas. O estudo ressalta que a exclusão de nações com menor capacidade tecnológica compromete a construção de uma governança internacional inclusiva e sustentável do espaço. Conclui-se que o futuro da exploração espacial demanda uma abordagem cooperativa, multilateral e regulada, que possibilite o uso equitativo dos benefícios decorrentes do desenvolvimento espacial, reduzindo desigualdades e promovendo maior equilíbrio nas relações internacionais.

Palavras-chave: Astropolitik; militarização do espaço; exploração espacial; pós-colonialismo.

ABSTRACT

In the current context of rapid transformations in space exploration, this article critically examines Everett Dolman's proposal in "*Astropolitik: classical geopolitics in the space age*", emphasizing

his view of U.S. domination of outer space as a strategic imperative. Grounded in a postcolonial approach, the research seeks to understand how the militarization and competition for space resources may reproduce historical asymmetries between developed countries and the Global South. It is argued that, although *Astropolitik* promotes U.S. supremacy as a means to ensure security and power projection, such a perspective raises serious ethical, political, and geopolitical concerns. The study highlights that the exclusion of nations with limited technological capacity undermines the construction of an inclusive and sustainable international governance of space. It concludes that the future of space exploration requires a cooperative, multilateral, and regulated approach that enables the equitable use of benefits from space development, reducing inequalities and fostering greater balance in international relations.

Keywords: Astropolitik; space militarization; space exploration; postcolonialism.

INTRODUÇÃO

No cenário atual, observa-se um período de progresso acelerado no desenvolvimento espacial, no qual figuras proeminentes dedicam-se à conquista de novos territórios no espaço exterior. A entrada vigorosa da iniciativa privada levanta questões inéditas sobre a exploração e colonização do espaço extraterrestre, desafiando os papéis tradicionais dos atores das relações internacionais como, por exemplo, os Estados que, por muito tempo, dominaram a narrativa espacial.

O espaço transformou-se em um catalisador essencial para a introdução de sistemas comerciais, civis, militares e científicos, promovendo uma visão ampliada de expansão e, principalmente, de controle. Em virtude do controle que alguns países podem ter sobre outros por meio da exploração espacial, é crucial compreender como se desenvolverá esse processo "civilizatório" espacial proposto pelos Estados, bem como suas consequências, e como os países com baixo, médio ou nenhum investi-

mento na área espacial irão funcionar dentro desse contexto, influenciando as relações de poder.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é realizar uma crítica da proposta de *Astropolitik* formulada por Everett Dolman, buscando compreender, sob o viés da teoria pós-colonial, como seus argumentos sobre a dominação do espaço reforçam lógicas hierárquicas e desigualdades globais. A pergunta que orienta este trabalho é: de que maneira a *Astropolitik* de Dolman reflete uma lógica de dominação espacial que marginaliza o Sul Global e reproduz padrões imperialistas no contexto das relações internacionais? A relevância desta investigação reside na necessidade de analisar criticamente as narrativas que moldam a exploração e a militarização do espaço, considerando suas implicações políticas, econômicas e sociais.

A metodologia abordada neste estudo se apoia na análise crítica do discurso, aplicada à obra de Everett Dolman. Em primeiro lugar, identifica-se os principais argumentos do autor acerca da dominação e militarização do espaço. Em seguida, os argumentos são contrapostos à literatura pós-colonial, com o objetivo de revelar como a retórica presente na obra de Everett Dolman de “segurança espacial” combinada com a supervalorização do “progresso tecnológico” dos Estados Unidos da América (EUA) encobre dinâmicas de exclusão e subordinação do Sul Global. Essa abordagem possibilita compreender não apenas os mecanismos de dominação explícitos no discurso de Dolman, mas também suas implicações para a política espacial global e para os atores marginalizados no desenvolvimento da exploração do espaço exterior.

Nesse contexto, torna-se necessário recorrer à teoria pós-colonial para aprofundar a compreensão do espaço extraterrestre à medida que a humanidade se aventura para além dos limites da Terra. Sob essa perspectiva, evidencia-se a persistência de lógicas discriminatórias no campo da *Astropolitik*, como se observa no trabalho de Everett Dolman, um dos principais autores da área, que defende a necessidade de os EUA manterem o comando sobre o espaço. Nesse sentido, as reflexões têm como base os

trabalhos de Said (1978) e o orientalismo e de Quijano (2000) e a colonialidade do poder até as reflexões de Parks (2005) com a pegada *satelital* Ricaurte (2019) com os estudos sobre tecnocolonialismo, que ajudam a evidenciar como a infraestrutura orbital se torna um instrumento de poder, reproduzindo desigualdades históricas. Dessa forma, esse artigo busca lançar luz sobre as dinâmicas de poder e influência que permeiam os esforços espaciais contemporâneos e como a exploração espacial não é pensada para o Sul Global.

Por fim, o artigo propõe uma reflexão a partir do caso da América Latina. O Brasil, Argentina e México foram selecionados como objeto de análise por representarem as principais potências regionais com programas espaciais ativos, ainda que marcados por limitações estruturais, dependência tecnológica e escassez de recursos. Assim, este trabalho contribui para o debate sobre o imperialismo do conhecimento e a dependência tecnológica em escala cósmica, questionando as pretensões de dominação da *Astropolitik* e propondo uma leitura crítica de como a expansão humana além da Terra caminha para refletir aspectos coloniais no espaço exterior.

EVERETT DOLMAN E A ASTROPOLITIK: O ESPAÇO EXTERIOR SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO

Em primeiro lugar, cabe-se mencionar um pequeno histórico sobre o papel dos EUA na exploração espacial e pode-se ressaltar que não surge apenas em 1958 com a criação da Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA). O desenvolvimento da exploração espacial moderna tornou-se profundamente entrelaçado com os eventos históricos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o cenário da Guerra Fria (1947-1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial, cientistas alemães avançaram significativamente na tecnologia de foguetes no âmbito militar para que os ataques aéreos fossem além da Terra e não dependessem de aviões como, por exemplo, as bombas e o foguete V-2 desenvolvidos pelo engenheiro alemão Wernher von Braun (Sausen,

1999). Tal desenvolvimento foi crucial e posteriormente aproveitado pelos americanos, especialmente através do programa secreto intitulado “Operação Paperclip” que tinha como objetivo recrutar cientistas alemães nas áreas de engenharia mecânica e foguetes para os EUA no ano de 1945 (Nuñez, 2022).

Durante os primeiros anos da Guerra Fria, a corrida espacial deu seus primeiros passos significativos, como observa Burgess (2021). Segundo o autor, a competição entre Estados Unidos e União Soviética era impulsionada pela necessidade de ampliar suas capacidades militares, especialmente no que se refere à projeção de poder por meio de foguetes balísticos. O lançamento do primeiro satélite artificial pela União Soviética, o Sputnik, em 1957, representou um marco que alarmou os Estados Unidos, evidenciando o rápido avanço de seu rival no domínio do espaço. A década de 1960, por sua vez, foi marcada por eventos emblemáticos que consolidaram a corrida espacial como uma das expressões centrais da rivalidade entre as superpotências.

Em 1961, o russo Yuri Gagarin se tornou o primeiro humano lançado ao espaço, seguido pelo americano Alan Shepard Jr. Já em 1969, Neil Armstrong e Buzz Aldrin da NASA alcançaram a Lua, um feito que simbolizou o ápice da corrida espacial marcando uma “vitória” dos Estados Unidos da América frente aos seus inimigos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Paladini, 2019). Logo na década de 1980, o presidente dos EUA, Kennedy, iniciou movimentos para a criação de uma Estação Espacial Internacional (EEI), um projeto que se concretizou em 1998. Assim, a exploração espacial não apenas refletiu as rivalidades geopolíticas do século XX, mas também evoluiu para uma colaboração internacional que continua a moldar o futuro da humanidade no cosmos.

Em 2001, baseado nos estudos da tradição realista das Relações Internacionais (RI), Mearsheimer desenvolveu e apresentou ao mundo as premissas do que seria o realismo ofensivo, a partir da percepção de que a paz é inalcançável e, embora um mundo pacífico seja

algo desejável, não há uma via clara para evitar a guerra e a constante competição por segurança (Mearsheimer, 2001). Além disso, o autor defende ser a busca por poder a única maneira para que uma grande potência sobreviva em um ambiente anárquico como o sistema internacional. Nesse sentido, a perspectiva de Mearsheimer em *The Tragedy of Great Power Politics* (2001) se insere diretamente como base para a obra de Everett Dolman.

Décadas depois dos avanços significativos em cooperação internacional ligadas à área espacial e apenas um ano depois do lançamento da obra de Mearsheimer, Everett Dolman, norte-americano e um dos principais estudiosos contemporâneos da estratégia espacial, com formação em Estudos de Defesa e Relações Internacionais, lança o seu trabalho mais notável intitulado *Astropolitik: classical geopolitics in the space age*, publicado em 2002. A obra propõe uma análise estratégica do espaço exterior sob uma perspectiva do realismo ofensivo, enfatizando a competição e a segurança na política espacial. Dolman parte da premissa de que o espaço não é apenas uma fronteira científica ou comercial, mas também um domínio estratégico que deve ser gerido por Estados capazes de projetar poder de forma sustentada. É após esse trabalho que se inicia a análise das projeções estratégicas espaciais dos EUA, baseadas nos pensamentos da *Astropolitik* de Everett Dolman, que aborda o tema sob uma perspectiva militar.

Para Dolman, a neutralidade sobre quem domina o espaço exterior é uma ameaça à segurança dos EUA. Deixar o espaço como uma zona neutra pode ser interpretado como um sinal de fraqueza que potenciais rivais podem explorar. A *Astropolitik* apresenta noções geopolíticas de poder no Espaço, oferecendo sugestões para o domínio do mesmo por meios militares e cabe destacar que a *Astropolitik* consiste na visão de mundo na qual “[...] os Estados empregarão a competição de forma produtiva, aproveitando os incentivos naturais para o ganho próprio dentro de um futuro mutuamente benéfico.” (Dolman, 2005, p. 3). A proposta teórica de Dolman também inclui a ideia de que tal exploração e

competição econômica serão benéficas para a democracia e capazes de minimizar as negatividades da militarização espacial. Essa visão sugere que a exploração e o domínio do espaço, embora potencialmente militarizados, poderiam levar a um ambiente onde a competição econômica e a inovação prosperem, beneficiando as democracias. Se levarmos em conta que a teoria de Dolman (2005) é produzida para a manutenção de segurança e poderio dos EUA no espaço, surge, então, a seguinte indagação: quais democracias?

Outro aspecto relevante nos pensamentos de Dolman (2005) é a desmistificação da noção de que o espaço exterior seja uma zona de grande vazio. Na obra, o autor descreve o espaço como uma “rica vista de montanhas e vales gravitacionais, oceanos e rios de recursos e energia” (Dolman, 2005, p. 5). Em outras palavras, Dolman (2005) vê o espaço como um terreno repleto de oportunidades e recursos valiosos que podem ser explorados para benefício estratégico e econômico dos EUA. Essa nova visão do espaço proposta por Dolman contrasta fortemente com a ideia de que o espaço é um vazio e enfatiza a importância do controle e exploração dos recursos espaciais anteriormente aqui citados.

Nesse sentido, a proposta de Dolman (2005) se insere claramente no realismo ofensivo das Relações Internacionais que, de acordo com Mearsheimer (2001), valoriza o poder, a segurança e a competição entre Estados como elementos centrais para compreender a política global. A perspectiva de Dolman (2005) traduz a visão de que o espaço exterior não é um território neutro, mas um ambiente estratégico cujo controle influencia diretamente o equilíbrio de poder global. Em outras palavras, na atual dinâmica política, nenhum Estado tem domínio sobre essa área. Em vez de deixá-la como uma zona neutra ou compartilhada, Dolman (2005) sugere que os EUA tomem a iniciativa de gerenciá-la antes que outro país o faça.

No livro, é possível encontrar uma crítica às teorias pacifistas que descartam a ideia de guerra a como utópica e distante da realidade dos eventos que moldam a exploração espacial. Embora o autor não advogue pela guerra e a mi-

litarização do espaço exterior, esses não são apenas fenômenos históricos para ele, mas sim um processo em curso. Ademais, no trabalho, Dolman (2005) aborda uma perspectiva importante e a qual será tratada nesse artigo: a perspectiva de que os EUA devem dominar o espaço Exterior. O autor defende a necessidade de um hegemon, sendo os EUA o ator ideal para esse papel, fundamentado no pioneirismo histórico do país na exploração espacial, que desde a corrida espacial da Guerra Fria até a criação de colaborações internacionais como a Estação Espacial Internacional, serve como justificativa e legitimação para sua posição de liderança estratégica, reforçando a lógica do realismo ofensivo que perpassa a obra do autor.

INFLUÊNCIA DA ASTROPOLITIK NA POLÍTICA ESPACIAL DOS EUA

Dolman (2005) estabelece três ações conjuntas que devem compor a projeção estratégica espacial dos EUA. Em primeiro lugar, o autor afirma que o país deveria retirar-se de todos os acordos, tratados e convenções que compõem o Direito Espacial Internacional, deixando para trás os ideais de anti militarização do Espaço propostos durante a Guerra Fria. Segundo Dolman (2005), os tratados mais relevantes, como a Declaração dos Princípios Jurídicos Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso (pacífico) do Espaço Exterior da Organização das Nações Unidas (ONU), impedem a exploração total dos recursos espaciais. Ele propõe o “princípio de soberania do livre mercado no espaço”, onde os Estados poderiam estabelecer reivindicações territoriais sobre as áreas que desejam explorar para fins comerciais. Esse passo é crucial para permitir que os EUA aproveitem plenamente as oportunidades econômicas e estratégicas no espaço.

Em segundo lugar, Dolman (2005) salienta a importância da retomada dos discursos e propagandas utilizadas pelo governo dos EUA ao longo da Guerra Fria, os quais auxiliaram a formar o *soft power*² estadunidense por meio do Espaço. Desta maneira, haveria o fortalecimento

da influência do país no sistema internacional. Além disso, os EUA devem aproveitar o controle da órbita terrestre baixa, onde armas espaciais a laser ou armas de energia cinética poderiam impedir qualquer outro Estado de implantar recursos e destruir instalações terrestres. Dolman (2005) argumenta que o controle desta zona é essencial para garantir a superioridade espacial dos EUA e impedir que outros Estados ganhem vantagens estratégicas.

Finalmente, Dolman (2005) sugere a criação de uma agência espacial nacional para a coordenação do espaço exterior que vá além do escopo da NASA. Essa agência seria responsável por definir, separar e coordenar os esforços de projetos espaciais comerciais, civis e militares. Dolman (2005) acredita que uma agência centralizada permitiria uma abordagem mais eficaz e coesa para a exploração e utilização do espaço, garantindo que os EUA mantenham uma posição dominante na arena espacial. A visão de Dolman se mostra durante toda a obra inclinada para adoção de visões realistas ofensivas que defendem não só a manutenção da segurança do Estado, mas a projeção de poder, afirmando que o sistema internacional sempre oferece incentivos para expansão (Feng; Ruizhuang, 2006). Desse modo, a *Astropolitik* busca promover no sistema internacional um poder espacial de supremacia e “controle espacial” por parte dos EUA para manter uma superioridade estratégica. Colbert (2018) pede atenção aos sinais da implementação da teoria de Dolman pelo governo estadunidense tendo em vista que a *Astropolitik*, pode embasar a ampliação e comando do espaço pelos EUA.

Nesse sentido, a obra de Dolman encontra espaço nas políticas recentes dos Estados Unidos. Em meados de 2018, por exemplo, durante uma reunião do Conselho Nacional do Espaço, o presidente dos EUA, Donald Trump, ordenou o estabelecimento de uma “Força Espacial” para o país e o aumento de investimentos na NASA. Ademais, enfatizou em seu discurso para a plateia que “[...] o espaço é um domínio de guerra, assim como a terra, o ar e o mar” (Galante, 2018, s.p.). Nesse contexto, Projetos como o Artemis, conduzido pela NASA para exploração da Lua, refletem diretamente a

premissa de Dolman de que o domínio do espaço deve ser ativo, estratégico e liderado pelos EUA, antes que outros Estados assumam essa posição. Afinal, embora a NASA seja uma autoridade proeminente em assuntos espaciais, sua natureza é como agência nacional dos Estados Unidos, ou seja, estatal, e levanta questionamentos sobre suas motivações e o equilíbrio entre interesses nacionais e colaboração internacional no espaço.

Nessa lógica, a *Astropolitik* de Dolman não se limita apenas a uma proposta teórica, ela dialoga com a formulação concreta de políticas espaciais norte-americanas e o discurso do presidente dos EUA evidencia como o trabalho de Everett Dolman ganha notoriedade no país a cada ano que se passa desde sua publicação. Com relação às Relações Internacionais, os acadêmicos estão cada vez mais incorporando temas que antes eram consideradas periféricas ao debate central da disciplina, buscando desvinculá-las do imperialismo e no contexto da exploração espacial, nota-se um movimento inicial para adaptar as premissas estabelecidas a essa nova dimensão de atividade dos Estados. Afinal, a quem interessa a exploração do espaço exterior? Quais Estados serão realmente beneficiados?

A ASTROPOLITIK SOB UMALENTE PÓS-COLONIAL: PODER, DOMINAÇÃO E EXCLUSÃO

De acordo com Colbert (2018), Dolman (2005) adapta a teoria do *Heartland* de Mackinder – quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a Ilha Mundial (Europa, Ásia e África) – ao espaço exterior, afirmando que quem controla a baixa órbita terrestre, controla o espaço mais próximo da Terra, e quem controla o espaço mais próximo da Terra, controla o planeta. O controle da baixa órbita garante a implantação de armas ofensivas e defensivas para monitorar as ações militares na Terra, limitando as oportunidades estratégicas dos rivais e assegurando a projeção de força para o controle indireto do território de importância estratégica vital, neste caso, o con-

trole da Terra inteira. O controle do *Earth Space* não só garante o controle a longo prazo do alcance externo do espaço, mas também proporciona uma vantagem a curto prazo no campo de batalha terrestre.

Sob uma leitura pós-colonial, essa formulação revela um discurso profundamente centrado na lógica da dominação e do controle, refletindo aspectos de uma nova forma de colonização, mas agora no espaço. Nesse sentido, a teoria de Dolman (2005) se concentra essencialmente no conceito de controle, mais precisamente no controle que os Estados Unidos deveriam exercer sobre o espaço exterior, com vistas a influenciar e dominar não apenas o espaço próximo da Terra, mas também, de maneira mais ampla, toda a humanidade, o que reproduz o mesmo imaginário de superioridade civilizatória que sustentou o colonialismo histórico. Assim como as antigas potências europeias justificavam a colonização da Terra em nome do “progresso” e da “ordem”.

Nesse sentido, os argumentos da obra de Dolman (2005) podem ser interpretados à luz dos estudos de Said (1978) como uma forma de *orientalismo contemporâneo e espacial* onde têm-se a construção simbólica de um “outro” não desenvolvido, tecnologicamente atrasado, cuja exclusão reforça o poder e a identidade do centro. Assim, Dolman (2005) mobiliza o discurso da segurança e do avanço tecnológico para legitimar a centralidade norte-americana no cosmos, e como consequência, o espaço exterior torna-se o novo “Oriente”, um território de projeção da soberania e do imaginário imperial ocidental representado pelos EUA.

Além disso, um aspecto crucial da teoria de Dolman é a falta de consideração explícita pelo Sul Global em suas estratégias. Essa omissão se restringe apenas do campo teórico, mas representa uma reprodução de uma estrutura de colonialidade do poder (Quijano, 2000). Dessa forma, a *Astropolitik*, ao enfatizar a competição para garantia de um monopólio da exploração espacial por parte da potência tecnológica e militar, EUA, reforça aspectos da colonização centrados em hierarquias e supremacias globais que, agora, se baseiam na tecnologia para se consolidarem como imperialistas no sistema in-

ternacional.

Esta ausência reflete não apenas uma negligência em incluir as nações menos desenvolvidas nas discussões sobre a exploração espacial, mas também uma clara indicação de que a tecnologia espacial não é concebida com a intenção de ser acessível ou beneficiar diretamente os países da periferia. De acordo com Macdonald (2007), as potências espaciais reproduzem lógicas coloniais e perpetuam desigualdades entre o Norte e o Sul Global, perpetuando a exclusão de países periféricos das decisões e benefícios da exploração espacial como, por exemplo, nenhum país da América Latina faz parte da Estação Espacial Internacional. Logo, esta disparidade na capacidade de participação na exploração espacial ressalta as desigualdades estruturais que permeiam as relações internacionais, onde os países do Norte Global mantêm uma clara vantagem tecnológica e estratégica, enquanto os do Sul Global enfrentam barreiras significativas para ingressar nesse campo.

Outro aspecto de análise são os estudos acerca do *tecnocolonialismo* (Ricaurte, 2019), bastante pautado nos estudos de Lisa Parks (2005) acerca da *pegada satelital*³, indicam que o domínio espacial representa uma nova infraestrutura de controle planetário. Ou seja, a colonização contemporânea não se caracteriza mais por meio de ocupações físicas de territórios, mas sim por meios além de fronteiras terrestres como, por exemplo, vigilância e captura de fluxos de dados. Nessa lógica, a *Astropolitik*, portanto, pode ser lida como um projeto de colonização digital e orbital, em que o espaço se torna a fronteira final da desigualdade.

Essa disparidade levanta questões profundas sobre a equidade e a justiça no acesso aos benefícios da exploração espacial. Surge então a questão central: o espaço é apenas mais um campo territorial para a projeção das hegemonias terrestres? Além de ser um campo de descoberta científica e exploração tecnológica, o espaço também se tornou um novo campo para competições geopolíticas e estratégias de poder entre as potências mundiais. Essa dinâmica não apenas influencia as relações internacionais contemporâneas, mas também le-

vanta preocupações sobre a governança global no espaço e a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e inclusiva na exploração e utilização dos recursos espaciais.

No contexto dessas reflexões, o darwinismo social emerge, sugerindo que os Estados, como organismos que nascem e evoluem ao longo do tempo, buscam alcançar o ápice do poder. Nessa visão, a vitória é moralmente justificada e necessária, refletindo a meritocracia e a busca pelo interesse próprio como motores da humanidade, incentivando o individualismo como o caminho ideal (Krishna, 2018). No que se refere ao trabalho de Everett Dolman, pode-se aplicar o que é observado por Cox (2021) em que cada teoria é construída para alguém e com um propósito específico, muitas vezes servindo aos interesses daqueles no poder. Através da teoria de Dolman, pode-se levantar questionamentos sobre a neutralidade da exploração espacial por parte dos EUA e a sua verdadeira motivação. Assim, é possível refletir se o esforço visa ao avanço científico e humano ou um jogo de poder geopolítico disfarçado.

Segundo Krishna (2018), as teorias clássicas de RI são caracterizadas pelo nacionalismo metodológico, no qual os Estados-nações são vistos como as unidades principais de análise. Nesse contexto, eles estão constantemente travados em uma eterna competição em meio à anarquia do sistema internacional, buscando a manutenção de sua segurança e a defesa de seus interesses próprios. Essa perspectiva enfatiza a importância da soberania nacional e do poder militar, destacando a natureza competitiva e muitas vezes conflituosa das interações entre estados.

Na obra, Dolman (2005) enfatiza as órbitas, as regiões do espaço e os pontos de lançamento como pontos geopolíticos vitais sobre os quais os Estados podem se preparar para lidar de forma competitiva e estratégica para lutar pelo controle. Para o autor, toda a exploração espacial e os descobrimentos científicos dos EUA devem ser utilizados para fins de segurança. Partindo dessa concepção de segurança, Dolman (2005) discorre sobre a “ameaça” que representa para o país o domínio espacial por qualquer outra nação. Em outras pa-

lavras, o trabalho de Everett Dolman reflete perspectivas clássicas das RI, de Estados do Centro, com características específicas e desejos evidentes de dominação, se utilizando de tecnologia espacial, sobre os países periféricos como, por exemplo, os da América Latina.

Por fim, a tecnologia espacial, conforme delineada por Dolman (2005), é moldada e direcionada para servir aos interesses e às agendas das potências dominantes, reforçando assim as hierarquias existentes no sistema internacional. Este viés tecnológico e estratégico não apenas perpetua a dependência do Sul Global em relação ao Norte Global, mas também limita suas oportunidades de participação equitativa na exploração e utilização dos recursos espaciais. Portanto, a teoria de Dolman (2005) não apenas delineia um plano de controle espacial pelos EUA, mas também evidencia as dinâmicas de poder e exclusão que caracterizam a exploração contemporânea do espaço exterior.

A AMÉRICA LATINA E O DESAFIO DA MARGINALIZAÇÃO ESPACIAL

A análise da marginalização espacial da América Latina revela as dimensões práticas do debate pós-colonial, evidenciando como as desigualdades estruturais no sistema internacional também se projetam para além da Terra. O protagonismo histórico dos EUA na área da exploração espacial não apenas reflete a capacidade tecnológica avançada do país, mas também ilustra um interesse estratégico profundo em dominar os recursos e as posições estratégicas no espaço. Essa dominação, no entanto, reforça disparidades entre Norte e Sul Global, especialmente em regiões como a América Latina, que permanecem em posição periférica diante desse cenário.

Nesse sentido, é inegável que existe uma disparidade significativa no desenvolvimento dos programas espaciais entre os países desenvolvidos e outras regiões do mundo, especialmente os países em desenvolvimento. Enquanto os Estados Unidos, juntamente com outros países desenvolvidos, têm recursos financeiros substanciais e capacidades tecnoló-

gicas avançadas para explorar o espaço, muitas nações em desenvolvimento enfrentam desafios econômicos e infraestruturais que limitam seu progresso nesse campo.

O assunto da exploração espacial na América Latina é complexo. A proposta de uma cooperação entre os Estados para a criação de uma Agência Espacial Regional já foi pensada. No entanto, segundo Sabino (2022), a era da colonização, seguida pela descolonização, junto com as instabilidades e resoluções sobre disputas de fronteiras, os conflitos locais, as posturas políticas dos governos, os desafios econômicos e outras questões, impediram os países de firmar uma ideia de uma América Latina institucionalmente unificada.

É evidente a relação regional tumultuada e frágil da América Latina, o que, por consequência, afeta as discussões sobre a criação de uma Agência Espacial Regional, a possibilidade de debater internacionalmente sobre o assunto e ter reconhecimento perante suas descobertas no espaço fazendo com os países do Centro tenham protagonismo e “vitória” no domínio da tecnologia espacial. Esse domínio do Centro advém de narrativas de neutralidade que são reforçadas muitas vezes pela ideia de que o conhecimento produzido é para a humanidade. Porém, cabe ressaltar que os vitoriosos sempre têm razão, e a aparente neutralidade da narração frequentemente esconde que ela provém do Centro nos colocando na posição de subalternização (Krishna, 2018).

No entanto, apesar das dificuldades, é possível localizar três países da América Latina que se destacam no desenvolvimento espacial regional e são eles respectivamente nomeados Brasil, México e Argentina. O Brasil tem pioneirismo nessa área desde os anos iniciais da corrida espacial, no entanto, o país acabou perdendo sua notoriedade nos avanços tecnológicos ao longo dos anos mediante a falta de investimentos na área e problemas internos já citados aqui anteriormente como característicos de países do Sul Global. A Argentina e sua capacidade correspondem à metade da capacidade brasileira e o México segue como um agente expressivo em virtude de seus vizinhos

terem pouca ou nenhuma tecnologia espacial (Froehlich et al., 2020).

Em outras palavras, Froehlich et al. (2020) discorre que no tocante às capacidades de lançamento na América Latina e de veículos lançadores, destacam-se Brasil e Argentina. Porém a região continuará na dependência das potências como EUA, Europa, China e Rússia. Ou seja, mesmo que alguns países desenvolvam tecnologia espacial e alguns outros como Chile, Peru e Venezuela estejam posicionados como países emergente no desenvolvimento espacial, a tecnologia produzida na Periferia estará constantemente sendo limitada pelo Centro para ser utilizada apenas como foco de interesse para exploração de matéria prima como, por exemplo, o caso do lítio na Bolívia e locais para escoamento de tecnologia defasada além de posições estratégicas nas corridas espaciais que possam vir ocorrer.

Em virtude disto, torna-se notório a perspectiva de imperialismo do conhecimento e considera-se a banalidade da falta de investimentos e reconhecimento nessa área nos remetendo ao Nacionalismo Metodológico abordado por Krishna (2018) que nos foi ensinado de maneira neutra. Em outras palavras, o capitalismo consegue se infiltrar na sociedade de uma maneira imperceptível, dessa forma, a periferia e a tecnologia espacial que tenta se desenvolver se tornam apenas parte de um produto de uma ideologia, parte explorada nos estudos espaciais.

Por fim, é crucial entender como esse processo “civilizatório” do espaço exterior ocorrerá, suas consequências, e como operará as categorias de classe, gênero, nação, raça e grupos sociais, além das relações sociais de poder. Marc Ferro (2017) define colonização como a ocupação de uma terra estrangeira por uma população com sua cultura, e a instalação de colonos. A colonização visa assegurar áreas de influência e dominação, além de expandir o comércio, sendo uma conquista de poder político, econômico e cultural pelos Estados.

A exploração de recursos naturais no espaço é uma realidade, com especulação sobre os ganhos políticos e econômicos. Apesar do pouco conhecimento sobre vida fora da Terra,

ferramentas para colonização em satélites naturais, como a Lua, já estão sendo desenvolvidas e de acordo com Pfaltzgraff (2011), as democracias que liderarem a colonização espacial levarão consigo seus valores e estruturas políticas, ampliando o alcance da hegemonia. Assim, a América Latina enfrenta o desafio de não apenas superar suas limitações estruturais, mas também de resistir a uma nova forma de exclusão que reflete e perpetua as desigualdades históricas entre Centro e Periferia. Por fim, todo esse processo envolve dominador e dominado, com violência e desigualdade, e pode aumentar a disparidade entre países do centro e da periferia e reforçar o jogo de poder existente, onde as potências ditam as regras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário contemporâneo de avanços rápidos no desenvolvimento espacial, vivencia-se uma era marcada por um intenso interesse e atividade na exploração e colonização do espaço extraterrestre. Este fenômeno não apenas reconfigura os papéis tradicionais dos atores das relações internacionais, mas também introduz novas dinâmicas que abrangem desde sistemas comerciais e civis até estratégias militares e científicas, promovendo uma visão expandida de expansão e controle no espaço sideral. Motivados por aspirações que vão além da curiosidade científica, governos e empresas privadas buscam explorar recursos, estabelecer bases e potencializar posições estratégicas no cenário global através do domínio do espaço.

A *Astropolitik*, formulada por Dolman, surge como uma resposta estratégica à necessidade percebida pelos Estados Unidos de exercer um controle significativo sobre o espaço exterior. Para Dolman, essa abordagem não se limita a uma exploração benigna, mas abraça a militarização do espaço como um meio para garantir a segurança nacional e a supremacia global. Propõe-se assim uma política que não apenas favorece a livre competição e o aproveitamento econômico do espaço, mas também reforça a capacidade de projeção de po-

der militar e influência política através da dominação dos recursos espaciais.

No entanto, a implementação dessa visão não está isenta de críticas, especialmente do ponto de vista pós-colonial. A falta de inclusão significativa dos países do Sul Global nos benefícios e oportunidades geradas pela exploração espacial pode perpetuar desigualdades já existentes em termos de desenvolvimento tecnológico e econômico. Os recursos limitados e a capacidade técnica reduzida desses países os deixam à margem de uma corrida espacial dominada por nações mais desenvolvidas, exacerbando as disparidades globais e comprometendo a visão de um desenvolvimento espacial sustentável e colaborativo.

Além das questões de equidade e inclusão, a *Astropolitik* também levanta preocupações éticas e geopolíticas significativas. A militarização do espaço e a competição por recursos estratégicos podem intensificar as tensões internacionais, aumentar o risco de conflitos armados no espaço e minar esforços de cooperação global. A ausência de um quadro regulatório internacional robusto para governar as atividades no espaço pode resultar em uma fragmentação ainda maior das relações internacionais, onde o espaço exterior se torna um campo de batalha para interesses nacionais conflitantes.

Diante desses desafios complexos, é fundamental que a comunidade internacional e os estudiosos das relações internacionais se engajem em um diálogo aprofundado e colaborativo sobre o futuro do espaço exterior. Isso inclui a exploração de novas abordagens políticas e legais que promovam a cooperação multilateral, a governança inclusiva e o desenvolvimento sustentável no espaço. No que se refere aos estudos de Relações Internacionais, é indispensável o exercício de aplicação das mais diversas teorias da disciplina para ampliar o saber em relação ao espaço extraterrestre à medida que a humanidade expande para fora do planeta, inclusive a teoria pós-colonial presente nesse artigo tendo em vista que o projeto espacial inclui a colonização do mesmo. Somente por meio de uma abordagem globalmente coor-

denada e equitativa pode-se alcançar um futuro onde os benefícios da exploração espacial sejam compartilhados de maneira justa e responsável por toda a humanidade, preservando tanto a segurança quanto a cooperação internacional no ambiente espacial.

NOTAS

¹Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás. Áreas de interesse: Segurança Internacional; Estudos Estratégicos e Análise de Política Externa. E-mail: gabriellypfonceca@icloud.com.

²O conceito de *soft power*, formulado por Joseph S. Nye (2004), refere-se à capacidade de um Estado influenciar o comportamento de outros atores internacionais por meio de atração e persuasão, em vez do uso da força militar (*hard power*). Essa forma de poder baseia-se em elementos como cultura, valores políticos e políticas externas legitimadas.

³O conceito de pegada satelital (*satellite footprint*), desenvolvido por Lisa Parks (2005), refere-se às zonas geográficas cobertas pelos sinais transmitidos por satélites de comunicação e observação. Mais do que um termo técnico, a autora o utiliza para discutir como a infraestrutura espacial — frequentemente percebida como neutra ou global — reflete e reproduz relações de poder, exclusão e vigilância, especialmente ao delimitar quais regiões do planeta estão incluídas ou marginalizadas nas redes de conectividade global.

REFERÊNCIAS

BURGESS, Colin. **THE GREATEST ADVENTURE**: a history of human space exploration, 2021.

COLBERT, Caroline Rocha Travassos. Um diálogo teórico entre a Astropolítica de Everett Dolman e a Geopolítica Clássica de Mahan e Mackinder. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 2, p. 66-77, 2018. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/219>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COX, Robert W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p.10-37, 2021.

DOLMAN, Everett C. **Astropolitik**: classical geopolitics in the space age. London: Frank Cass, 2005. Disponível em: <http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=242260>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FENG, Liu; RUIZHUANG, Zhang. The typologies of realism. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 1, n. 1, p. 109-134, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/1/1/109/298728>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GALANTE, Alexandre. **Trump ordena a criação da 'Força Espacial' como o sexto ramo militar**. 2018. Disponível em: <https://www.aereo.jor.br/2018/06/18/trump-ordena-a-criacao-da-forca-espacial-como-o-sexto-ramo-militar/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KRISHNA, Sankaran. Postcolonialism and its relevance for International Relations in a globalized world. In: PERSAUD, Randolph; SAJED, Aline (eds.). **Race, Gender, and Culture in International Relations – Postcolonial Perspectives**. London and New York: Routledge, 2018.

NUÑEZ, Arthur Janeiro Campos. Sistema de lançamento vertical de mísseis. **Revista Marítima Brasileira**, v. 142, n. 04/06, p. 203-213, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/5745>. Acesso em: 11 jun. 2024.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: the means to success in world politics. New York: PublicAffairs, 2004.

MACDONALD, Fraser. Anti-Astropolitik: Outer Space and the Orbit of Geography. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 5, p. 592-615, 2007. DOI: 10.1177/0309132507081492.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

PALADINI, Stefania. **The New Frontiers of Space**: economic implications, security issues and evolving scenarios. Palgrave Macmillan, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-19941-8>. Acesso em 11: jun. 2024.

PFALTZGRAFF, Jr Robert L. **Toward a Theory of Spacepower**: select essays. Washington: National Defense University Press, 2011.

PARKS, Lisa. **Cultures in Orbit**: satellites and the televisual. Durham: Duke University Press, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350–365, 2019.

SABINO, Renatha Victória dos Santos. **Teoria das Relações Internacionais e a dimensão espacial extraterrestre**. 2022. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17444>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978].

SAUSEN, Tania Maria. A educação espacial na América Latina e a posição do Brasil no contexto regional. Cooperação internacional na área espacial. **Parcerias Estratégicas**, v. 7, p. 151-164, 1999. Disponível em: http://www.fisica.seed.pr.gov.br/arquivos/File/Homem_Lua/o_brasil_ativ_espac.pdf#page=149. Acesso em: 23 jun. 2024.

ARTE, HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: POSSÍVEIS E BREVES DIÁLOGOS ENTRE CÂNDIDO PORTINARI, ERIC HOBBSBAWM E NORBERTO BOBBIO NA ANÁLISE DE GUERRA E PAZ NOS SÉCULOS XX E XXI

Danilo Borges Dias¹

RESUMO

O presente estudo busca relacionar arte e Relações Internacionais. De forma mais específica, pretende discutir os conceitos de guerra e paz nos séculos XX e XXI, partindo do quadro, Guerra e Paz, de Cândido Portinari, e cruzando tal temática com as percepções genéricas que Hobsbawm (2007) e Bobbio (2004) possuem acerca do tema. As metodologias adotadas foram a Pesquisa Exploratória (Cervo; Bervian, 2007) e complementarmente a abordagem Histórico-Crítica (Adorno, 1999). Os resultados obtidos mostram os olhares teóricos das Relações Internacionais podem ser ampliados quando agregamos novas lentes analíticas que partam de outras áreas, como a arte, tornando úteis para uma formação mais ampla e abrangente que desperte uma maneira diferente de se observar o campo de estudos, a vida e suas conexões variadas.

Palavras-chave: Arte; Relações Internacionais; Cândido Portinari; Guerra e Paz.

ABSTRACT

This study explores the intersection between art and International Relations. Specifically, it examines the concepts of war and peace in the 20th and 21st centuries through the lens of Cândido Portinari's painting War and Peace, juxtaposing this artistic representation with the broader theoretical perspectives of Hobsbawm

(2007) and Bobbio (2004). The research employs an Exploratory methodology (Cervo; Bervian, 2007), complemented by a Historical-Critical approach (Adorno, 1999). The findings suggest that theoretical frameworks in International Relations can be enriched by incorporating analytical perspectives from other disciplines, such as art. This interdisciplinary approach contributes to a more comprehensive and nuanced understanding of the field, encouraging alternative ways of perceiving global dynamics, human experience, and their interconnectedness.

Keywords: Art; International Relations; Cândido Portinari; War and Peace.

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais são um campo de estudo que busca compreender o comportamento dos Estados, organizações internacionais e demais atores no sistema internacional. Diversas correntes de pensamento foram desenvolvidas ao longo do tempo para explicar essas dinâmicas. O Realismo parte da premissa de que o sistema internacional é anárquico, ou seja, não há uma autoridade central acima dos Estados. Os Estados são os principais atores e agem racionalmente para garantir sua sobrevivência, buscando poder, especialmente militar. Autores como Hans Morgenthau, com o realismo clássico, e Kenneth Waltz, com o neorrealismo, são referências. Essa corrente é criticada por ignorar atores não estatais e por seu pessimismo quanto à cooperação internacional (Pecequillo, 2017).

O Liberalismo, por sua vez, acredita na possibilidade e na desejabilidade da cooperação entre Estados. Instituições internacionais, comércio e democracia são vistos como promotores da paz. Robert Keohane e Joseph Nye destacam a interdependência complexa e o papel das instituições, enquanto Michael Doyle desenvolve a teoria da paz democrática. As críticas ao liberalismo apontam para uma superestimação das instituições e uma subestimação dos conflitos de interesse (Keohane; Nye, 2001).

O Construtivismo introduz uma abordagem centrada em normas, ideias, identidades e discurs-

sos, argumentando que o sistema internacional é socialmente construído. Os interesses dos Estados não são fixos, mas moldados por interações sociais. Wendt (1999), com a famosa frase “Anarquia é o que os Estados fazem dela”, e Onuf (2023), que cunhou o termo Construtivismo, são autores centrais. As críticas ao Construtivismo incluem a dificuldade de operacionalizar seus conceitos e o menor foco em aspectos materiais (Jackson; Sorensen, 2018).

O Neorealismo, também conhecido como realismo estrutural, foca na estrutura do sistema internacional, especialmente na distribuição de poder, como fator determinante do comportamento dos Estados. Já o Neoliberalismo institucional, representado por Keohane, reconhece a anarquia, mas argumenta que instituições internacionais podem reduzir incertezas e promover cooperação. Ambos são criticados por manterem o foco nos Estados e na racionalidade, ignorando aspectos sociais e culturais (Morgenthau, 2003).

A Teoria Crítica engloba diversas abordagens que questionam as estruturas de poder e dominação no sistema internacional. O Marxismo enfatiza a exploração econômica e o imperialismo, argumentando que o sistema é moldado por relações de classe e capital. O Feminismo critica a masculinização da política internacional e destaca o papel das mulheres e das relações de gênero. O Pós-colonialismo denuncia a dominação ocidental e os legados do colonialismo, valorizando perspectivas do Sul Global. Essas teorias são frequentemente normativas e menos focadas em previsões empíricas, desafiando as bases epistemológicas das teorias tradicionais (Pecequillo, 2017).

Essas correntes oferecem diferentes lentes para analisar os fenômenos internacionais, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica das Relações Internacionais. Contudo, apesar da inegável contribuição que as teorias clássicas, suas adaptações e olhares contemporâneos, a complexidade da realidade muitas vezes foge da sistematização teórica, evidenciando a possibilidade destes olhares serem complementados por pontos de vista e perspectivas não-óbvias e nem tão usuais quando nos reportamos à análise dos fenômenos variados que acontecem em nossa área de estudos. É neste sentido que tais perspectivas

possam, e até devam, ter agregadas aos seus olhares novos elementos e novas formas de se pensar as Relações Internacionais e seus desdobramentos em nosso cotidiano.

É nesse momento que a arte pode oferecer um novo aporte que agregue valor às diversas tentativas de se relacionar com os fenômenos circunscritos e de interesse às Relações Internacionais e áreas correlatas. Diante do exposto, o presente artigo busca analisar intersecções entre arte e Relações Internacionais, conhecer um pouco o perfil do pintor brasileiro Cândido Portinari, dando ênfase ao simbólico quadro Guerra e Paz, e refletir como sua essência empresta valor e reflexões atemporais aos conturbados tempos vividos nas Relações Internacionais em que pese a consagração de um mundo pacífico em meio às beligerâncias percebidas no cenário internacional (Giunta, 2005).

A metodologia adotada para este ensaio foi, inicialmente, a Pesquisa Exploratória que, de acordo com Cervo e Bervian (2007), visa proporcionar mais familiaridade entre tema e problema, tornando ambos elementos essenciais para se habituar com uma temática pouco investigada e/ou explorada, como o enlace entre Arte e Relações Internacionais. De forma mais aprofundada, optou-se por usar uma abordagem paralela e complementar baseada no método Histórico-Crítico em que percepção de que a obra artística é analisada à luz do momento histórico em que foi criada — incluindo eventos políticos, transformações sociais, movimentos culturais e filosóficos, reforçando o papel da arte em sua função dialógica com as ideologias dominantes ou contra-hegemônicas. Os pressupostos para tal se concentraram na reflexão que Adorno (1999) faz sobre a arte, tendo um papel crítico na sociedade, revelando contradições do capitalismo. Para ele, a obra de arte é autônoma, mas também histórica e socialmente determinada.

O referencial teórico usado mescla autores que falam sobre arte de uma forma em geral e que tocam na trajetória de Cândido Portinari, assim como suas aspirações e inspirações que resultaram o quadro Guerra e Paz para, por fim, instrumentalizar tal obra diante da possibilidade de se ler cenários pertinentes ao que vive uma parte das Relações Internacionais em que pese o

título da obra pictórica em questão. Tais autores, como Gombrich (1999), Fabris (1999), Pecequillo (2017), Jackson e Sorensen (2018), deram o aporte teórico inicial no desbravar de conceitos e reflexões que abrirão espaço para outros autores juntarem as pontas abertas pelos objetivos específicos indicados. Os autores específicos, também usados nas Relações Internacionais, foram Hobsbawm (2007) e Bobbio (2004).

ARTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A arte, enquanto expressão simbólica e cultural, tem sido historicamente subestimada no campo das Relações Internacionais. No entanto, sua capacidade de representar narrativas, construir identidades e influenciar percepções políticas revela um potencial analítico significativo (Gombrich, 1985). Em tempos de globalização, disputas simbólicas e efetivas entre os países com potenciais diversos e capazes de causar (auto)destruição, compreender o papel da arte torna-se essencial para uma análise mais abrangente das dinâmicas internacionais e seus desdobramentos. Contudo, para um início de percurso, vale a pena definir, ou tentar, algumas aproximações do que se entende por arte. Ernst Gombrich (1909-2001) defende que arte não existe com “A” maiúsculo, o que existe são artistas e estes são seres em uma cultura, de um universo de sentidos e significados que o influenciam e são influenciados por ele, sem absolutamente a necessidade de erudição. O que importa ao autor é a ideia de referência e menção entre o sujeito, que cria ou que é afetado pela criação, e o objeto ou manifestação fruto do meio (Gombrich, 2009).

Para Belin e Pizar (2024), a arte tem sido uma das formas mais poderosas de registrar os impactos da guerra. Pinturas, fotografias, filmes, músicas e literatura capturam o sofrimento humano, a destruição e o trauma coletivo. Ao fazer isso, a arte não apenas documenta os eventos, mas também os interpreta, oferecendo uma perspectiva emocional e crítica que muitas vezes falta nos relatos oficiais. Nesse sentido possibilita as Relações Internacionais amadurecerem um olhar sobre o cotidiano de maneira a falar do óbvio a partir de perspectivas

não-óbvias, especialmente quando em um traço pintado ou em uma música cantada encontram os elementos que abrem caminho para se discutir rumos das nações e suas relações internacionais². Para as autoras, a função das artes é também atuar na memória, pois o evento que ela retrata, narra e/ou analisa pode ser perene, mas a produção artística não é e assume o poder da intertemporalidade, pois deixa o legado para próximas gerações de um fato acontecido muito antes dela ter existido.

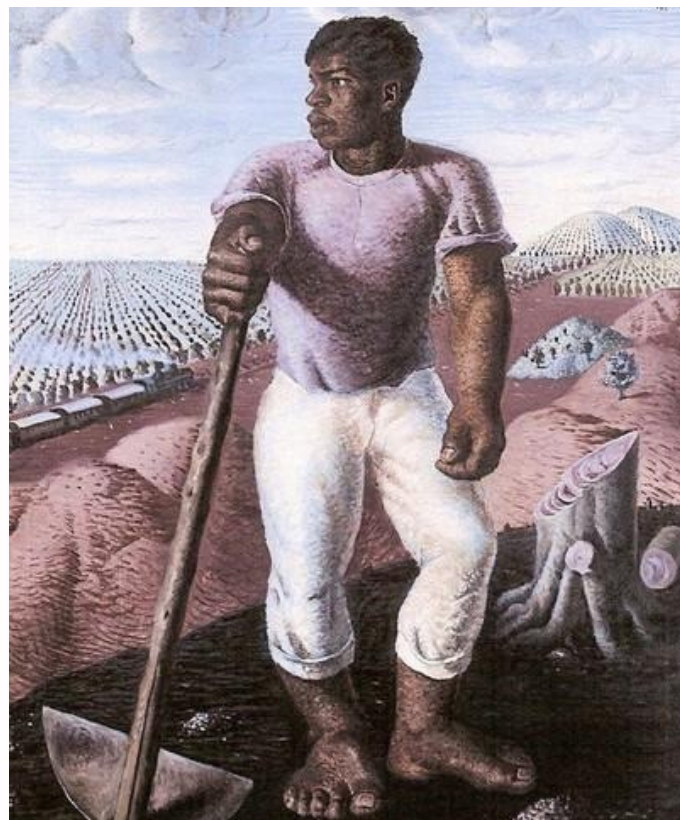
Retornando a Gombrich, embora não seja um teórico político, ele reconhece o papel da arte no mundo social, fruto de relações de poder em diversas interações humanas e nisso podemos incluir o cenário internacional (inferência nossa). Para o autor, a arte reflete e interpreta o mundo e artistas respondem ao seu tempo, seja em períodos de guerra, paz ou de transformação social que transite de uma situação à outra. Dessa forma, ela pode ser usada como instrumento de crítica ou propaganda, pois ele analisa, por exemplo, como a arte foi usada em regimes autoritários para moldar ideologias, fazendo menção na ajuda que ela dá para construir memória coletiva ao representar eventos históricos, a arte contribui para como sociedades lembram e interpretam guerras, conflitos e reconciliações (Gombrich, 1985). Em sua outra obra, "Arte e Ilusão" (id.), Gombrich aprofunda essa ideia ao discutir como a percepção visual é moldada por convenções culturais e expectativas — ou seja, a arte não apenas representa o mundo, mas também o constrói simbolicamente e tal simbolismo pode ser confrontado nas perspectivas culturais, podendo ocasionar choque de visões ou, quem sabe, choque de civilizações. É nesse enlace de ideias que apresentamos Cândido Portinari como um pintor social que pintava o que via, mas o ato do que foi visto passou pela essência do que ele era. O jeito de ver o mundo impregnou suas telas deixadas como legado de um mundo desigual e que pedia cuidados.

UM POUCO DE CÂNDIDO PORTINARI E BREVISSIMOS ASPECTOS DE SEU PERCURSO ATÉ GUERRA E PAZ

Cândido Portinari (Brodowski, 29 de dezembro de 1903 – Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1962) foi um artista plástico brasileiro, considerado um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos, sendo o que mais alcançou projeção internacional. Portinari nasceu em uma fazenda de café próximo de Brodowski, interior de São Paulo, à época distrito do município de Batatais. Seus pais eram os imigrantes italianos Giovan Battista Portinari (João Baptista Portinari) e Domenica Turcato (Domingas Torquato), originários de Chiampo e Tezze sul Brenta, respectivamente, ambos municípios da província de Vicenza no Vêneto. Com a vocação artística logo na infância, Portinari teve pouco estudo, não completando sequer o ensino primário. Aos 14 anos, uma trupe de pintores e escultores italianos que atuavam na restauração de igrejas passou pela região de Brodowski e recruta Portinari como ajudante. Seria o primeiro grande indício do talento do pintor brasileiro (Fabris, 1996).

Diante do potencial artístico, Portinari iniciou seus estudos na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e em 1928 ganhou o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro, que o levou à Europa. Lá, teve contato com artistas como Giotto, Piero della Francesca, Modigliani e Picasso. Essa experiência foi crucial para o desenvolvimento de seu estilo, que mesclava elementos do cubismo, expressionismo e muralismo mexicano, com forte influência do neorrealismo. Sua abordagem temática e estilista foi marcada por uma profunda preocupação social. Ele retratava o povo brasileiro — especialmente os trabalhadores rurais, os retirantes e os marginalizados — com dignidade e dramaticidade. Suas figuras são monumentais, com mãos e pés exagerados, simbolizando a ligação com a terra e o trabalho, obras como "Café" (1935), "Retirantes" (1944) e "Criança Morta" (1944) são exemplos emblemáticos dessa abordagem (Giunta, 2005).

Figura 1- O Lavrador de Café



Fonte: Cândido Portinari (1934)

Figura 2 - Retirantes



Fonte: Cândido Portinari (1944)

Figura 3 - Criança Morta



Fonte: Cândido Portinari (1944)

Para além de todo descrito e evidenciado, Portinari se destacou como grande muralista³. Produzindo painéis para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos da América (EUA) e, mais notavelmente, os murais "Guerra e Paz" (1953–1956) para a sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York. É neste ponto que repousa a atenção central deste ensaio, pois é nele que observamos a possibilidade de se discutir as Relações Internacionais imbricadas com a arte e sua potencialidade de se produzir análises e reflexões variadas. Nesse sentido, a obra "Guerra e Paz" de Cândido Portinari é uma das mais emblemáticas da arte brasileira e possui uma profunda relevância para discussões sobre Relações Internacionais nos séculos XX e XXI. Criado entre 1952 e 1956, a pedido do governo brasileiro, para presentear a sede da ONU em Nova York, o conjunto de murais representa dois pólos da experiência humana: o sofrimento causado pela guerra e a esperança trazida pela paz (Giunta, 2005).

UM POUCO DE CÂNDIDO PORTINARI E BREVÍSSIMOS ASPECTOS DE SEU PERCURSO ATÉ GUERRA E PAZ

O painel "Guerra e Paz" é emblemático e possui uma profunda relevância para discussões sobre nosso campo de estudo e seus desdobramentos nos últimos setenta anos. Em termos de tamanho, para se ter uma ideia, as dimensões: Cada painel tem cerca de 14 metros de altura. A alusão temática dos dois quadros expressava, na Guerra, o horror, a dor e a destruição causados pelos conflitos armados. Portinari utiliza tons escuros e figuras contorcidas para expressar o sofrimento. Já na Paz, o que se evidenciava era a fraternidade, o trabalho coletivo, a esperança e a reconstrução. Tons mais claros e composições harmoniosas predominam (Fabris, 1996).

Figuras 4 e 5 - Painéis "Guerra e Paz"



Fonte: Cândido Portinari (1957)

Adorno (1993), por meio de uma abordagem histórica-crítica, defende que a arte deve ser autônoma, ou seja, não subordinada a funções externas como propaganda, moralismo ou utilitarismo. No entanto, essa autonomia não significa isolamento: a arte dialoga com a realidade social, muitas vezes de forma crítica e indireta. A arte autônoma é engajada por sua forma, não por seu conteúdo explícito. As ideias centrais do pensador da Escola de Frankfurt acerca do papel da arte na sociedade e, assim o entendemos nas Relações Internacionais, é de autonomia e engajamento, a arte como forma de conhecimento e contra mercantilização, ajudando na reflexão das relações de domínio presentes na sociedade (Silveira, 2006).

ERIC HOBSBAWME NORBERTO BOBBIO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI ACERCA DO TEMA GUERRA E PAZ

Para aprofundar o olhar histórico e detalhado das ideias que fundam a obra, o olhar da história e de historiadores ajudam a ilustrar as possibilidades analíticas da primeira e segunda metade do século XX, assim como seus efeitos no século XXI, Eric Hobsbawm (1917-2012). O pensamento do historiador sobre guerra e paz é profundamente marcado por sua análise crítica do século XX, que, entre outras situações, ele chamou de "Era dos Extremos" (Hobsbawm, 2007). Hobsbawm, marxista e internacionalista, via os conflitos mundiais não como eventos isolados, mas como expressões de crises estruturais do capitalismo, do imperialismo e das transformações sociais globais.

A visão geral do pensamento de Hobsbawm (id.) sobre guerra e paz possui no século XX o ápice de algumas de suas principais reflexões, pois para o autor, o período entre 1914 e 1945 como uma "guerra de trinta anos", marcada por dois conflitos mundiais interligados por crises econômicas e políticas. Ele vê a guerra como instrumento de ruptura, que destrói ordens estabelecidas e abre espaço para novas configurações políticas e sociais. A Segunda Guerra Mundial, em especial, é vista como um divisor de águas que levou à descolonização, à Guerra Fria e à reorganização das potências globais. Os horrores e a bestialidade das práticas naquele contexto forçaram a humanidade a repensar caminhos e estipular reflexões naquele contexto chave para o que se entenderia como civilização e sociedade internacional. Para o autor, os esforços e instrumentos que buscassem assegurar a paz e coibir a guerra, punindo infratores, surtiram efeitos limitados nos sistemas de aliança global após a II Guerra Mundial.

Nesse sentido, Bobbio (2004) complementa que o século XX oferece uma reflexão profunda sobre os Direitos Humanos, e embora o foco principal da obra seja a evolução e consolidação dos direitos fundamentais, ele também aborda de forma crítica os temas de guerra e paz, especialmente em relação à construção de uma ordem internacional mais justa e pacífica. Para o autor italiano, a paz é como valor supremo, é condição necessária para a efetivação dos direitos humanos, tendo o Direito Humanitário que tentar assegurar, em tempos de guerra, parâmetros mínimos para que os Estados busquem a liberdade e a paz. Sem paz, não há

espaço para liberdade, justiça ou dignidade. Ele vê a paz não apenas como ausência de guerra, mas como resultado de instituições jurídicas e políticas que regulam os conflitos de forma racional e não violenta. Para Bobbio, a guerra é a expressão máxima da violação dos direitos humanos, pois destrói vidas, comunidades e instituições. Ele critica a lógica da guerra como instrumento legítimo de política externa, especialmente após os horrores das duas guerras mundiais e do uso de armas nucleares.

Retomando Hobsbawm (2007), é nesse momento que a necessidade da humanidade continuar pensando em caminhos sustentáveis entre os povos abre espaço para a Guerra Fria como paz armada. Para Hobsbawm, a Guerra Fria não foi uma paz verdadeira, mas uma paz tensa, sustentada pelo equilíbrio do terror nuclear. Ele destaca o papel das superpotências, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na manutenção de zonas de influência e na repressão de movimentos populares e revolucionários em países periféricos. A paz e ordem internacional são vistas com ceticismo, especialmente por conta das ideias liberais que conduzem instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), importantes para se pensar a dinâmica entre as nações. Para o autor, a paz duradoura depende de justiça social, redistribuição de riqueza e superação das desigualdades globais. A paz, para ele, não é apenas ausência de guerra, mas transformação estrutural. Para Hobsbawm (id.), paz e guerra ainda se evidenciam com a forte presença das relações coloniais e seu desdobramento de descolonização. Para ele, a descolonização é um tema central em sua obra, especialmente em sua análise do século XX como um período de intensas transformações globais. Ele a interpreta não apenas como um processo político de independência formal das colônias, mas como parte de uma reconfiguração estrutural do sistema internacional, com implicações profundas para as relações entre os países do Norte e do Sul global.

O diálogo entre o quadro Guerra e Paz de Cândido Portinari e as reflexões de Eric Hobsbawm e Norberto Bobbio sobre guerra e paz revelam uma rica intersecção entre arte, história, filosofia política e Relações Internacionais. O quadro Guerra e Paz como

ponto de partida, onde Portinari retrata dois polos da experiência humana: Guerra: dor, destruição, sofrimento coletivo. Paz: esperança, reconstrução, solidariedade. A obra, criada para a sede da ONU, é um manifesto visual contra a barbárie e a favor da dignidade humana — valores que ecoam nas reflexões de Hobsbawm e Bobbio. Hobsbawm vê o século XX como marcado por guerras estruturais que destruíram ordens políticas e sociais, como representado no painel Guerra. Ele entende a paz como resultado de processos históricos complexos, não como estado natural — o painel Paz reflete essa reconstrução coletiva. A obra de Portinari pode ser lida como uma narrativa visual da “Era dos Extremos”, onde o sofrimento da guerra é contraposto à possibilidade de uma nova ordem social.

Bobbio vê a paz como condição para a efetivação dos direitos humanos — o painel Paz representa essa utopia concreta. A guerra, para ele, é a negação da razão e do direito, como expressa no painel Guerra. A obra de Portinari pode ser interpretada como uma ilustração dos valores da “Era dos Direitos”, onde a paz é construída por meio da justiça e da cooperação. Pontos de convergência: Paz como projeto político: Bobbio e Portinari defendem que a paz exige instituições, educação e cultura. Crítica à violência como solução: ambos rejeitam a ideia de que a violência pode fundar uma ordem legítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portinari, que era profundamente engajado politicamente e exilado por sua oposição ao Estado Novo, nunca viu a obra instalada na ONU, pois faleceu pouco após sua conclusão, intoxicado pelas tintas que usava. Ele acreditava que a arte deveria servir ao povo. Seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro e sua candidatura ao Senado refletem essa visão. Mesmo sob vigilância política, ele manteve seu compromisso com temas sociais, tornando sua obra um testemunho visual da luta por dignidade e igualdade. O quadro Guerra e Paz funciona como uma síntese visual das ideias do autor inglês e do autor italiano: Histórica, ao representar os ciclos de destruição e reconstrução (Hobsbawm). Normativa, ao

afirmar a paz como horizonte ético e jurídico (Bobbio). Adorno ajuda a fortalecer a dinâmica da arte não só como algo para deleite, mas também como forma de participação política.

A articulação entre arte e Relações Internacionais, proposta neste estudo, revelou-se não apenas possível, mas profundamente enriquecedora. Ao partir do painel Guerra e Paz de Cândido Portinari, foi possível transcender os limites tradicionais da análise política e histórica, abrindo espaço para uma leitura sensível e crítica dos conceitos de guerra e paz nos séculos XX e XXI. As contribuições de Eric Hobsbawm e Norberto Bobbio ofereceram perspectivas complementares: Hobsbawm, com sua visão histórica das guerras como rupturas estruturais e da paz como reconstrução social; Bobbio, com sua defesa da paz como valor jurídico e ético, essencial à efetivação dos direitos humanos. Ambas as abordagens encontram eco na obra de Portinari, que, por meio da linguagem visual, expressa o sofrimento humano e a esperança coletiva, tornando-se um símbolo universal da luta por dignidade.

Os resultados obtidos demonstram que a inclusão da arte como lente analítica amplia o campo das Relações Internacionais, permitindo uma formação mais plural, crítica e sensível. A arte, nesse contexto, não é apenas representação, mas também instrumento de reflexão política, capaz de provocar questionamentos, despertar empatia e estimular o pensamento interdisciplinar. Assim, este estudo reafirma a importância de cruzar fronteiras disciplinares e de reconhecer que compreender a guerra e a paz exige não apenas dados e teorias, mas também imaginação, memória e humanidade — elementos que a arte, como a de Portinari, oferece com profundidade e beleza, contribuindo significativamente para a formação do internacionalista.

NOTAS

¹Professor Doutor no curso de Relações Internacionais, Direito e Núcleo de Formação Geral e Humanística da Universidade Católica de Brasília. Email para contato: danilob@p.ucb.br

²Para que o leitor possa compreender melhor o que se quer dizer, talvez a sugestão de ouvir “Imagine – John Lennon” possa explicar melhor e tornar mais visível o apelo artístico na interface com as Relações Internacionais.

³Muralismo ou pintura mural é a pintura executada sobre uma parede, diretamente na sua superfície, como num afresco, num painel montado para uma exposição permanente. Ela difere de todas as outras formas de arte pictórica por estar profundamente vinculada à arquitetura, podendo explorar o caráter plano de uma parede ou criar o efeito de uma nova área de espaço.

REFERÊNCIAS

BRANDT, Loren; RAWSKI, Thomas G. (ed.). **China's Great Economic Transformation**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 930 p. ISBN 9780521712903.

ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

BELIN, Celia. PISAR, Leah. **Da arte das Relações Internacionais De l'Art des Relations Internationales**. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2c3d71f5-71cd-46f8-a02f-54f56cf0bed3/content>.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2007.

FABRIS, Annateresa. **Cândido Portinari**. São Paulo: Edusp, 1996.

GIUNTA, Andrea. **Portinari: o sentido social da arte**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

GOMBRICH, Ernst H. **A história da arte**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1999.

GOMBRICH, Ernst H. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. 3. ed. rev. e ampl. Tradução de Bárbara Duarte e Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Poder e interdependência**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Luís Paschoal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

ONUF, Nicolas. **International theory at the margins: neglected essays, recurring themes**. Bristol, 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVEIRA, Harrison. **O sublime e a música em Adorno**. Rio de Janeiro: Editora Dialética, 2023.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge, 1999.

